

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**POR UMA OUTRA IDADE MÉDIA: A PERSPECTIVA
DECOLONIAL COMO CONTRAPONTO À COLONIZAÇÃO DA
IDADE MÉDIA NOS LIVROS DIDÁTICOS (1997-2014)**

RODRIGO SIMÕES HANSEN DA CRUZ

SEROPÉDICA

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**POR UMA OUTRA IDADE MÉDIA: A PERSPECTIVA
DECOLONIAL COMO CONTRAPONTO À COLONIZAÇÃO DA
IDADE MÉDIA NOS LIVROS DIDÁTICOS (1997-2014)**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

Orientadora: Prof.^a Dra. Carolina Gualda Silva

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C955u Cruz, Rodrigo Simões Hansen da, 1999-
Por uma outra Idade Média: a perspectiva
decolonial como contraponto à colonização da Idade
Média nos livros didáticos (1997-2014) / Rodrigo
Simões Hansen da Cruz. - Rio de Janeiro, 2025.
106 f.

Orientadora: Carolina Gual da Silva.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, ós-Graduação em História, 2025.

1. Idade Média. 2. Livros didáticos. 3.
Decolonialismo.. 4. Estudos de Gênero. 5. Idade Média
Conectada. I. Silva, Carolina Gual da , 1979-
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. ós-Graduação em História III. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



TERMO Nº 295 / 2025 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.022686/2025-89

Seropédica-RJ, 06 de maio de 2025.

Nome do(a) discente: RODRIGO SIMÕES HANSEN DA CRUZ

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM : 25 de abril de 2025

Banca Examinadora:

Dr. WENDELL DOS REIS VELOSO, UERJ Examinador Externo à Instituição

Dr. CLINIO DE OLIVEIRA AMARAL, UFRRJ Examinador Interno

Dra. CAROLINA GUAL DA SILVA, UFRRJ President

(Assinado digitalmente em 07/05/2025 19:11)
CAROLINA GUAL DA SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matrícula: 1055487

(Assinado digitalmente em 06/05/2025 15:46)
CLINIO DE OLIVEIRA AMARAL
COORDENADOR CURS/POS-GRADUACAO
CoordCGHist (12.28.01.00.00.00.74)
Matrícula: 1715783

(Assinado digitalmente em 08/05/2025 16:39)
WENDELL DOS REIS VELOSO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 107.072.287-19

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **295**, ano: **2025**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **06/05/2025** e o código de verificação: **4c53bc957c**

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Encontrar as palavras certas, via de regra, é uma tarefa impossível. Portanto, minha intenção nestes agradecimentos é escrever as palavras mais simples. Gostaria, do fundo do meu coração e alma, de dedicar esta dissertação a todos e todas que foram citados. Afinal, o ser humano, gregário como é, é incapaz de realizar qualquer tarefa complexa de forma totalmente individual. Assim, este trabalho tem um pouquinho de cada um de vocês, e aqui vai o meu mais profundo agradecimento.

À minha mãe, Simone, por todo zelo e educação que me proporcionou, sendo diretamente responsável pela pessoa que sou hoje. Obrigado pelo apoio e por sempre acreditar em mim.

À minha irmã, Letícia, pelas conversas e pelo companheirismo fraternal, pela empatia e pelo suporte.

À minha vó, Helena, por ser uma grande inspiração de vida, pelos conselhos magistrais e por nunca deixar me abater.

À Natália, minha companheira, que me apoiou em todas as etapas desse processo árduo com muita paciência e amor. Custa-me aceitar se, de fato, sou digno desse amor e dessa paciência, mas independente disso, sem você eu não conseguiria enfrentar o turbilhão de emoções que é um mestrado em História.

À minha orientadora, professora Carolina Gual, por sempre mostrar o caminho, mesmo nos momentos mais difíceis. Obrigado por ser inspiração, pela minuciosa atenção e por ter me apontado para o caminho certo.

Ao professor Clinio Amaral, por ter sido o responsável inicial pelo meu apreço em relação à Idade Média e por, junto do professor Wendell Veloso, me ajudar tanto na banca de qualificação.

Ao professor Luiz Edmundo, por um dia tomar a decisão de fazer uma coleção de livros didáticos e por ser extremamente solícito para que eu pudesse utilizá-la.

Aos meus amigos e amigas, Marcelo, André, Marlon, Arthur, Matheus, Gabriel, Caroline, Jorge, Yuri, Mororó, Gustavo, Bruno, Luiz, Breno, Ana Júlia, Augusto e Artur. Obrigado pelas risadas, distrações, reuniões e conversas que me ajudaram a esfriar a cabeça e recarregar as baterias para um novo dia de leitura e escrita.

E a todos que, de alguma forma, se envolveram no processo de criação desta pesquisa, direta ou indiretamente.

De coração, muito obrigado mesmo.

**Por uma outra Idade Média: a perspectiva decolonial como
contraponto à colonização da Idade Média nos livros didáticos
(1997-2014)**

Rodrigo Simões Hansen da Cruz

Orientador: Carolina Gual da Silva

Objeto de colonização por parte de todos os âmbitos de nossa sociedade, o recorte cronológico da Idade Média apresenta múltiplas representações em nosso cotidiano, seja em filmes, séries, *games*, *memes*, brinquedos, discursos políticos, dentre outros. Partindo do entendimento que os livros didáticos são um tipo específico de neomedievalismo, é possível perceber que esses manuais escolares não visam desconstruir a colonização recorrente do recorte temporal por parte do cotidiano. Pelo contrário, criam mais uma dessas representações, ao escrever a respeito de uma Idade Média branca, masculina, heteronormativa, cristã, feudal, europeia e, acima de tudo, excludente. Este trabalho, portanto, tem como objetivo principal analisar o processo de colonização sofrido pelo recorte temporal da Idade Média em livros didáticos entre os anos de 1997 e 2014, todos voltados para turmas do ensino médio. Além disso, a partir da utilização da obra *A Cidade das Damas* (1405), de Christine de Pizan, enquanto uma ferramenta pedagógica, trazemos a proposição do ensino de uma outra Idade Média na educação básica a partir do uso do decolonialismo, articulado aos campos teóricos dos Estudos de Gênero e da Idade Média Conectada.

Palavras-chave: Idade Média; decolonialismo; Estudos de Gênero; Idade Média Conectada; livros didáticos; Christine de Pizan.

***For Another Middle Ages: The Decolonial Perspective as a Counterpoint
to the Colonization of the Middle Ages in Textbooks (1997-2014)***

Rodrigo Simões

Orientador: Carolina Gual da Silva

Object of colonization by all spheres of our society, the chronological framework of the Middle Ages has multiple representations in our daily life, whether in movies, series, games, memes, toys, political speeches, among others. Based on the understanding that textbooks are a specific type of neomedievalism, it is possible to perceive that these school manuals do not aim to deconstruct the recurring colonization of the temporal framework by everyday life. On the contrary, they create yet another of these representations by depicting a Middle Ages that is white, male, heteronormative, Christian, feudal, European, and, above all, exclusionary. This study, therefore, aims to analyze the process of colonization experienced by the temporal framework of the Middle Ages in textbooks from 1997 to 2014, all intended for high school classes. Furthermore, by using the book “The City of Ladies” (1405), by Christine de Pizan, as a pedagogical tool, we propose the teaching of an another Middle Ages in basic education through the use of decolonialism, articulated with the theoretical fields of Gender Studies and the Connected Middle Ages.

Keywords: Middle Ages; decolonialism; Gender Studies; Connected Middle Ages; textbooks; Christine de Pizan.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	DENTRO DA ACADEMIA: DIFERENTES PERSPECTIVAS, DIFERENTES IDADES MÉDIAS	16
2.1	PÓS-COLONIALISMO E DECOLONIALISMO: UM DEBATE TEÓRICO	16
2.2	COMO DECOLONIZAR A IDADE MÉDIA?.....	21
2.2.1	A PARTIR DOS ESTUDOS DE GÊNERO	22
2.2.2	A PARTIR DE UMA IDADE MÉDIA CONECTADA	37
2.3	DIFERENTES PERSPECTIVAS, DIFERENTES IDADES MÉDIAS: DENTRO DA ACADEMIA.....	44
3	OS LIVROS DIDÁTICOS E SUAS IDADES MÉDIAS CONSTRUÍDAS: UMA METONÍMIA.....	46
3.1	OS LIVROS DIDÁTICOS E SUAS NARRATIVAS: UMA VISÃO GERAL	47
3.2	“AS CRUZADAS” E OS LIVROS DIDÁTICOS: UMA HISTÓRIA EUROPEIA.....	72
3.3	A PRESENÇA-AUSÊNCIA DAS MULHERES NOS LIVROS DIDÁTICOS	74
3.4	A IDADE MÉDIA ESCOLAR ENQUANTO UMA METODOLOGIA CONFORTÁVEL.....	76
4	A IDADE MÉDIA COMO ELA PODERIA SER: O ENSINO DECOLONIAL DA IDADE MÉDIA A PARTIR DO ESTUDO DE CASO DE CHRISTINE DE PIZAN.....	78
4.1	QUEM FOI CHRISTINE DE PIZAN? UMA APRESENTAÇÃO A PARTIR DA OBRA <i>LIVRE DE FAITES D’ARMES ET DE CHEVALERIE</i>	84
4.2	A CIDADE DAS DAMAS: CONSIDERAÇÕES, ESTRUTURAS E OBJETIVOS	86
4.3	CHRISTINE DE PIZAN COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA DE RESISTÊNCIA EM PROL DA IGUALDADE DE GÊNERO.....	88

4.4	CHRISTINE DE PIZAN COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA A.. INTRODUÇÃO DE CONCEITOS A RESPEITO DE UMA IDADE MÉDIA.. CONECTADA	92
4.5	A IDADE MÉDIA NÃO EXISTE(?): CHISTINE DE PIZAN E A..... SUBVERSÃO DO MEDIEVAL	95
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS: A AÇÃO PEDAGÓGICA E O POSICIONAR- SE POLITICAMENTE.....	97

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, por mais que a aproximação em direção a uma Idade Média mais inclusiva seja uma realidade dentro da academia, infelizmente, o mesmo não se pode dizer em relação aos conteúdos programáticos e os livros didáticos. O livro didático é um instrumento crucial nas salas de aula, fato que torna urgente a constante melhoria desse tipo de material e, conseqüentemente, dos debates e críticas a respeito deles. Para além de uma questão de caráter teórico, o acompanhamento das principais produções historiográficas que visam ser utilizadas dentro das salas de aula é uma questão de caráter prático de grande importância, sobretudo na questão dos referenciais teóricos e seleção de conteúdos (Mateus, 2018, p.148), sempre se atentando para uma bibliografia atualizada e para uma abordagem que preze, acima de tudo, pela inclusão.

Partindo disso, esta dissertação busca pensar na possibilidade de um olhar decolonial¹ sobre a presença da Idade Média nos livros didáticos, visto que a Idade Média representada nestes livros escolares é colonizada epistemologicamente. Os usos da Idade Média no nosso cotidiano constroem esse período histórico de forma eurocêntrica, branca, masculina, heteronormativa e lúdica, com os alunos, muitas vezes, levando esses estereótipos para dentro de sala de aula, visto que a Idade Média é constantemente representada, citada, utilizada e referenciada em diversos âmbitos socioculturais. Seja em filmes, séries, programas de televisão, novelas, brinquedos, *memes*, *games* ou mesmo discursos políticos, este período histórico é meramente referenciado ou mesmo pode ser a base que solidifica esses diferentes discursos. Assim, é evidente a utilização da Idade Média para produzir conteúdos diversos e o retorno a ela se tornou obsessivo mesmo fora da Europa (Eco, 1986, p.59) e, em contrapartida, os materiais didáticos utilizados dentro das salas de aula brasileiras reforçam significativamente essas visões.

Dessa forma, entendendo o estereótipo da “Idade Média escolar”² como um uso do passado, pode-se perceber que, por décadas, os livros didáticos de História brasileiros, independentemente do segmento escolar, utilizam-se dele para tratar desse período histórico. Assim, ao utilizar esses livros didáticos, a própria escola também faz

¹Mais adiante, será feita uma discussão a respeito deste termo.

²Entende-se como a forma que a Idade Média é representada em sala de aula a partir da análise de livros didáticos.

uso desse passado para construir um discurso igualmente excludente, visto que, nela, esses mesmos estudantes deparam-se com uma Idade Média não só eurocêntrica, branca, heteronormativa e masculina, como também cristocêntrica, feudal, e repleta de fome, guerra, peste e abusos de poder. Com isso, esses materiais didáticos, majoritariamente, não contribuem em nada na quebra dos primeiros estereótipos citados por se tratar de uma verdadeira metonímia histórica, como se contar uma parte do que aconteceu neste tempo cronológico em uma pequena parte do globo fosse suficiente para dar conta de todo o período que, tradicionalmente, começa do século V e termina no XV³.

É também importante deixar claro que a utilização do termo "Idade Média", nesta pesquisa, abrange todo o globo, e não somente a Europa Ocidental. Apesar de entender que a discussão em torno do termo "Idade Média" seja bastante importante, visto que se trata de uma nomeação, ou seja, um ato de poder, acredito que a permanência na utilização do termo "Idade Média" seja importante para democratizar a discussão que diz respeito à educação básica, aos livros didáticos, ao currículo escolar e a outras questões cotidianas. Dessa forma, a tentativa de propor um novo nome, ou múltiplas nomeações diferentes, para o recorte temporal entendido como Idade Média não será objetivo da dissertação por entender ser algo que exige grande abstração e conhecimentos específicos.

Entretanto, uma importante ideia debatida ao longo de toda a pesquisa é que a Idade Média é um recorte temporal colonizado. Entender a Idade Média como epistemologicamente colonizada é levar em consideração que é possível colonizar uma região da História (o passado) da mesma forma que se coloniza uma região geográfica (território). Mas como se dá esse processo?

Para o estabelecimento de um Império, a colonização do passado é crucial. Os vastos impérios europeus há muitos séculos se constituem da assimilação das pessoas e do espaço em que elas habitam, construindo, inclusive, um outro passado para esses grupos. Passado este que, apesar de pertencer no, sentido cronológico, não tem garantia de civilização plena na nação da Modernidade. Dessa forma, a Idade Média não é meramente um período histórico, mas sim um tempo colonizado e explorado pela Modernidade desde os primórdios da expansão geográfica, ainda nos discursos de

³Considerar como verdade absoluta essa periodização, caso desses livros didáticos, já é por si só, corroborar com uma Idade Média epistemologicamente colonizada. A discussão a respeito da temporalidade será aprofundada na dissertação.

Petrarca, renomado escritor italiano do século XIV que, ao se autodeclarar um “homem novo” (Dagenais; Greer, 2000, p.432), chamou o tempo em que ele vivia de *media tempestas* (tempo medíocre, tempo do meio). Inclusive, é nesse momento que metáforas como “escuridão”, “primitivismo” e “barbaridade” surgem e permanecerão sendo usadas pelos europeus posteriores a Petrarca para descrever o tempo que se tornou um consenso chamar de *Idade das Trevas*; inclusive, esses termos também foram utilizados para descrever os habitantes do novo mundo (Dagenais; Greer, 2000). Assim, o que aconteceu foi uma quebra de coetaneidade, como se esses povos colonizados pertencessem a uma temporalidade diferente da Europa mesmo coexistindo com ela cronologicamente. Como se, na época das grandes navegações, a Europa fosse Moderna, e somente ela, enquanto o resto do mundo permanecesse “medieval” (Bertarelli; Amaral, 2020, p.37-62).

Partindo disso, são possíveis novas abordagens, olhares e análises a serem trabalhadas em sala de aula na educação básica a respeito do período da Idade Média a partir dos estudos pós-coloniais e de paradigmas recentemente discutidos na História Conectada, visto que “o ensino de História Medieval ainda é expressivamente marcado pela visão de uma Idade Média tipicamente ocidentalizada, eurocêntrica e marcada por um viés francófono, sobretudo por conta da influência francesa em nossa tradição historiográfica.” (Albuquerque, 2020, p. 26).

Essa visão ocidentalizada e francófona é bastante perceptível nos livros didáticos quando percebemos a bibliografia deles. Ao longo do material, diversas citações são feitas a Marc Bloch, George Duby, Pierre Riché, Hilário Franco Jr. (que, apesar de brasileiro, é vinculado à historiografia francesa), entre outros medievalistas⁴ cujo auge de suas carreiras foi entre a década de 1930 e a década de 1990, o que torna evidente a falta de uma bibliografia atualizada e que trate de questões que condizem mais com a realidade dos estudantes. Portanto, para que possamos abordar em sala de aula uma Idade Média mais inclusiva, é preciso “desocidentalizar” a História, o que é, resumidamente, segundo Albuquerque

[...] repensar a maneira como demarcamos os períodos da nossa disciplina
 [...] pensar questões pertinentes de uma maneira global, afinal, se utilizamos os mesmos referenciais de uma história europeia ocidental para abordarmos sociedades diversas, como tal periodização pode ser fortuita? Ao utilizarmos expressões como China medieval, Japão feudal e Índia moderna, de que forma não estamos também encaixar modelos de uma história ocidental?
 (Albuquerque, 2020, p.32)

⁴ Em geral, esses autores protagonizam publicações que dão a entender que falar de Idade Média é, necessariamente, falar de feudalismo e cristandade.

Dado o exposto, este estudo propõe aproximar a perspectiva decolonial, presente nas discussões acadêmicas, e a educação básica a partir de dois conjuntos de fontes. O primeiro diz respeito a materiais didáticos utilizados em sala de aula no ensino básico e o segundo, de fontes medievais utilizadas com fins pedagógicos. O exemplo de fonte medieval utilizado pela pesquisa será uma das obras de Christine de Pizan, escritora e conselheira do filho do rei francês, uma vez que seus livros são capazes de propiciar uma diferente forma de interpretar a Idade Média.

Portanto, é utilizando como fonte histórica a obra *A Cidade das Damas* (1405), da escritora Christine de Pizan (1363-1430), a partir da qual buscarei criar um caminho para um ensino decolonial de Idade Média para a educação básica como contraponto ao conteúdo apresentado pelos materiais didáticos utilizados nas salas de aula brasileiras ao longo das últimas décadas. Com esta obra, Christine de Pizan, no início século XV, evidencia a complexa relação entre a escrita (na sua referência metalinguística ao "Campo das Letras"), as questões de gênero (visto que a cidade é idealizada, construída e habitada por "Damas") e a utopia. Esse posicionamento contraria diretamente o discurso dominante e misógino da época, sustentado por autores masculinos que frequentemente menosprezavam a figura feminina nos mais diversos aspectos sociais. Vale destacar que a autora chegou a criticar alguns desses escritores nominalmente⁵. Ao longo da obra, Christine de Pizan adota uma estratégia engenhosa ao se colocar na posição de aprendiz perante três figuras alegóricas femininas – Razão, Retidão e Justiça –, filhas de Deus. A partir desse diálogo, ela formula questionamentos e reflexões que permitem a essas figuras argumentarem sobre a relevância da mulher na sociedade e a inconsistência das críticas perpetuadas contra elas no universo literário masculino. Assim, sua escrita adquire um caráter pedagógico e abrangente, recorrendo a diversas exemplificações para reforçar suas ideias.

Assim, será utilizada especificamente essa obra de Christine de Pizan justamente porque ela narra a história de diversas mulheres virtuosas de diferentes camadas sociais e de diferentes lugares no mundo, cenário perfeito para criar algumas discussões que quebram muitos dos estereótipos supracitados a respeito da Idade Média. Além disso, trata-se de um material de fácil acesso e traduzido integralmente para o português, o que foi levado em consideração por se tratar de um material que será

⁵Por exemplo, a obra de Mateolo, que tinha fama de falar bem das mulheres, é ridicularizada pela autora. PIZAN, Christine. *A Cidade das Damas*. Florianópolis: Mulheres, 2012, p. 58.

utilizado em salas de aula na educação básica.

No que se refere aos livros didáticos analisados, todos os exemplares situam-se no recorte temporal compreendido entre os anos de 1997 e 2014. Ademais, são direcionados a turmas do ensino médio, elaborados por autores e autoras de reconhecido prestígio na área, e integram o acervo de livros didáticos de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob a coordenação do professor Luiz Edmundo de Souza Moraes.

Dessa forma, a pergunta que pretendo responder é: como articular um ensino decolonial ao ensino de História Medieval? Com uma ou outra exceção, quem conta a História é quem tem poder, por isso é comum vermos uma história repleta de heróis homens, brancos, heteronormativos e pertencentes à elite, independentemente da época que esteja sendo tratada. Mais do que evidente, quem toma a História, enquanto disciplina, para si e a monopoliza a ponto de fazer sua versão chegar ao senso comum, é quem tem poder a partir de um processo que persiste por séculos. Fato é, somos epistemologicamente colonizados e a mera aceitação é reprodução ou desconhecimento, cenário que muito bem retrata as mais tradicionais produções acadêmicas brasileiras a respeito da Idade Média.

Portanto, o primeiro capítulo desta pesquisa tratará da discussão teórica bibliográfica que embasam esta pesquisa. Serão realizados debates teóricos a respeito do decolonial e do pós-colonial articulados com dois campos consolidados: o primeiro, o dos Estudos de Gênero, fundamentado nos pensamentos filosóficos de Joan Scott, Judith Butler e Raewyn Connell; e o segundo, o da Idade Média Conectada, em detrimento de outras nomenclaturas como “Idade Média Global” ou mesmo “Globo Medieval”. Estamos em consonância com Marcelo Cândido da Silva, em seu artigo *Uma História Global antes da Globalização? Circulação e espaços conectados na Idade Média*, de que, em termos dos estudos a respeito do período medieval, a expressão “Idade Média conectada” define melhor este campo metodológico porque “História conectada” acaba por constituir uma modalidade específica da abordagem global, por justamente privilegiar a interação entre o local e o global.

Já o segundo capítulo propõe uma análise de um dos conjuntos de fontes desta pesquisa: os livros didáticos. Dessa forma, foram escolhidos seis livros didáticos diferentes, são eles: *História Geral – Ensino Médio* (2006), de Cláudio Vicentino; *História Conexões* (2010), de Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira; *História* (2010), de Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos

Santos; *A Escrita da História* (2009), de Flavio Campos e Regina Claro; *História: das cavernas ao terceiro milênio* (2010), de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota; e *Tempo & Espaço: História* (2004), de Flávio Berutti. Além disso, é importante ressaltar que, ao longo da análise, os conteúdos sobre a Idade Média presentes nesses livros didáticos foram compreendidos como um tipo específico de neomedievalismo, por serem considerados resultado de um processo contínuo de reavaliação do que pode ser feito com a Idade Média em um presente em constante transformação (Fitzpatrick, 2019).

Por fim, o terceiro capítulo tem como objetivo refletir sobre a possibilidade de uma outra Idade Média a partir do uso da obra *A Cidade das Damas* (1405), de Christine de Pizan, como ferramenta pedagógica capaz de introduzir conceitos sobre o princípio da igualdade de gênero e propiciar discussões acerca do que é, de fato, um mundo globalizado. Sendo também capaz de quebrar diversos estereótipos sobre a Idade Média, como a ideia de que a mesma se trata de um recorte temporal exclusivamente masculino, estático e imutável. Dessa forma, torna-se possível seguir um caminho que, no contexto da Educação Básica, evidencia as mulheres como sujeitos ativos da Idade Média, desprovincializa a Europa e concede protagonismo a outras regiões do mundo, como África, Oriente Médio e Ásia.

2 DENTRO DA ACADEMIA: DIFERENTES PERSPECTIVAS, DIFERENTES IDADES MÉDIAS

Na academia, é comum encontrar diferentes perspectivas para abordar uma área do conhecimento específica. A respeito da Idade Média, isso não é diferente. Desde concepções tradicionais, dentre as quais muitas eurocêntricas e excludentes, até concepções mais recentes, que buscam ser um tanto mais inclusivas, a Idade Média é objeto de disputas entre os mais diversos discursos historiográficos há séculos.

Atualmente, com a academia, e somente ela, supostamente afastada dessas antigas perspectivas de "Idade das Trevas" e "infância das nações", os debates a respeito do período têm se tornado cada vez mais inclusivos, sobretudo com a popularização de perspectivas como o decolonialismo, a Idade Média Conectada e os Estudos de Gênero, que nos permitem perceber a Idade Média como um tempo sistematicamente colonizado, pelo menos, pelos últimos cinco séculos.

Portanto, neste capítulo, discutirei a possibilidade de uma Idade Média decolonial e como as perspectivas de Idade Média Conectada juntamente com o campo dos Estudos de Gênero podem ser extremamente úteis quando associadas à primeira, visto que essas perspectivas também permitem diferentes abordagens que descentralizam e provincializam a Europa e sua concepção filosófica, valorizando outras culturas, povos, etnias, gêneros, filosofias, cosmovisões e religiões.

2.1 PÓS-COLONIALISMO E DECOLONIALISMO: UM DEBATE TEÓRICO

Pedra angular do eurocentrismo e do cientificismo é a formulação “Penso, logo existo”, de Descartes, elaborada em 1637. Duas ideias são fundamentais no Descartes: o solipsismo e o Discurso do Método dualismo corpo/mente. Não só a certeza do conhecimento objetivo e verdadeiro é gerada a partir de um monólogo interno, baseado na desconfiança perante as demais pessoas, mas há uma desvalorização das sensações e percepções corporais como possíveis fontes de conhecimento válido. No momento da formulação do *Discurso do Método*, Descartes inaugura uma tradição de pensamento que se imagina produzindo um conhecimento universal, sem determinações corporais nem determinações geopolíticas. Em outras palavras, passa-se a acreditar que o conhecimento produzido dentro dessa tradição tem validade universal. Mesmo que Descartes não tenha definido quem é esse ‘eu’, não há dúvidas que ele se refere ao homem europeu [...] o resultado de 150 anos de domínio, exploração, escravização e desumanização praticada pelo *ego conquiro* contra os diversos povos indígenas e africanos. (Bernadino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018, p.11)

Seguindo a linha de raciocínio da passagem supracitada, presente na *Introdução* do livro *Decolonidade e pensamento afrodiaspórico* (2018), organizado por Joaze Bernadino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel, surge a necessidade de sermos decoloniais e, para isso, segundo Maldonado-Torres (2018), não basta se tornar independente política e economicamente enquanto povo (ou seja, superar o *status* de “colônia”), afinal, independência e decolonização não são, necessariamente, a mesma coisa. Há lógicas coloniais que podem continuar existindo depois do clímax da conquista da independência e do movimento de libertação. É justamente nesse contexto que a decolonialidade oferece dois lembretes-chave: o primeiro é o de manter “a colonização e suas várias dimensões claras no horizonte de luta”; e o segundo, “serve como uma constante lembrança de que a lógica e os legados do colonialismo podem continuar existindo mesmo depois da colonização formal e da conquista da independência econômica e política.” (Maldonado-Torres, 2018, pp. 31-32). Portanto, é preciso lutar constantemente para que não sejamos epistemologicamente colonizados e, hoje, o decolonial influencia diversos trabalhos intelectuais, artísticos e ativistas. Mas como teve início esse movimento?

Na década de 1980, uma produção intelectual de acadêmicos das chamadas “zonas periféricas” recebeu destaque ao redor de todo o globo ao inaugurar o que ficou conhecido como pós-colonialismo. No contexto dos debates estruturalistas e pós-estruturalistas, as narrativas pós-coloniais surgiram com o intuito de questionar as narrativas historiográficas até então produzidas, sempre centradas na Europa e na Modernidade, e a evidente divisão Norte/Sul, que sempre contribuíram para a naturalização da hegemonia europeia, autoproclamada proprietária e protagonista da História do mundo. Assim, o pós-colonialismo não é uma teoria em si, mas vem acompanhado de teorias como pós-estruturalismo, psicanálises e feminismo em seus discursos críticos, valorizando a experiência humana na sociedade, reconhecendo o pessoal, a dimensão humana e as relações assimétricas de poder entre Norte e Sul.

Uma das obras mais importantes e inauguradoras do pós-colonialismo, *“Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente”*, de Edward Said (1990), teve um grande impacto no campo ao denunciar as tradições escolares euro-americanas, sobretudo o campo acadêmico chamado “Estudos Orientais”. Para Said, o Orientalismo é um “empreendimento cultural europeu”, uma construção do Oriente por parte do Ocidente que o produziu política, sociológica, econômica e psicologicamente ao longo

de séculos e que, por isso, hoje possui uma identidade cumulativa e corporativa muito potente por constantemente dialogar com a cultura popular (livros clássicos, a Bíblia, etc.), com as instituições políticas (governos, companhias comerciais, universidades) e com os “escritos genericamente determinados” (livros de viagem, de exploração, fantasia, descrição social) (Said, 1990, p. 209). É dessa forma que o Orientalismo se torna um consenso, visto que, sem qualquer tipo de questionamento, novas obras são feitas, inclusive acadêmicas, que são fundamentadas por uma produção cultural secular produzida por ocidentais a respeito de um outro, os orientais, ou melhor, o Oriente⁶. Importante ressaltar que a invenção do conceito de "Oriente" pelos ocidentais também contribuiu para a formação da própria identidade europeia a partir de uma questão de contraste, visto que claramente há uma reafirmação a partir da diferença, como se a formação do “nós” europeu se desse pela existência e diferenciação em relação ao “outro” estrangeiro e nisso se bastasse (Said, 1990, p. 13-14).

Outra obra de grande importância, “*Pode o subalterno falar?*”, da crítica e escritora indiana Gayatri Spivak (2010), utiliza o termo gramsciano “subalterno” para abordar pessoas oprimidas que passam por um problema crucial ao longo de sua obra: o da representação. Estando bastante próxima da filosofia desconstrucionista, Spivak parte da análise do trabalho de historiadores e sociólogos indianos radicais, fundadores da revista *Subaltern studies*, e desafia o principal anseio desse grupo de estudos: a possibilidade de “redescobrir” uma essência subalterna preexistente. Ao se aprofundar nessa esperança coletiva, Spivak chega à conclusão de que a pessoa que alcança uma alfabetização requintada e produz um material academicamente relevante, será quase que certamente desqualificada caso ela decida falar pelas pessoas nas quais ela deveria representar. Além disso, a autora, por mais que reconheça a existência de uma “violência epistêmica” em relação à classe dos intelectuais indianos, argumenta que quaisquer tentativas de melhoria da posição concedida a esses intelectuais encontrarão com os problemas de uma suposição da existência de uma solidariedade cultural entre pessoas heterogêneas, o que acabaria fazendo com que os subalternos reinscrevessem sua posição de subordinados na sociedade, e, principalmente, criaria uma dependência dos intelectuais ocidentais em falar pelos subalternos, não permitindo que eles falem por si mesmos. Assim, para a autora, a existência de uma “violência epistêmica”, fruto do

⁶Apesar de denunciar a colonização cultural e epistemológica do Ocidente em relação ao Oriente, Said é criticado por que Said por tratar o “Ocidente” e o “Oriente” como blocos monolíticos e homogêneos, ignorando as diferenças internas dentro dessas categorias.

imperialismo e do capitalismo (que tem fortes ligações com o colonialismo), não pode ser posta por cima de uma violência bem mais generalizada que está localizada no gênero, na classe, na casta, na etnia, etc..

Também de extrema importância, a obra “*Razão ou raciocínio? Clio ou Shiva?*”, de Sanjay Seth (2013), diretor do centro de estudos pós-coloniais da Universidade de Londres, traz à tona que é impossível uma concepção ocidental de história, dotada de objetivos e conectada a diversos fenômenos, tratar das questões históricas orientais. Para o autor, “se uma corte britânica pôde abrir espaço para Shiva como uma pessoa jurídica, nós não poderíamos encontrar um lugar para ele no tribunal da história? Não seria possível que Clio dançasse com Shiva? Essa é uma resposta intrigante, mas a resposta deve ser um franco não.” (Seth, 2013, p. 177). Seth tem como objetivo pluralizar a razão e não universalizar uma forma de se chegar ao passado, pois isso seria chegar a uma conclusão onde somente a história ocidental é racional e, as demais, todas irracionais. Portanto, o autor não anseia por uma razão pluralizada porque é evidente que os códigos e formas de se chegar ao passado são diferentes para o Ocidente e para o Oriente. Assim, o historicismo não pode ser parte da solução, mas sim parte do problema, visto que a palavra “história” tem suas origens claramente demarcadas, e, para Seth, outras culturas possuem outras formas de escrita que não são iguais à ocidental para escrever sobre seu passado. Evidentemente, o Ocidente tem seu discurso particular para falar a respeito de sua própria história, o verdadeiro problema é, portanto, achar que este discurso é, da forma mais literal possível, o dono da Razão, e, automaticamente, considerar que os demais discursos são repletos de irracionalidades. A História (ocidental) é apenas uma maneira de constituir o passado e estabelecer uma relação com ele, e não um fato do mundo.

Dessa forma, o termo pós-colonial, segundo Stuart Hall (2003), refere-se a todo o processo de colonização, ou seja, a colonização marcou com igual intensidade todas as sociedades, tanto as colonizadoras quanto as colonizadas, mas de formas distintas, subvertendo o binarismo colonizador/colonizado na nova conjuntura. Nessa linha argumentativa, a colonização nunca foi algo externo às sociedades imperiais, mas sim sempre esteve inscrita nelas da mesma forma que sempre esteve inscrita na cultura dos colonizados. Tornar isso evidente é uma das principais contribuições do pós-colonialismo. Portanto, Hall deixa claro que, por mais que as culturas do colonizador e do colonizado permaneçam profundamente diferentes, elas nunca operaram de forma

absolutamente binária, e certamente também não funcionam dessa forma hoje em dia, obrigando-nos a “reler os binarismos como forma de transculturação, de tradução cultural, destinadas a perturbar para sempre os binarismos culturais do tipo aqui/lá”, e é justamente essa “dupla inscrição”, sobre a qual a história do imperialismo tanto se debruçou, que o pós-colonialismo evidencia. Assim, ele não descreve meramente uma sociedade ou época específica, mas sim entende a “colonização” como parte de um processo global transnacional e transcultural por essência, produzindo uma reescrita descentrada, diaspórica e global das grandes narrativas imperiais sobre o passado, centralizadas no conceito de nação, que por sua vez, também é ocidental. (Hall, 2003, p. 108-109).

Considerando tudo isso, é perceptível que a própria História enquanto disciplina escolar e acadêmica faz parte dessa razão ocidental inquestionável. A própria divisão da história quadripartite (Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea) é algo tipicamente europeu, que conta a História da Europa como se fosse a História do mundo. Nesse processo, durante muito tempo, a Idade Média ficou relegada como a “Idade das Trevas” ou como o berço de todas as nações, o que criou diversos problemas de coetaneidade devido ao fetichismo criado em relação à modernidade graças à necessidade exagerada de “ser Moderno”, o que pode ser percebido no fato de que os habitantes do “novo mundo”, por exemplo, foram vistos como se pertencessem a uma temporalidade diferente da Europa mesmo coexistindo simultaneamente a ela cronologicamente (Dagenais; Greer, 2000, p. 431). Nos séculos XVIII e XIX, momento da fundação da História enquanto disciplina acadêmica, a História foi utilizada com o intuito de reforçar a positividade da Modernidade, até porque a sua fundação está entrelaçada umbilicalmente com os projetos nacionais e coloniais (conceitos modernos, no sentido cronológico do termo) que co-geraram as concepções de Idade Média e de sujeito colonial (Davis; Puett, 2015, p.7). Portanto, o termo “Idade Média”, assim como todos os outros termos históricos que pretendem ser universais, foi construído e corroborado por um projeto de poder que é intrínseco ao termo.

Portanto, da mesma forma que Edward Said interpretou a disciplina acadêmica “Orientalismo”, muito comum nas universidades inglesas, enquanto um “empreendimento cultural europeu”, - ou seja, não como um conhecimento “ético” sobre o Oriente, mas sim como uma construção consciente do Ocidente a respeito do Oriente-, é objetivo desta pesquisa mostrar, a partir das interpretações teóricas desses autores

decoloniais, que o mesmo também pode ser aplicado a própria concepção de Idade Média, com os livros didáticos sendo um excelente exemplo de o porquê estabelecer esta relação. A grande diferença seria que o espaço ocupado pelo Ocidente na obra de Edward Said passaria a ser ocupado pela Modernidade enquanto um conceito estritamente ocidental, onde o Ocidente tem o monopólio do moderno e o "medieval" seria a representação do "atraso" teorizado do ponto de vista histórico. Ou seja, a existência de uma "Idade Média escolar", presente nos livros didáticos, fortalece uma historiografia teleológica que privilegia a noção de um Ocidente moderno e civilizador, trazendo à tona uma ideia de que tudo que não for ocidental é, consequentemente, atrasado.

Assim, entendendo a Idade Média como uma ferramenta ligada a um projeto de poder secular, que durante muito tempo foi abordada na academia como um mero contraponto da Idade Moderna, ou seja, como uma época obscura, bárbara, sem cultura, sem filosofia, cristocêntrica, mas que ao mesmo tempo permitiu o surgimento da burguesia, do Estado, da nação (é válido lembrar que essas concepções até hoje são as predominantes na educação básica, mas isso é assunto para o próximo capítulo), surgem algumas perguntas: A Idade Média pode ser decolonial? Se sim, como? A partir de que perspectivas?

2.2 COMO DECOLONIZAR A IDADE MÉDIA?

A Idade Média e as suas apropriações permeiam o âmbito cultural ao redor de todo o mundo, inclusive no Brasil. Desde a literatura de Cordel, a telenovela “Deus Salve o Rei” (2018) (Silva, 2021), as Cavalcadas de Santo Amaro em Campo dos Goytacazes – RJ, diversos *memes* que povoam o ambiente virtual; a caricatura do medieval e suas aplicações cumprem diversos propósitos. Desta forma, está sendo tratada, até então, uma discussão a respeito da Idade Média como um recorte cronológico que já em sua incipiência mostra-se colonizado e que é constantemente utilizado para defender qualquer tipo de discurso. Este capítulo contempla uma perspectiva de “dentro da academia” onde já estão bem estabelecidas (apesar de não tanto como poderia) diversas perspectivas que percebem os diferentes usos de diferentes idades médias, remetendo, portanto, à célebre afirmativa “A Idade Média não existe” do historiador Christian Amalvi (AMALVI, 2002, p. 537-551).

Entendida há muito como um tempo cronológico colonizado por historiadores por, pelo menos, desde o século XVIII, mas sobretudo a partir do século XIX, surgem então muitas questões inerentes a esse debate: como decolonizar a Idade Média? Como desapropriar a História do século V ao século XV de uma história única e exclusiva da Europa? O que leva para outra pergunta: qual o sentido dessas marcações temporais que atendem somente à história da Europa? Essas questões nos fazem questionar a própria Razão Ocidental (Seth, 2013) e nos alertam para como a própria História, enquanto disciplina, é uma invenção ocidental para narrar a história ocidental sob a perspectiva ocidental e como a Idade Média, entendida como invenção histórica do Homem Moderno branco e masculino, tem um papel fundamental como mecanismo de poder sobre o passado.

Portanto, entendendo a História enquanto uma disciplina ocidental, branca, heteronormativa e masculina, acredito que os primeiros passos para decolonizar a Idade Média sejam através das perspectivas que cada vez mais têm se popularizado entre os medievalistas: os Estudos de Gênero e a História Global. A partir dessas perspectivas, podemos entender algumas noções importantes para pensarmos uma Idade Média decolonial, como o gênero enquanto uma construção social (gênero como constructo) e a periferização da Europa medieval, entendida como um dos muitos centros de um mundo medieval conectado (o que talvez seja o primeiro passo para desprovincializar a Razão Ocidental).

2.2.1 A PARTIR DOS ESTUDOS DE GÊNERO

A ascensão dos Estudos de Gênero deu-se a partir das décadas de 1970 e 1980 com sua base teórica vindo, sobretudo, a partir das análises e considerações da intelectual Joan Scott (1986). Segundo a autora,

'Gênero', como substituto de "mulheres", é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de formas separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. [...] O Gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as 'construções sociais' - a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades

subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero, segundo essa definição, é uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado. (Scott, 1986, p.75).

Entendendo o gênero como uma construção social, Joan Scott propõe que ele seja utilizado como categoria de análise histórica, um meio capaz de dar sentido entre complexas relações e interações humanas (Scott, 1986, p.89). Assim, sendo uma área riquíssima que constantemente se renova, os Estudos de Gênero são uma perspectiva extremamente útil para analisar a História em seus diversos tempos cronológicos, todos eles com diferentes relações de gênero em suas mais diversas sociedades, inclusive a Idade Média.

Entretanto, para entender essa perspectiva, é bastante importante esclarecer que os gêneros e suas funções não são algo natural, mas sim algo construído socialmente que aceitamos como plenamente natural, visto que o gênero como construto também é um termo colonizado epistemologicamente pelo moderno civilizatório europeu que nos leva a uma percepção de submissão e passividade da mulher. É importante também entendermos, a partir da perspectiva de gênero, que existe uma artificialidade das oposições entre opressão e liberdade a partir desse padrão eurocêntrico. Dessa forma, o colonialismo também contribui para a opressão de gênero e, para que isso possa ser evitado, é preciso levar em consideração que não existe um modelo superior ou inferior para as relações de gênero e que nenhuma sociedade deveria impor as suas relações de gênero em relação à outra.

Um dos objetivos da obra *“Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”*, da filósofa estadunidense Judith Butler, é justamente buscar explicar as categorias fundacionais do sexo, gênero e desejo como efeitos de uma formação específica de poder. Para isso, supõe-se uma investigação crítica (que Foucault, reformulando Nietzsche, chamou de genealógica) que se recusa a buscar as "origens do gênero", a verdade íntima do desejo feminino ou uma identidade sexual feminina autêntica, impossível de ser vista graças à repressão. Portanto, o que essa investigação crítica analisa são justamente as

apostas políticas, designando como origem e causa categorias de identidade que, na verdade, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos. A tarefa dessa investigação é centrar-se - e descentrar-se- nessas instituições definidoras: o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória (Butler, 2003, p. 10).

Assim, a genealogia tem como foco o gênero e sua análise relacional exatamente porque o "feminino" já não mais é uma noção estável, tendo um significado "tão problemático e errático quanto o significado de 'mulher'", também porque ambos os termos só ganham esse significado problemático enquanto entendidos como "termos relacionais". Dessa forma, não é correto que, idealmente, a teoria feminista "deva tentar resolver as questões da identidade primária para dar continuidade à tarefa política". (Butler, 2003, p.9-10).

Portanto, é importante refletirmos a respeito de uma possível reconsideração do status “mulher” enquanto sujeito do feminismo e também a própria distinção do sexo/gênero, discussões essas trazidas por Judith Butler em seu capítulo "Sujeitos do sexo/gênero/desejo", onde a heterossexualidade compulsória e o falocentrismo são compreendidos como regimes de poder/discurso que respondem às questões centrais do discurso de gênero de maneiras frequentemente divergentes. Para Butler, essencialmente, a teoria feminista presume a existência de uma identidade definida, a de mulheres, cujo papel é de, no interior de seu discurso, deflagrar os interesses e objetivos feministas. Mas não só, como também tem o papel de constituir o sujeito mesmo, sobre o qual a representação política é almejada. A partir disso, Butler irá abordar a problemática por trás dos conceitos de política e representação. Em relação à questão da representação, surge um problema: ao mesmo tempo em que serve "como termo operacional no seio de um processo político que busca estender visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos", ela também é "função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres", isso porque, para as feministas, pareceu necessário uma linguagem capaz de representá-las completa ou adequadamente, com o intuito de promover mais visibilidade política em um contexto em que a vida das mulheres era pouco ou não representada⁷ (Butler, 2003, p.17-19).

Dessa forma, Butler vai além das funções “fundacionistas” que sustentam a noção de sujeito e vai de encontro com a problemática da suposição da "identidade comum". "Mulheres" tornou-se um termo problemático porque

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da 'pessoa' transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o

⁷ Essa pouca ou não representação política pode ser vista ainda hoje, inclusive no objeto de análise desta pesquisa: o material didático de Idade Média presente em livros didáticos, como veremos mais adiante.

gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas. (Butler, 2003, p.20)

O resultado disso é que é impossível separar a noção de "gênero" das interseções políticas e culturais (e, por que não, temporais?) sobre as quais ela está mantida e é produzida. Dessa forma, hoje, é comum a crítica em relação à noção de um patriarcado universal, visto ser nítido seu fracasso em explicar os mecanismos de opressão de gênero em contextos culturais concretos e diferentes entre si, o que faz cair por terra também a própria presunção política da existência de uma base universal para o feminismo. Até porque, isso concordaria com a ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular e discernível na estrutura, neste caso, universal, do patriarcado. Para Butler, essa discussão é urgente devido ao fato de que essa teoria feminista se esforçou para "colonizar e se apropriar de culturas não ocidentais, instrumentalizando-as para confirmar noções marcadamente ocidentais de opressão" (Butler, 2003, p.21), construindo um "terceiro mundo", ou até mesmo um "Oriente" (explicado por Edward Said) em que a opressão de gênero é "natural", e não ocidental.

O que queremos chamar a atenção nessa primeira parte da obra de Butler, portanto, é a ideia de que a invocação não problematizadora da categoria "mulheres" impede a possibilidade do feminismo ser, de fato, uma política representacional, até porque pouco faz sentido a representação ser o único foco da política e acabar por representar sujeitos mediante a exclusão. Dessa forma, a identidade do sujeito feminista não deve ser o que fundamenta a política do feminismo justamente porque a formação desse sujeito se dá a partir de um campo de poder que se fundamenta a partir de afirmações deste tipo. Butler defende, portanto, que a ideia de representação só fará sentido quando o sujeito "mulheres" não for algo presumido por ninguém.

Portanto, para estudar a categoria gênero em outras épocas, culturas e sociedades, é preciso entender que se o gênero ou o sexo são fixos ou livres, isso ocorre em função de um discurso que busca estabelecer limites à análise ou mesmo manter uma estrutura dogmática. Para Butler, "Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura". O que quer dizer não que toda possibilidade de gênero seja facultada, mas sim que existem limites em uma experiência condicionada a partir de um discurso. O que é importante perceber é justamente a ideia de que esses

limites giram em torno de um discurso cultural que é hegemônico e baseado em estruturas binárias entendidas como a linguagem da racionalidade universal, essa coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o “domínio imaginável do gênero” (Butler, 2003, p.27-28).

Seguindo essa linha de raciocínio, a "coerência" e "continuidade" de uma pessoa não seria uma característica lógica ou analítica de sua condição, mas sim normas de inteligibilidade socialmente instruídas e mantidas. Além disso, sendo a "identidade" (vista enquanto uma necessidade do *status quo*) assegurada por "conceitos estabilizadores" como o sexo, o gênero e o desejo, a nossa própria noção de pessoa se veria questionada por aqueles cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, e que por mais que pareçam pessoas, não estão conforme os padrões de gênero da inteligibilidade cultural nas quais a sociedade em questão define uma pessoa. Ou seja, está claro que a matriz cultural que concebe a existência da identidade de gênero exige que certos tipos de "identidade" não possam, logicamente, existir, como no caso daqueles que o gênero não decorre do sexo ou que o desejo não decorre nem do "sexo" nem do "gênero", onde “decorrer” seria uma espécie de "lei cultural"⁸. Mas é importante ter em mente que

sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetos reguladores desse campo de inteligibilidade e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem de gênero (Butler, 2003, p.38)

Dessa forma, é preciso entender que essa “impossibilidade de existência” não existe de verdade, visto que ela só é palpável justamente por esses padrões de gênero da inteligibilidade cultural, afinal, pessoas fora dos padrões dominantes reproduzidos discursivamente sempre existiram em todas as sociedades, culturas e épocas da história.

O que Butler propõe na primeira parte de sua obra é questionar essa prioridade concedida ao ideal de “homem” e “mulher”, como se fossem substâncias imutáveis, dadas naturalmente. Ao dispensar essa ideia, a subordinação de gêneros dissonantes como meras “características secundárias ou acidentais de uma ontologia do gênero que permanece fundamentalmente inata” não será mais uma possibilidade. Se a percepção de que o gênero não é substância permanente⁹, então a própria ideia de homem e mulher

⁸Todas as aspas utilizadas neste parágrafo estão relacionadas a expressões utilizadas por Judith Butler.

⁹Mas não ignorando que há uma construção fictícia em relação a isso produzida por uma ordenação compulsória de atributos específicos de gênero

como substantivos se vê questionada “pelo jogo dissonante de atributos que não se conformam aos modelos sequenciais ou causais de inteligibilidade”, ou seja, o gênero não é um substantivo, visto que seu efeito substantivo é meramente produzido de forma performativa e imposto por práticas reguladoras de coerência de gênero. Entretanto, o gênero tampouco é um conjunto de atributos flutuantes. “Nesse sentido, o gênero é sempre um feito”, e é necessário repensar as categorias do gênero fora da metafísica da substância, o que é muito desafiador. Assim, “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente construída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados.” (Butler, 2003, p. 46-48). É a partir dessa ideia de um caráter performativo que Judith Butler contribui para a noção de gênero enquanto uma categoria de análise histórica, proposta por Joan Scott.

Butler, então, clama para que entendamos “o drama do Simbólico, do desejo, da instituição da diferença sexual”, como uma espécie de economia autônoma dotada de um poder demarcador e excludente a respeito do que se pode ou não ser pensado “nos termos da inteligibilidade cultural”. Para ela, tentar distinguir o que vem “antes” e “durante” da cultura é uma forma de exclusão de possibilidades culturais desde o início por ser uma estratégia narrativa que, ao girar em torno da distinção entre “uma origem irrecuperável e um presente perpetuamente deslocado, não mede esforços para recuperar essa origem, em nome de uma subversão inevitavelmente atrasada” (Butler, 2003, p.117-118).

Já em “Atos corporais subversivos”, há uma consideração crítica sobre a construção do corpo materno em Julia Kristeva, com o objetivo de mostrar as normas implícitas que fomentam a inteligibilidade cultural do sexo e da sexualidade em seu trabalho. Na parte final do capítulo, “Inscrições corporais, subversões performativas”, é considerado que a noção sobre corpo é politicamente construída. Nela, Butler irá propor uma série de práticas que visam romper com o sexo, o gênero e a sexualidade, dando origem a uma “ressignificação subversiva”, que visa se proliferar e ir além da estrutura binária.

Dessa forma, o que Butler vem fazendo ao longo de toda a obra ao abordar as categorias do “sexo verdadeiro”, do “gênero distinto”, da “sexualidade específica”, e como tudo isso, em grande parte, é o ponto de referência de boa parte da teoria e política feminista, até porque, teoricamente, o feminismo é uma perspectiva formulada para expressar os interesses das “mulheres”, é evidenciar que “mulheres” é uma categoria bastante problemática. A distinção sexo/gênero generaliza o “corpo” que,

evidentemente, preexiste ao seu significado sexuado adquirido. Portanto, esse "corpo" parece um meio passivo, significado por uma fonte cultural representada como "externa" em relação a ele. Para Butler, se "o corpo" é apresentado como passivo e anterior ao discurso, toda teoria do corpo enquanto algo culturalmente construído deveria questionar essa ideia enquanto uma generalidade suspeita, visto que essas concepções, hoje dadas como "naturais" a partir de uma explicação biológica (do ponto de vista científico), tem precedentes cristãos e cartesianos. Assim, o repúdio em relação aos corpos em função de seu sexo, sexualidade e/ou desejo é uma "expulsão" seguida de "repulsa", e é exatamente isso que "fundamenta e consolida identidades culturalmente hegemônicas em eixos de diferenciação de sexo/raça/sexualidade". Essa consolidação de "identidades" é baseada e justificada a partir de um "*othering*" que, por sua vez, justifica a exclusão e, consequentemente, a dominação (Butler, 2003, p.186-192).

Finalmente, em "Da interioridade aos performativos do gênero", os atos, desejos e gestos produzem uma substância interna a partir da superfície do corpo que sugerem, mas não revelam, "o princípio organizador da identidade como causa". Então esses atos, gestos e atuações são performativos justamente porque a essência, ou identidade, que pretendem expressar são fabricações sustentadas por signos corpóreos e também pelo discurso. E, segundo Butler, se o corpo/gênero é marcado pelo performativo, ele não tem status ontológico separado da própria realidade na qual se estabelece. O que também sugere que

Se a realidade é fabricada como uma essência interna, essa própria interioridade é efeito e função de um discurso decididamente social e público, regulação pública da fantasia pela política de superfície do corpo, do controle, da fronteira do gênero que diferencia interno de externo e, assim, institui a "integridade do sujeito" (Butler, 2003, p.195).

Portanto, os atos, os gestos e os desejos criam uma ilusão de uma essência interna que organiza o gênero, ilusão essa mantida por um discurso próprio e regulador de uma estrutura de sexualidade que reproduz a heterossexualidade como uma obrigatoriedade. Assim, deslocar essa origem política e discurso da identidade do gênero para um local psicológico impede a análise dessa constituição política do sujeito marcado por um gênero fabricado em detrimento de sua verdadeira identidade. Butler, portanto, acredita que

se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente

produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre identidade primária e estável (Butler, 2003, p.195).

Assim, Judith Butler, a partir de *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*, nos faz atentar para o fato de que o gênero, além de uma categoria útil de análise histórica, apresenta um caráter performativo não natural, nem mesmo em sua origem, sendo esta uma construção discursiva e política. Entender isso permite-nos realizar com clareza essa diferenciação das relações de gênero em relação às diferentes culturas, sociedades e, sobretudo, tempos históricos, visto que este trabalho visa também debater o “decolonizar a Idade Média” a partir dessas relações de gênero.

Entretanto, ainda há um problema: ao se voltar para a obra *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*, Raewyn Connell fala que a mesma se tornou ícone de um verdadeiro movimento cultural que enfatiza a fragilidade de todas as categorias de gênero identitárias, vendo o gênero como fluído em vez de fixo, formulando uma nova onda de pensamento lésbico e gay, a teoria *Queer*, que entende que a "heteronormatividade" empurra as pessoas para identidade de gênero fixas e binárias. Segundo a autora, essa onda de pensamento chegou a "*queerizar*" tudo o que podia ser visto, inclusive as velhas formas de ativismo lésbico e gay. Entretanto, Connell evidencia que houve uma reação a esse discurso na identidade e na cultura, por uma onda de feministas do norte que rotulou "essa moda" de "novo materialismo", que acaba por enfatizar os corpos, dando importância para suas representações e normas, voltando a prestar atenção para o caráter biológico e ao mundo material. Esse parece ser o grande ponto de crítica de Connell em relação ao livro de Judith Butler. Para Connell, essas questões nunca foram, exatamente, um problema no Sul Global, sendo muito mais necessário sempre tratar de problemas centrais como a pobreza, nutrição, morte perinatal, AIDS, violência patriarcal, sendo isso uma correção útil a ser feita nas metrópoles (Connell, 2015, p. 142-143).

É justamente essa perspectiva crítica que *Gênero: uma perspectiva global*, de Raewyn Connell, segue. O grande objetivo da socióloga australiana é mostrar que, por mais que a visão do Norte Global seja importante, não se pode esquecer que a grande maioria das pessoas vivem fora dessas experiências sociais, dando uma atenção especial para os autores, os trabalhos e os problemas existentes no Sul Global.

Em seu primeiro capítulo, “A Questão de Gênero”, Connell aborda os problemas de gênero existentes nas sociedades de forma prática, utilizando de dados

estatísticos e exemplos reais. Para a autora, tanto no mundo da música, política, ambientes virtuais, mundo dos negócios e muitos outros exemplos, mostram que há uma desigualdade de gênero considerável. Inclusive, por mais que as mulheres sejam parte considerável da PEA (população economicamente ativa), elas ocupam os empregos menos valorizados, em postos de serviços ligados ao trabalho confessional ou administrativo e a outros tipos de trabalho relacionados ao cuidado (enfermagem, professora infantil, etc.). Isso tudo sem ainda nem considerar a jornada dupla de trabalho, por conta do trabalho doméstico, cuja maioria é realizada também pelas mulheres. Outro problema é a diferença grande de remuneração entre homens e mulheres que é, em geral, explicada pelo padrão de comportamento que supõe que mulheres trabalham menos horas e têm mais chance de estarem desempregadas, além da "super-representação das mulheres em trabalhos pouco remunerados." (Connell, 2015, p.29-35)

Neste cenário, é nítido que, muitas vezes, passa longe de ser uma mera escolha a mulher ser "economicamente dependente", visto que o próprio mercado de trabalho, a forma como ele funciona e trata as mulheres, já é uma forma de violência. É trocar, muitas vezes, uma violência pela outra. Portanto, todos esses fatos supracitados, segundo o pensamento moderno sobre gênero, não são aleatórios, afinal, formam padrões que fazem sentido ao serem analisados como parte de arranjos mais gerais do gênero que, em sociedades contemporâneas, é chamado de "ordem de gênero".

Nela, há uma naturalização da distinção do gênero em duas categorias (no cotidiano, isso é visto como algo "dado", não é algo que o indivíduo para e reflete sobre, necessariamente), com comportamentos esperados para elas. Isso significa que qualquer coisa que vá além dessa normatividade (como a homossexualidade, por exemplo), é vista como algo ruim, marginal, que não é natural¹⁰. Dessa forma, há um interesse muito grande por parte da superestrutura em "canalizar o comportamento das pessoas", evidenciando sempre masculinidades e feminilidades exemplares. Importante dizer que isso pode ser notado ao ser analisada qualquer figura de autoridade, não só necessariamente o braço legislador, como, por exemplo, padres, pais, mães, professores, agências publicitárias, todos têm um interesse em formular ideias fixas sobre um

¹⁰Connell traz um questionamento importante: se a heterossexualidade é vista como algo "natural", por que existem punições para quem comete práticas homossexuais? Afinal, como diz Connell, "não há punições para quem viola a terceira lei da termodinâmica" (enquanto que existem diversas leis "antigays" ao redor do mundo), ou seja, definitivamente essas ações só fazem sentido porque elas não determinadas por natureza (Connell, 2015, p.37).

comportamento adequado de cada gênero. Ou seja, Connell, a partir dessas reflexões, chega à conclusão de que ser um homem ou uma mulher (guardadas as suas devidas proporções) não é um estado predeterminado, mas sim um "tornar-se", algo ativamente em construção. Tudo isso é justamente debatido no desenvolvimento da "identidade de gênero" que, no momento, irá servir como um nome para a sensação de pertencimento a uma categoria de gênero, que é formulada por ideias que não são apresentadas quando somos bebês, como um "pacote fechado no início da vida"¹¹, mas sim são ideias que se desenvolvem e vão sendo melhor elaboradas na medida em que crescemos (Connell, 2015, p.36-38).

Levando isso em consideração, é muito importante entender que os gêneros são, ao mesmo tempo, fontes de reconhecimento, identidade e prazer, mas também de injustiça e dano, ou seja, é algo inerentemente político, e uma política, muitas vezes, complicada e difícil. Assim, as ações políticas de movimentos feministas e gays dos anos 1960 e 1970 foram cruciais para dar luz a um campo que era muito pouco compreendido, criando demandas por conhecimento e por, principalmente, ações. É justamente essa ação política que serviu como trampolim histórico para as atuais pesquisas sobre gênero, servindo de mudança profunda que, segundo autora, cada vez mais parece uma revolução no próprio conhecimento humano. Assim, o objetivo de *Gênero: uma perspectiva global* também é mapear essa revolução, descrever o terreno revelado pela política do gênero e pelas pesquisas sobre o gênero, como compreender e transformar esse campo e oferecer soluções para alguns dos problemas levantados (Connell, 2015, p.42-46).

Em “Diferenças sexuais e corpos generificados”, a autora defende que a ideia de uma diferença natural, vinda de uma “psicologia pop”, é prejudicial à educação das crianças, aos direitos trabalhistas e às relações emocionais dos adultos. Essa ideia iria contra a conclusão psicológica da similaridade sexual, comprovada ainda na década de 1980, que defende que as capacidades mentais de homens e mulheres são, praticamente, idênticas. Apesar disso, essa conclusão é completamente desacreditada, visto que a aceitação da similaridade de gênero parece ter sido uma exceção, a maioria das pessoas ainda acredita em uma ideia de dicotomia de caráter, na qual a “psicologia pop” está profundamente comprometida (Connell, 2015, p.102-103). Dessa forma, urge a

¹¹Essa ideia fica muito clara, do ponto de vista prático, no capítulo segundo, de nome “*Pesquisa sobre gênero: cinco exemplos*”, logo no primeiro exemplo em que é analisado o trabalho “*Gender play*”, de Barrie Thorne (Connell, 2015, p.52-57).

necessidade de melhorar as formas de se pensar as diferenças entre os corpos e, para Connell, é o desenvolvimento dos estudos de gênero que fornece algumas ferramentas necessárias para refletir tal feito.

A partir disso, Connell mostra como é comum, em explicações biológicas, modelos que veem o corpo como uma máquina que reproduz o gênero. Esses modelos são produzidos principalmente por homens para defender o que os interessa: a ordem de gênero existente, ridicularizando as ideias feministas sobre os papéis de gênero. Entretanto, Connell evidencia também que "há argumentos feministas que apresentam os corpos como fontes diretas das diferenças de gênero". Na década de 1980, feministas dos EUA viam na agressividade masculina e na passividade feminina algo natural, formulando os termos "violência masculina" e "sexualidade masculina" e que, por mais que comuns na época, "implicitamente ligavam o comportamento ao corpo, e algumas ativistas identificavam diretamente o pênis como fonte de poder masculino" (Connell, 2015, p.92), perspectiva capaz de reforçar a visão de que o corpo seria um aspecto separado de nossa subjetividade, que causa fenômenos mentais e sociais.

De certo, essa ideia de uma diferença natural apresenta problemas em diversas frentes. Na sociobiologia, por exemplo, as análises sobre diferenças sexuais muitas vezes não levam em consideração aspectos políticos, econômicos e socioculturais, apresentando argumentos que são sedutores para a ciência, mas carecem de comprovação, sendo meramente especulativos. Afinal, "nenhuma diferença sexual em características psicológicas foi efetivamente provada enquanto resultado de mecanismos evolutivos" (Connell, 2015, p.92). Dessa forma, fica claro que os corpos são afetados por processos sociais a partir de influências (distribuição de comida, costumes sociais, guerras, trabalho, esporte) estruturadas pelo gênero. Ou seja, pensar em arranjos sociais de gênero como meros efeitos que fluem de propriedades do corpo é um erro, visto que eles também precedem o corpo, formando as condições em que ele se desenvolve e vive. Há uma construção do biológico e do social.

Há também o extremo oposto dessa teoria: contrariamente à visão do corpo como máquina, é a ideia do corpo como tela em que a cultura pinta imagens do ser mulher e do ser homem, perspectiva que ganhou espaço na segunda onda do feminismo, que se preocupou bastante com a maneira em que os corpos de mulheres eram representados e moldados. Mas existe ainda um problema: tanto a ideia do corpo como máquina de reproduzir o gênero como a ideia de corpo como tela em branco, são sustentadas por imagens de corpos generificados. Mas como resolver isso? Na década

de 1970, parte das teóricas feministas propuseram uma nítida distinção entre "sexo" e "gênero", onde o primeiro seria um fato biológico, a diferença entre macho e fêmea, e o segundo seria um fato social, a diferença entre papéis masculinos e femininos, moldando personalidades de homens e mulheres. Na época, para muitos, esse modelo foi uma inovação conceitual, capaz de mostrar que as mulheres não eram biologicamente subordinadas. Entretanto, Connell defende que é impossível sustentar um modelo de diferenças de gênero que separa esses dois universos da mesma forma que é impossível sustentar o modelo de máquina ou tela em branco. Para ela, é preciso "olharmos mais de perto evidências sobre a diferença em si mesma" (Connell, 93-101).

Com a ideia de diferenciação sexual completamente rejeitada, Connell se pergunta: como se pode entender, portanto, a relação entre corpo e sociedade de gênero? Para ela, corpos tem agência e são constituídos socialmente,

as análises biológicas e sociais não podem ser separadas uma da outra nem tampouco reduzidas uma à outra. Dentro de um quadro da 'diferença', essas conclusões são vistas como paradoxos. É preciso ir em direção a outro quadro conceitual (Connell, 2015, p.111).

Dessa forma, apesar dos mais de sete bilhões de corpos ao redor do mundo serem diferentes entre si, nossos corpos são interconectados por meio de práticas sociais cotidianas, ou seja, ao mesmo tempo, corpos são sujeitos e predicados das práticas sociais, onde as práticas em que os corpos estão diretamente envolvidos formam estruturas sociais e trajetórias pessoais (essas, mais individuais), fornecendo condições para novas práticas, nas quais os corpos serão, mais uma vez, envolvidos. Assim, "processos corporais e estruturas sociais se conectam pelo tempo. Somam-se ao processo histórico no qual a sociedade é corporificada e os corpos são arrastados para a história" (Connell, 2015, p.112).

Para a autora, essa é a ideia de "corporificação social", que possibilita uma nova visão sobre a relação entre os corpos e a mudança do gênero. Para muitas teorias, a diferença entre corpos é entendida como uma espécie de força conservadora, que seguraria a mudança história e limitaria a ação social. Contrária a essa ideia, Connell tornou evidente que os corpos são agentes das práticas sociais e estão diretamente envolvidos na construção do mundo social. Afinal, "as necessidades, os desejos e as capacidades dos corpos estão operando na história. O mundo social nunca é simplesmente reproduzido; é sempre reconstituído pela prática" (CONNELL, 2015, p.118). Assim, nesse processo, cria-se o gênero como um sistema de relações, mas ele

jamais pode ser fixado, nem mesmo exatamente reproduzido. Entender isso é crucial para analisar gênero em diferentes contextos históricos e culturais, particularmente para o medieval, que é o que nos interessa nesse trabalho.

Em “Teóricas, teóricos e teorias do gênero”, Connell mostrou que debates sobre gênero na literatura existissem desde, pelo menos, o século XV¹², tratando de temas como poder (sujeição), sexualidade, divisão do trabalho, educação, etc.. Nesses trabalhos, um fator comum era que as categorias de "homem" e "mulher" permaneceram absolutas, tanto nos debates nas colônias como nas metrópoles. Uma teoria de gênero só poderia ter emergido a partir do questionamento dessas categorias a partir da psicanálise.

Com a psicanálise, ficou claro que as divisões de gênero na vida adulta não eram fixadas desde a infância, mas sim que os padrões adultos eram construídos ao longo da vida. Para Connell, isso foi uma mudança decisiva nas ideias sobre gênero, visto que o pensamento do século XIX, isso inclui o próprio feminismo, havia meramente aceitado como verdadeiras as características de homens e mulheres. O passo seguinte veio rapidamente, na década de 1920, Mathilde Vaerting, em seu livro *O sexo dominante* (1923), criticava a noção fixa de masculino e feminino, argumentando que tanto a masculinidade quanto a feminilidade refletiam relações de poder, criando assim "a primeira teoria social estendida do gênero". Seu trabalho, inclusive, percebia o direito e a divisão do trabalho como ideológicos, prevendo inclusive a liberação dos homens como uma das consequências do feminismo. Enquanto esses levantes intelectuais aconteciam na Europa, levantes práticos aconteciam nos mundos colonizados e semicolonizados, principalmente na Índia, na China e no Egito. Posteriormente, com a antropologia social de Malinowski, uma nova reflexão sobre os papéis de gênero da década de 1940 e 1950 foi feita, visto que antropólogas e antropólogos perceberam que os arranjos de gênero funcionavam "perfeitamente bem" em sociedades não ocidentais (Connell, 2015, p.127-131).

Entretanto, a renovação das teorias de gênero (dessa vez, enquanto um tópico principal) se deu com Simone Beauvoir, com o livro "O segundo sexo" (1949), que partia da psicanálise, literatura e filosofia ativista de Sartre para "desafiar tanto a dominação quanto as categorias de gênero". Para isso, Beauvoir se recusou a entender como dada a polaridade entre masculino e feminino, explorando a ideia de que as

¹²A autora parte de *A Cidade das Damas*, de Christine de Pizan, o que também fundamenta a escolha desta obra enquanto um contraponto ao discurso presente nos livros didáticos.

mulheres se constituam como um "Outro" na consciência dos homens, explorando maneiras nas quais as mulheres poderiam responder essa situação e constituírem a si mesmas sem escapar do gênero, visto que isso é uma impossibilidade, "mas percebendo o gênero de maneiras distintas em cada projeto de vida" (Connell, 2015, p.132). Ao abordar sobre o "Queer, pós-colonial, do sul e global", Connell chama atenção ao fato de que tudo que os ativistas do século passado temiam acabou acontecendo, visto que grande parte das teorias de gênero nas metrópoles se tornaram abstratas, meramente contemplativas e analíticas, focando inteiramente na subversão cultural, não fazendo praticamente referência alguma a questões que envolvem políticas públicas, alvo de tantas batalhas das feministas. Ao invés disso, lidam com sexualidade, identidade pessoal, representação, linguagem e a diferença, caso de *Problemas de gênero*, de Judith Butler. Assim, acabam tendo como referências teorizações de homens que trabalham com outros problemas, que não a questão de gênero (Connell, 2015, p.140-144).

Por fim, em "Economias, estados e relações de gênero globais", Connell constata que a maior parte das discussões de gênero está relacionada ao universo pessoal, como identidades, a maternidade, a vida familiar, a sexualidade e também preconceitos, violências e estupros. Entretanto, para que seja possível compreender melhor essas relações pessoais, é preciso considerar as instituições¹³, as economias, as ideologias e os governos, visto que as relações de gênero são multidimensionais, tomam forma em regimes de gênero e ordens de gênero, são abertas às mudanças e tomam foco da política e da contestação social. Isso tudo é encontrado não só na vida pessoal, mas também em organizações. Por isso, Connell analisará empresas, Estados e a economia global para entender as relações de gênero e sua política em larga escala (Connell, 2015, p.251-252).

Com o avançar das pesquisas, surgiu a teoria das organizações generificadas, cuja ideia-chave era de que a discriminação de gênero nas burocracias empresarias não era uma simples característica accidental que pode ser facilmente resolvida com algumas mudanças de atitudes. Na realidade, o gênero funcionaria como uma característica estrutural da vida corporativa, que se ligaria às relações de gênero em outros setores sociais, moldando as funções, o *marketing*, as compreensões sobre o mérito e as promoções. Do ponto de vista de cargos políticos, fica nítida também a diferenciação

¹³Connell entende as instituições como chave do capitalismo contemporâneo. As empresas são instituições generificadas, inclusive do ponto de vista histórico, afinal, os primórdios da modernidade europeia eram inteiramente compostos por homens.

por gênero. A ideia de "Estado patriarcal", por exemplo, surge somente nas décadas de 1970 e 1980, com feministas da metrópole acreditando que o Estado era "o coração das relações de poder no gênero". Essas teóricas chegaram a uma conclusão que, de fato, tinha certa solidez e realismo, mas também tinha limitações que são mais fáceis de serem percebidas hoje (Connell, 2015, p.256-258). Entretanto, em uma perspectiva de gênero mais ampla, o Estado não é o único centro de poder em uma sociedade.

A partir de definições tradicionais, o Estado é descrito como aquele que tem o uso legítimo da força em um território, supondo que há um acordo sobre essa legitimidade, ignorando outros tipos de força, como a própria violência doméstica, que durante muito tempo foi (e em muitos lugares ainda é) legitimada. O que significa que, por mais que em uma visão política tradicional "marido" não tenha poder, os interesses desse "marido" nos serviços domésticos e sexuais de sua esposa foram institucionalizados no direito, nos costumes e na religião. A grande fraqueza, portanto, do modelo de Estado generificado é a ideia de que ele surgiu nos Estados-nação do Norte e não passou para além deles, sendo que Estados pós-coloniais também merecem atenção para essa questão (Connell, 2015, p.259). Entender isso também é crucial para se estudar relações de gênero em outras culturas, sociedades e tempos históricos.

Assim, estudar gênero no campo historiográfico é, justamente, analisar a constituição e circulação desses saberes a respeito dessa diferença sexual, sem deixar de considerar os aspectos sociais, que têm uma relação inextricável com os espaços e momentos específicos, entendendo como o gênero é socialmente constituído e fundamentado, como se perpetua e é utilizado, sobretudo para gerar relações de desigualdade e discriminação a partir de desqualificações, controles, deslegitimações, dominações. É uma categoria extremamente útil para também evidenciar como são complexas as relações e organizações sociais, auxiliando na identificação de contradições, assimetrias e hierarquias mesmo em grupos considerados homogêneos. (Silva, 2019, p. 14). Ou seja, a diferença sexual precisa ser entendida como um aspecto central das distintas organizações sociais e deve ser analisada como tal, sendo importante a sua desnaturalização para que novos olhares a respeito da sociedade possam surgir, possibilitando não só discutir como são constituídas as identidades de gênero, mas também como comportamentos e expressões individuais rompem com a perspectiva dominante, favorecendo as transgressões, negociações, acordos e alianças dentro das relações de dominação, indo além da opressão e da subordinação.

Ao dialogar esse campo de estudo com o decolonialismo, contribuímos com a possibilidade de nos livrar dos estereótipos a respeito da Idade Média criados pela visão moderna colonizadora da Europa renascentista e reforçada pelo iluminismo. O pensamento decolonial questiona o processo colonizador nas dimensões de poder, ser, saber, natureza e gênero, desarticulando ações coloniais na leitura que se faz da realidade (Deplagne, 2019, p.25). Portanto, essa associação entre o campo dos Estudos de Gênero e o Decolonialismo é bastante útil para a análise das relações de gênero na Idade Média, questionando a própria historiografia tradicional, afinal, ela também tem gênero e muitas vezes utilizou um discurso baseado na Razão Ocidental que acabou impondo uma narrativa única sobre as relações entre os diferentes sexos na Idade Média.

Portanto, o grande objetivo é realizar que a Idade Média pode e deve ser entendida a partir de outras perspectivas e com o gênero sendo uma categoria muito útil para entendê-la, ensinando a evitar analogias descontextualizadas, a deixar de enxergar as mulheres sempre do ponto de vista dos homens e a parar de agir como se hoje as mulheres tivessem total autonomia, o que não é verdade. É preciso repensar as agências femininas na Idade Média, complexificar as dicotomias público/privado e homem/mulher, entender as diferentes formas de influência feminina, questionar as narrativas-mestras e, principalmente, pensar a mulher medieval fora do ponto de vista Europeu pós-humanista, que fez questão de subjugar a Idade Média a uma “Idade das Trevas”. A partir disso, torna-se possível repensar a forma como a agência feminina é tratada nos livros didáticos, visto que muitas vezes, este tópico é ignorado ou tratado como mera curiosidade¹⁴.

2.2.2 A PARTIR DE UMA IDADE MÉDIA CONECTADA

Por muito tempo foi defendida a perspectiva proveniente da História nacional em que a Idade Média era concebida como a “infância das nações”, um período de formação cultural e nacional dos países europeus que, teleologicamente, caminhou rumo

¹⁴Importa ressaltar que, ao fazer isso, existe o sério risco de considerar “mulheres”, ou mesmo o “feminino”, enquanto uma categoria única e definida (como foi abordado na obra de Judith Butler). A solução, portanto, não é criar o tópico obrigatório “mulheres”, mas entender o conteúdo desses livros didáticos enquanto uma visão especificamente masculina da Idade Média, subvertendo-a.

à modernidade, inicialmente sob o formato de um Estado Nacional absolutista¹⁵. Umberto Eco, renomado linguista italiano, no capítulo “*Dreaming of the Middle Ages*” de seu livro *Travels in Hyper Reality* (1986), explica que esse interesse pela Idade Média ultrapassou os europeus e chegou aos Estados Unidos, o grande império do mundo hoje que reforça o seu discurso também usando do passado, porque tanto a Europa como os Estados Unidos representam o legado Ocidental, no qual todas as suas questões começam na Idade Média (Eco, 1986, p.59).

A crítica à concepção de que a modernidade é uma criação da Europa medieval, concepção esta popularizada, entre outros, por Jacques Le Goff, partiu do antropólogo Jack Goody, em sua obra *O roubo da história* (2008), na qual o autor denuncia que o eurocentrismo presente nas obras dos autores europeus é, na verdade, premeditado, funcionando mais como uma colonização epistemológica (por se tratar de algo proposital) do que uma narrativa acidentalmente eurocêntrica (Cândido da Silva, 2020, p.5). Neste cenário, dá-se o estopim de toda uma corrente metodológica que entende que a história, neste caso, a Idade Média, deve ser entendida como conectada, com a Europa sendo um dos múltiplos protagonistas, juntamente com Ásia, África e as Américas. Resumidamente, trata-se uma História Global anterior ao processo de globalização, que aborda outras problemáticas e tem enfoques em diferentes relações justamente por se tratar de sociedades pré-modernas (Cândido da Silva, 2020, p.6-9). Assim, considero importante abordar uma Idade Média conectada por entender ser de responsabilidade de medievalistas sul-americanos a tentativa de decolonizar o conceito de Idade Média e, portanto, juntamente com os Estudos de Gênero, utilizarei desta metodologia enquanto ferramenta para tornar evidente a colonização presente nos livros didáticos nos últimos, pelo menos, dez anos, como será mostrado no próximo capítulo.

Aline Dias da Silveira, em seu artigo *História Global da Idade Média: Estudos e propostas epistemológicas* (2020), evidencia que, ainda em 1989, Janet L. Abu-Lughod publicou um trabalho no qual tratava de conexões comerciais entre a África, a Europa e a Ásia no período entre os séculos XIII e XIV. Segundo Silveira,

A autora baseou criticamente sua análise na teoria sistema-mundo apresentada por Immanuel Wallerstein a partir da década de 70 do século passado [...] Ao considerar que Wallerstein identificou o início deste processo no século XVI, a inovação de Janet L. Abu-Lughod consiste em

¹⁵É recorrente a crítica, nesta dissertação, a respeito da temporalidade entendida como Idade Média e seus respectivos pontos de inflexão (início, fim, divisões, subdivisões, etc.). Entretanto, acredito que esta crítica pode e deve ser feita em todas as temporalidades. Afinal, todas inscrevem o cerne da problemática deste trabalho: a ideia de que a História é uma disciplina ocidental cujo público alvo são os ocidentais.

demonstrar que a interdependência regional já existia no período anterior ao século XVI, no entanto, sem centros hegemônicos. Por essa perspectiva, a autora afirma que o mundo econômico do século XIII seria fascinante, principalmente, por não apresentar um único centro hegemônico, além de colocar em conexão diferentes regiões continentais que possuíam formas diversas de organização. (Silveira, 2020, p.211).

Dessa forma, pelo menos desde 1989 existem trabalhos que evidenciam a existência de uma interdependência entre diferentes lugares do mundo em um período anterior ao século XVI, marco temporal da globalização do mundo moderno. Entretanto, ao tratar dessa questão, como observa Silveira, ao longo de sua pesquisa, Janet L. Abu-Lughod não faz uso do termo medieval, adotando uma divisão temporal em séculos. O trabalho em questão, portanto, também inaugura uma ideia importante a ser debatida quando se propõe uma História Global anterior ao século XVI, que consiste no questionamento de que se deve, ou não, utilizar o, neste caso, adjetivo “medieval”. Isso acontece porque “trabalhos, até mesmo mais recentes, que se ocupam de uma história entre espaços mais abrangentes, continuam a considerar a História Medieval como uma história da Europa cristã e com poucas possibilidades para a análise de perspectiva global.” (Silveira, 2020, p.212).

Seguindo essa linha de raciocínio, torna-se evidente que a Idade Média, partindo puramente desta nomenclatura, é entendida como um lugar comum da História da Europa. Entretanto, acredito que ignorar o termo em trabalhos acadêmicos que visam abordar uma História Global anterior ao século XVI não seja eficiente. A solução, portanto, seria justamente combater essa concepção de “lugar comum” questionando a história quadripartite, evidenciando o termo “Idade Média” pelo que ele é, ou seja, um projeto de poder. Por mais que toda temporalidade seja passível de questionamentos¹⁶, é inegável o caráter didático oriundo das mesmas. Portanto, o ponto que defendo é que, ao invés de uma tentativa coletiva por parte da academia na substituição ou simplesmente não adoção do termo, que passemos a entender e discutir a “Idade Média” enquanto um conceito que se refere a um projeto bem sucedido de colonização epistemológica, presente em muitas literaturas acadêmicas ao longo dos últimos séculos e, também, presente nos materiais didáticos que serão analisados neste trabalho.

Além disso, convém dizer que essa “virada de chave” não é simples por diversas razões. A mais importante e evidente, como já abordado anteriormente, é a de

¹⁶ O objetivo não é relativizar e dizer que, ao utilizarmos de outra nomenclatura, também existiriam outros questionamentos. Entendo que os questionamentos presentes no termo “Idade Média” não são meramente uma questão técnica, mas sim política e humanitária.

que a Idade Média é uma categoria histórica tipicamente europeia, o que significa que tratá-la a partir de uma metodologia de uma História Global ou Conectada pode ter o efeito de, simplesmente, reforçar a inscrição da história de todo o mundo sobre parâmetros, concepções e conceitos que tratam a Europa como o centro do mundo, justamente pelo fato de que a “Idade Média” foi historicamente construída a partir de uma narrativa proveniente da Europa Ocidental que defende a ideia de uma Europa enquanto uma entidade unificada desde sempre, e que exclui outras partes do mundo. Soma-se isso ao fato de que a “Idade Média” não foi utilizada por europeus somente enquanto uma temporalização, como também foi adjetivo para subjugar e colonizar outros povos considerados atrasados do ponto de vista da modernidade, ou seja, ainda “medievais”. Assim, além de propiciar a base de toda história nacional de países europeus, a “Idade Média”, enquanto um tentáculo da colonização, também ajudou a construir o empreendimento do Orientalismo (Davis; Puett, 2012, p.1-2).

Dessa forma, a ideia de “Idade Média conectada”, “Idade Média Global”, “Globo medieval” ou qualquer outra nomenclatura, por mais que carregue o estigma “Idade Média” em seu nome, precisa sempre trazer consigo o seu objetivo final: prezar por uma narrativa na qual todas as culturas, religiões e etnias tenham equidade, indo contra o empreendimento colonial e nacionalista construído nos últimos séculos. Portanto, se o objetivo final é ir contra tudo o que “Idade Média”, enquanto um projeto de poder, representa, faz sentido a manutenção do uso do termo em sua nomenclatura, justamente porque evidencia que o termo ainda está sob disputa.

Outro ponto importante em relação à metodologia da Idade Média conectada está em sua capacidade de trazer à tona, do ponto de vista prático e teórico, fenômenos que eram impossíveis de serem vistos partindo de conceitos, categorias e fronteiras anacrônicas, contribuindo para desmoronar algumas concepções e premissas a respeito da temporalidade medieval e, consequentemente, moderna. Assim, “isso também ajudará a minar a hegemonia do ‘moderno’, que – apesar de décadas de críticas pós-coloniais – continua sendo um ponto crítico para as análises históricas” (tradução nossa)¹⁷. Ou seja, para entender a importância desta discussão, é preciso entender que tanto a disciplina História Medieval quanto a disciplina História Moderna foram criadas inscritas aos projetos nacionalistas e colonialistas europeus, co-gerando não somente

¹⁷ “it might also help to undermine the hegemony of the ‘modern’, which – despite decades of postcolonial critique – remains a sticking point for revisionary historical analysis.” – Todas as traduções aqui presentes são de autoria nossa.

essas disciplinas, como também o próprio sujeito colonizado¹⁸ (Davis; Puett, 2012, p.3-7).

O grande desafio é, portanto,

Pensar a ideia de ‘globo medieval’ de uma forma que, como você sugere, ressuscite ‘medieval’ como um termo teórico divorciado da teleologia e do espectro de uma modernidade inevitável. Tal ‘medieval’ pode trazer à visibilidade concepções múltiplas e coexistentes de temporalidade que desafiam as tentativas de traça-las numa trajetória linear (Davis; Puett, 2012, p. 11, tradução nossa)¹⁹.

Ou seja, que pensemos, antes, na possibilidade de temporalidades coexistentes, mas que não larguemos de mão o termo “Idade Média”, porque, assim, estaríamos deixando-o totalmente nas mãos daqueles que tanto contribuíram para este projeto de poder. Existe a possibilidade de uma troca entre o campo da História Global e o período medieval, mas para isso é preciso entender que o global experimentado na Idade Média é diferente do global experimentado hoje. Isso quer dizer que falar de Global na Idade Média é falar de um mundo globalizado antes da globalização enquanto conceito, até porque o conceito de globalização que surge para tratar da história pós século XVI é centralizado nas narrativas das grandes navegações e coloca como principal protagonista o processo de colonização, dando a entender que falar de um mundo globalizado é falar de um mundo com relações de poder desiguais frutos de processos coloniais, o que não é uma realidade quando falamos de uma Idade Média conectada com múltiplos protagonistas, como a África, a Ásia, o Oriente Médio, as Américas e a própria Europa.

Assim, é necessário entender que, nessa época, havia uma complexa e dinâmica relação entre o local e o distante e que, por isso, não podemos simplesmente adotar conceitos, teorias e métodos de outras épocas históricas. Entretanto, é comum falar, a partir de uma concepção Moderna, em Império, Estado, migrações e mercadorias mesmo tratando de um mundo pré-moderno, prática bastante perigosa porque "Corre o risco de ocluir e distorcer os globalismos medievais, particularmente a

¹⁸ Kathleen Davis e Michael Puett mostram esse empreendimento de forma prática ao fazerem um breve debate sobre a história da China na visão do Ocidente. Para eles, aplicar a história quadripartite à China é assumir que a China falhou em se tornar “moderna”, chegando à conclusão que convém estudar a China (ou qualquer outro exemplo) sem qualquer referência à narrativa ocidental medieval/moderna.

¹⁹ “to think the idea of ‘the medieval globe’ in a way that, as you suggest, resuscitates ‘medieval’ as a theoretical term divorced from teleology and the spectre of an inevitable modernity. Such a ‘medieval’ might bring to visibility multiple, coexisting conceptions of temporality that altogether defy attempts to plot them on a linear trajectory.”

tensão criativa entre o global e o local.” (Holmes; Standen, 2015, p.106-107, tradução nossa).²⁰

Ainda nessa questão, convêm alguns questionamentos: como abordar toda essa teoria do ponto de vista prático? Se forem negados conceitos anacrônicos, quais conceitos são possíveis de serem trabalhados, então? Ao negarmos conceitos modernos como fronteira, Estado e território para a análise de sociedades pré-modernas, torna-se possível o entendimento do espaço, nesses tipos de abordagem, como algo fabricado e, ao mesmo tempo, como um objeto de representação. Para Cândido da Silva (2020), a melhor ferramenta para compreender a espacialização social, neste caso, são as comunidades, porque as mesmas são definidas a partir da ação, desenvolvendo práticas comuns de ocupação, produção, apropriação e reprodução de um espaço. Dessa forma, "comunidade" torna-se um conceito mais apropriado para a metodologia de uma Idade Média conectada do que conceitos comumente associados a sociedades medievais como "estamento", "classe social" ou "etnia". A partir disso, nascem possibilidades de se pensar diversas escalas do espaço antigo sem utilizar o conceito de Estado como uma categoria explicativa. Tudo isso a partir de "uma perspectiva que une o local, o regional e o supra regional." (Cândido da Silva, 2020, p.8-9).

Outros conceitos também bastante relevantes para a abordagem de uma Idade Média conectada são os de comunicação e circulação. A partir deles, as relações são complexificadas visto que a ideia de uma identidade medieval europeia "essencial" ou "substancial" é removida, mostrando que essas mesmas identidades medievais, tanto na Europa ou qualquer outro local do globo, são muito mais complexas, diversas e fluidas. Além disso, percebe-se que as cronologias tradicionais não dão conta de explicar essas dinâmicas e mobilidades sociais. Ou seja, o rompimento com a História Nacional, propondo uma lógica de conexões e criando diversas unidades políticas, é fundamental para a compreensão do período medieval. Assim, "comunicação" e "circulação" são de suma importância para entendermos a Idade Média enquanto uma História conectada, indo além das tradicionais barreiras geográficas e temporais e das noções espaciais resumidas à "fronteira" e "território". A consequência desse processo está na ideia de que “O interesse pelo movimento como um elemento do mundo medieval ajuda a romper a visão estereotipada de uma sociedade estática.” (Cândido da Silva, 2020, p.12).

²⁰ “*runs the risk of occluding and distorting medieval globalisms, particularly the creative tension between the global and the local.*”

Outra questão trazida ao se pensar uma Idade Média conectada, de forma complementar à questão da desprovincialização da Razão Ocidental, proposta por Sanjay Seth e já citada, é a desprovincialização da Europa enquanto protagonista da história mundial. Dessa forma, Sanjay Subrahmanyam, em seu artigo *Historias conectadas: notas para una reconfiguración de Eurasia en la modernidad temprana* (2015), acredita que uma possível alternativa para a dominante narrativa teleológica da História, sempre privilegiando a concepção do “Moderno civilizador”, não se dá a partir de ultra-fragmentação da História, mas sim a partir do estudo de diferentes interações que vão além dos conceitos de “Estado”, “fronteira” e “território” e com múltiplas escalas diferentes. Importante dizer que não se trata de, meramente, diminuir a escala infinitamente, mas sim de “fazer um passo para o lado, de olhar de outra forma e identificar conexões mais ou menos obscuras ou que passaram despercebidas.”, ou seja, comparar é crucial, mas não basta (Cândido da Silva, 2020, p. 14).

Dessa forma, a alternativa metodológica de uma história conectada no lugar de uma história comparada, proposta por Sanjay Subrahmanyam, contribui para que o medievalista consiga fazer esse tipo de abordagem sem a necessidade de se tornar um “especialista de tudo”. Entretanto, para ser hábil a este tipo de análise, urge a necessidade de abandonar as perspectivas que analisam a história a partir de um prisma desenvolvimentista (e isso é uma crítica, inclusive, ao marxismo). Assim, Subrahmanyam clama por uma historiografia que não considera unicamente questionamentos fatalistas a respeito de triunfos e quedas de estados nacionais no contexto de um capitalismo industrial (Subrahmanyam, 2015, p.16).

Portanto, a Idade Média conectada proporciona uma continuidade teórica e prática no campo dos estudos medievais, trazendo à tona diversos fenômenos e conceitos que foram apagados por limites, expectativas e categorias anacrônicas. Tomando cuidado para não identificar a Idade Média como meramente uma era global anterior ao século XVI, e assim mascarando aspectos cruciais dessa história e corroboram com a narrativa eurocêntrica dominante (Davis; Puett, 2015, p.1-3), a Idade Média Global é capaz de contribuir para desprovincializar a Europa e o conceito de Razão Ocidental, contribuindo para que a História se torne uma disciplina menos eurocêntrica, mesmo acreditando que, por motivos óbvios, ela nunca deixe de ser Ocidental.

Entretanto, como veremos nos próximos capítulos, essa abordagem é completamente ignorada pelos livros didáticos, que tratam majoritariamente da história

da Idade Média como se fosse uma história da Europa Ocidental, mais especificamente da França. Raras exceções, alguns livros dedicam algumas páginas ao “mundo islâmico” ou “mundo oriental”, mas sempre tratando dessas regiões como se fossem mundos à parte, sem levar em consideração as conexões e desprezando a riquíssima pluralidade que esse tema potencialmente apresenta. Assim, urge a necessidade de novas metodologias nesses materiais didáticos.

2.3 DIFERENTES PERSPECTIVAS, DIFERENTES IDADES MÉDIAS: DENTRO DA ACADEMIA

Os Estudos Decoloniais conectados com as perspectivas dos Estudos de Gênero e da Idade Média conectada nos fazem perceber que aderir à propaganda humanista é virar as costas para um infinito universo de possibilidades que está presente dentro deste período que é a Idade Média. A partir dessas novas abordagens, novas representações a respeito da Idade Média são possíveis, buscando promover novas narrativas que dão atenção a grupos que outrora não a recebiam, seja através da comprovação do agenciamento das mulheres na sociedade, da conexão entre a Europa e diversas outras regiões do mundo em uma perspectiva de História Conectada ou qualquer outro exemplo.

Por mais que essas discussões sejam tratadas com certa naturalidade na academia, o grande problema é que patamar esses discursos têm fora dela. O próximo capítulo terá como objetivo evidenciar a Idade Média colonizada tanto no cotidiano quanto no âmbito escolar a partir de uma análise de exemplos cotidianos e de livros didáticos diversos com o objetivo de mostrar que, apesar de academicamente falando a Idade Média caminhar a passos largos para novas perspectivas e narrativas bem mais inclusivas, isso acaba não sendo uma realidade em se tratado dos espaços fora dela, ou seja, há um forte academicismo dentro dessa discussão, um problema difícil de ser resolvido.

Portanto, essa introdução aos Estudos de Gênero e à Idade Média conectada, ambos dialogando com uma ideia de Idade Média decolonial, é bastante importante dentro e fora da academia, ainda mais quando parte da historiografia medieval brasileira ainda insiste na reprodução de uma idade média colonizada, isto é, branca, masculina e heteronormativa (Grzyvowski; Birro, 2021, p.76-79). Tais abordagens serão de extrema

utilidade para o que será tratado mais adiante: a construção de um contraponto a partir do livro *A Cidade das Damas* (2012), de Christine de Pizan. Esta obra tem como temática a construção de uma cidade com as damas mais virtuosas da história da humanidade, na qual nem todas são europeias e, algumas delas, tampouco, são cristãs. Ao fazer isso, torna-se possível utilizar a obra de Christine de Pizan como ferramenta pedagógica para dialogar com a questão de gênero e também com a Idade Média conectada, ressaltando que a história do medievo não se resume à Europa nem mesmo para uma obra que, constantemente, exalta a liturgia católica e as moralidades cristãs.

3 OS LIVROS DIDÁTICOS E SUAS IDADES MÉDIAS CONSTRUÍDAS: UMA METONÍMIA

Nos últimos anos, uma discussão sobre os usos do passado e, consequentemente, da Idade Média tem se expandido nas universidades da América Latina. Os motivos dessa expansão são diversos e esbarram também no crescente interesse pela Idade Média por parte dos novos graduandos. Entretanto, o ponto central, talvez, seja que a Idade Média também esteja no nosso cotidiano para além das importações das superproduções, estando presente também para defender alguns posicionamentos políticos e até mesmo para contar a nossa história de uma perspectiva eurocêntrica/ocidental, caso do objeto de estudos em questão: os livros didáticos.

Humberto Eco, renomado linguista italiano, inaugurou uma discussão ao argumentar que a Idade Média é constantemente reconstruída, definindo dez tipos de “pequenas idades médias” diferentes, entendidas como um conteúdo “neomedieval”, palavra essa que se referia a uma paixão cultural popular em relação à Idade Média (Eco, 1986). Ao mesmo tempo, Workman definiu “medievalismo” como algo muito parecido à definição de neomedievalismo de Umberto Eco. Para Workman, o medievalismo não se dedica a descobrir ou recuperar a Idade Média, mas sim em constantemente recriá-la, entendendo que a própria historiografia medieval, o estudo da recriação sucessiva da Idade Média por diferentes gerações, é a Idade Média. Assim, o medievalismo, para além de um método, seria também o reconhecimento de que a própria “Idade Média”, em si, nasce de uma construção artificial. A partir disso, existe uma longa discussão sobre o que são medievalismo e neomedievalismo e quais são suas diferenças. Entretanto, os conteúdos latino-americanos produzidos a respeito da Idade Média, caso dos livros didáticos brasileiros, são exemplos ainda mais sensíveis para este tipo de discussão por se tratarem de lugares nos quais a Idade Média que se referem essas representações medievais (acadêmicas ou não) “nunca existiu”.

Portanto, entendemos os conteúdos de Idade Média presentes nos livros didáticos como uma forma de neomedievalismo ao concordarmos com KellyAnn Fitzpatrick, na obra *“Neomedievalism, popular culture and the academy”*, para quem a definição prática do neomedievalismo é a de ser produto de um processo contínuo de reavaliação do que pode ser feito com a Idade Média num presente em constante movimento. Importante dizer que Fitzpatrick não critica o que está fora da academia, para ela todo esse processo resulta naquilo que se poderia, superficialmente, considerar

como objetos de crítica, como em artes, mercadorias, jogos; outras vezes, na crítica propriamente dita, como em monografias, artigos, palestras, seminários universitários. “No entanto, tais classificações são enganosas, pois ao mesmo em tempo que uma monografia se torna uma mercadoria (a caminho da estabilidade), um jogo pode criticar os papéis de gênero no passado e no presente.”²¹ (Fitzpatrick, 2019, p.28, tradução nossa).

Dessa forma, o que está fora da academia também é importante, sobretudo um material que deveria estar em consonância com ela, mas não está, caso dos livros didáticos. É característica do neomedievalismo a sua contínua mudança e desenvolvimento, não havendo uma definição única para o termo. O conteúdo de história medieval presente nos livros didáticos, portanto, enquadra-se bem nesse contexto. Além disso, é importante destacar que estamos abordando um material sobre Idade Média que tem pretensões de exalar uma exatidão histórica, mas que foi produzido em um país na qual a Idade Média “tradicional” – europeia – nunca existiu e, na medida em que conexões e justificativas para seu estudo são atribuídas por esses livros, percebemos justamente essa ideia de um processo que reavalia o que pode ser feito com a Idade Média em um presente em movimento.

Assim, partiremos para análise do conteúdo referente à Idade Média em seis livros didáticos brasileiros diferentes produzidos nas últimas duas décadas. Neles, serão percebidas a presença dos estereótipos já supracitados da Idade Média Escolar e também um padrão de organização dos capítulos, das nomenclaturas, dos recortes cronológicos, das narrativas e das abordagens. Ao final do capítulo, uma atenção especial será concedida a duas temáticas específicas: a das cruzadas e a das mulheres no medievo. A primeira por entrar em consonância com a abordagem da Idade Média conectada e a segunda por dialogar diretamente com os Estudos de Gênero.

3.1 OS LIVROS DIDÁTICOS E SUAS NARRATIVAS: UMA VISÃO GERAL

A análise dos livros será feita seguindo a lógica do que até aqui foi apresentado, ou seja, como o livro didático também utiliza a Idade Média para reforçar um discurso que, mesmo sem intenção explícita, é eurocêntrico e excludente, apresentando um conteúdo que pode levar a uma interpretação de que o período

²¹ “Yet such classifications are deceptive, as so easily a monograph becomes a commodity (en route to tenure), a game critiques gender roles past and present.”

histórico da Idade Média corresponde somente à história da Europa, uma verdadeira metonímia. Além disso, há um silenciamento das mulheres nesses livros didáticos, como se elas não existissem. Dessa forma, serão feitas reflexões a respeito do que está e do que não está escrito nesses livros.

Produzido em 2006 por Cláudio Vicentino²², o livro didático *História Geral – Ensino Médio*, da editora Scipione, é destinado às turmas de 1.º ano do Ensino Médio, com unidades referentes à Pré-História, Antiguidade Oriental, Antiguidade Clássica, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. A Unidade 3, de nome *A Idade Média*, é a responsável pelo recorte temporal aqui adotado. Nela, é apresentado um conteúdo de 59 páginas divididas em quatro capítulos, são eles: “O feudalismo e o período medieval” (p. 110-116); “A Alta Idade Média” (p. 116-136); “A Baixa Idade Média” (p. 136-158); e, por fim, “A Cultura Medieval Européia” (p. 159-167).

No primeiro capítulo referente à Idade Média, de nome “O feudalismo e o período medieval”, o autor opta por começar analisando a “estrutura” do período, que, para ele, é o feudalismo. Desta forma, segundo o autor, será concedido um enfoque inicial em seus

(...) componentes sociais, bem como sua articulação com as concepções políticas e culturais da Idade Média. Em seguida, estudaremos seu desenvolvimento histórico, os acontecimentos que conduziram à formação do feudalismo, durante a Alta Idade Média, e a sua decadência, na Baixa Idade Média. Adotamos esse critério por acreditarmos ser imprescindível conhecer inicialmente a totalidade medieval, para então, tendo identificado os seus principais componentes, integrá-los no contexto histórico. (Vicentino, 2006, p.110)

Assim, inicialmente, o livro aposta em uma narrativa teleológica do período medieval, cujo ponto central de análise é o feudalismo, corroborando com o estereótipo de que a Idade Média é um período necessariamente feudal e que esgotar essa lógica socioeconômica faz jus a uma ideia de “totalidade medieval”. Ou seja, na primeira página do livro adota-se uma narrativa inteiramente baseada nos estereótipos que foram já supracitados. Em apenas algumas linhas, forma-se um “*core medieval*” que apenas faz sentido caso a Idade Média seja entendida como tendo um protagonista principal – a Europa.

Ainda nas páginas iniciais, o autor trará uma reflexão a respeito da nomenclatura do período. Em suas palavras,

²²É bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, além de professor de cursos pré-vestibulares e de Ensino Médio e autor de várias obras didáticas e paradidáticas para Ensino Fundamental e Ensino Médio.

As expressões Idade Média e Idade Moderna foram criadas durante o renascimento no século XV. Demonstrando repúdio ao mundo feudal, os renascentistas forjaram tendenciosamente a concepção de que a Idade Média fora “uma longa noite de mil anos”, a “Idade das Trevas”, em que mergulhara a cultura clássica após a queda de Roma. [...]

Assim, utilizaremos a expressão **Idade Média** desprovida de qualquer conteúdo pejorativo, indicando unicamente o período histórico compreendido entre os séculos V e XV, que tem início com a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, e que se estendeu até a tomada de Constantinopla, em 1453 (Vicentino, 2006, p.110-111).

Essa passagem é de suma importância para entendermos a ideia desta dissertação do ponto de vista prático. No capítulo anterior, foi defendido que há uma colonização epistemológica naquilo que se entende como História enquanto disciplina acadêmica, sendo ela eurocêntrica e inevitavelmente ocidental, abordando a Idade Média enquanto um exemplo deste processo. Toda essa linha de raciocínio está justamente apoiada em uma ideia de que, saída dos estereótipos de “Idade das Traves” ou “época de cristandade e moral exemplar”, a crença de que a “Idade Média” possa ser utilizada enquanto uma expressão apolítica é também bastante perigosa, justamente por ser a narrativa presente nos materiais didáticos em geral. Há uma contradição neste tipo de posicionamento, justamente por resumir a Idade Média à história da Europa, uma vez que o resultado final do livro acaba não sendo muito diferente da conclusão à qual os renascentistas chegaram. Dessa forma, evidenciar este fenômeno e que é necessário propor novas narrativas para uma Idade Média Escolar é nosso objetivo final neste capítulo.

Assim, é nítido que o autor entende a Idade Média como uma temporalidade tipicamente europeia, o que desencadeia uma série de problemas. Ainda nas primeiras páginas do primeiro capítulo, a palavra “bárbaro²³” é usada de forma indiscriminada ao explicar o processo de “feudalização da Europa²⁴”, justificando que, na formação de um mundo “agrário feudal”,

Os bárbaros germânicos, que passaram a ocupar a parte ocidental do Antigo Império Romano, foram importantes agentes do processo de implementação do sistema feudal, embora outros povos invasores tenham contribuído para acelerar o processo de ruralização e formação do feudalismo. Entre eles estão os árabes, que no século VIII, ocuparam o mar mediterrâneo, impossibilitando ligações comerciais entre o Ocidente e o Oriente. Posteriormente, no século IX, as invasões normandas e magiares completaram esse quadro. (Vicentino, 2006, p. 111)

²³Apesar de se tratar de uma versão do professor, o livro não instiga qualquer tipo de reflexão a respeito do uso do termo.

²⁴Essa e outras expressões colocadas entre aspas são retiradas do próprio texto do livro

Nessa e em outras passagens futuras do livro, podemos perceber que se perde a possibilidade de trabalhar uma Idade Média de múltiplas conexões e relações entre diferentes etnias. O autor insiste em permanecer a todo tempo no ponto de vista do Império Romano, não se preocupando em escrever sobre quem e como eram esses povos não-romanos e tampouco como se dava a relação deles antes e depois das chamadas invasões. Afinal, se houve no século VIII o impedimento de relações econômicas no mar Mediterrâneo significa que, durante três séculos desde o período em que o autor considera “Idade Média”, houve relações comerciais entre o Ocidente e o Oriente, o que é completamente omitido (König, 2019).

Ao final do capítulo, há a descrição do que o autor entende como feudalismo: divisões de feudo, taxações e tributos, a sociedade medieval e seus estamentos (clero, nobreza e servos), as relações de suserania e vassalagem e a Igreja forte e centralizadora, ou seja, tudo que foi supracitado enquanto o que se espera da descrição de uma “Idade Média Escolar”.

No capítulo segundo, de nome “A Alta Idade Média”, o autor, por mais que reconheça o feudalismo como tipicamente francês, não utiliza essa informação para retratar uma Idade Média plural e conectada, mas sim para classificar as outras partes da Europa como mais ou menos feudal. Em suas palavras:

Assumindo particularidades regionais, variações particulares, o feudalismo, entretanto, conservou sempre o conjunto de características que o distinguem dos demais modos de produção. Para efeito de análise, considera-se que o feudalismo “clássico” foi o francês, já que a maior parte dos componentes feudais podem ser encontrados na França medieval. Nos demais países da Europa ocidental, houve tanto variações, de acordo com o desdobramento histórico regional, como exceções - sociedades que não se vincularam a esse modo de produção. Essas últimas, entretanto, por serem exceções, em nada afetam o conjunto predominante, da de estrutura hegemônica feudal (Vicentino, 2006, p.116).

Assim, percebe-se outra passagem que evidencia, do ponto de vista prático, a ideia de que pensar uma Idade Média nestes termos é um projeto de poder, não necessariamente falta de informação. A citação acima reconhece que o modo de produção feudal não atende a toda Europa, mas ainda assim é conveniente chamar o “quase feudal” de feudal e o “não-feudal” de “exceções que não afetam a estrutura hegemônica”. Ou seja, é evidente que o feudalismo não dá conta sequer da Europa, então por que existe, de forma tão inextricável, essa associação do período histórico referente ao medievo com o modelo de produção feudal? Essa necessidade de apresentar um conteúdo dentro dos estereótipos de “Idade Média Escolar” prejudica o conteúdo

como um todo, afinal, neste mesmo capítulo o autor dedica algumas poucas páginas para abordar a “expansão árabe” (Vicentino, 2006, p.122), páginas nas quais relata a história de Maomé e da unificação política e religiosa da Arábia. Esse conteúdo, no entanto, acaba se tornando, naturalmente, um “conteúdo secundário”, porque o livro já assumiu incontáveis vezes, de forma indireta, que a Idade Média é feudalismo, ou seja, onde não há feudalismo, não há uma civilização temporalmente acurada. Assim, a narrativa contribuiu para a ideia de que os árabes são atrasados em relação aos europeus.

Ao abordar a "cultura muçulmana" (Vicentino, 2006, p. 125), o livro a descreve como bastante tolerante, o que permitiu diversas inovações intelectuais ao entrarem em contato com outras culturas, mas isso é tratado com muita rapidez. Mais uma vez, há uma perda de oportunidade de abordar uma Idade Média plural e conectada. Ainda assim, o livro dedica uma página inteira para exaltar a cultura muçulmana nas mais diversas áreas (arquitetura, medicinal, química, filosófica, ciência investigativa, matemática, economia), o que é um ponto positivo. Além disso, ao fim, reconhece que

A civilização islâmica, assim como a bizantina, influenciou profundamente o pensamento e, em consequência, a vida no Ocidente europeu. O intenso desenvolvimento econômico do Império Árabe afetou substancialmente a Europa feudal no final da Idade Média, estimulando sobremaneira o comércio. Os árabes levaram ao Ocidente não só mercadoria, mas a filosofia grega, há muito esquecida, novas técnicas de agricultura, invenções chinesas como a bússola, o papel, a pólvora, além de inúmeras outras contribuições (Vicentino, 2006, p.127).

Se o livro reconhece toda essa conexão, por que fazer uma abordagem focada em feudalismo e na Europa Ocidental, dedicando tão poucas páginas às diferentes regiões do mundo? Mais uma vez, torna-se evidente que existe o conhecimento e a possibilidade para a abordagem de uma Idade Média plural e conectada, mas os livros insistem em tratar dos mesmos estereótipos de sempre.

No capítulo terceiro, de nome “A Baixa Idade Média”, o grande problema em questão é a narrativa teleológica que o capítulo propõe, assumindo que o fim da Idade Média se dá como consequência da urbanização e do comércio — focando em uma história econômica na qual o fim da Idade Média se dá, inevitavelmente, com o surgimento da burguesia e do capitalismo dos novos estados-nação da Europa. Isso fica claro quando o autor diz que,

O período conhecido como Baixa Idade Média, que se estendeu dos séculos X ao XV, foi marcado por profundas transformações na sociedade, as quais conduziram à superação das estruturas feudais e à progressiva estruturação do futuro modo de produção capitalista [...]

Politicamente, o poder pessoal e universal dos senhores feudais foi sendo gradativamente substituído pelo poder centralizador dos soberanos, originando as monarquias nacionais europeias (Vicentino, 2006, p.136).

Por fim, no capítulo “a cultura medieval européia”, é defendida a ideia de uma Igreja forte como justificativa para a ausência de qualquer nova ideia efervescente, o que há pelo menos cinquenta anos já foi refutado²⁵. Para o livro, com a queda do Império Romano do Ocidente, não houve “plena deterioração cultural”, mas sim “o surgimento de valores adequados à nova ordem feudal emergente, refletindo a superestrutura do período” (Vicentino, 2006, p.159). Importante ressaltar que esses “valores” seriam, evidentemente, os cristãos, ou seja, o livro se encaixa em uma narrativa bastante presente nos estereótipos supracitados de cristocentrismo.

Com relação às mulheres, há um silenciamento sobre o assunto. O livro contenta-se em, rapidamente, dedicar um *box* a Teodora, imperatriz e esposa do imperador bizantino Justiniano, retratando-a como uma mulher “famosa por sua beleza e atuação teatral e transformada na mais importante conselheira do imperador”, sendo bastante importante politicamente para o Império Romano do Oriente (Vicentino, 2006, p.120). Posteriormente, aborda de forma bastante concisa a figura de Joana d’Arc, na parte dedicada à Guerra dos Cem Anos, retratando-a como um mito nacional e símbolo do patriotismo francês (Vicentino, 2006, p.149-150). Assim, o que pode ser notado à primeira vista é uma presença-ausência de mulheres neste livro didático, de forma que a narrativa caminha somente para a exaltação de poucas mulheres excepcionais e, no caso de Teodora, aponta para suas características físicas e para uma posição subalterna em relação ao imperador, ou seja, o que é retratado é um lugar de gênero específico, o da beleza física, reforçando a ideia de gênero como algo socialmente construído de Joan Scott. Além disso, quando lembramos que, para Butler, “Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura” (Butler, 2003, p.27), podemos perceber, do ponto de vista prático, que quando estudamos gênero em uma temporalidade diferente da nossa, é necessário entender que ele está em função de dois discursos, o da nossa atual sociedade e o da sociedade estudada em questão, o que limita duplamente a experiência específica do gênero. Quando o gênero é entendido em função

²⁵Le Goff, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

de uma ação contínua que deve ser pensada fora da metafísica da substância, cuja identidade é performativamente construída e varia culturalmente, socialmente e temporalmente, torna-se possível explicar o porquê de não serem exaltados os traços físicos de Teodósio, Carlos Magno, Pepino, o Breve, Carlos Martel, ou qualquer outro importante personagem histórico masculino presente na narrativa do livro didático em questão, mas quando se fala de Teodora, a necessidade narrativa muda.

Produzido em 2010 por Alexandre Alves²⁶ e Letícia Fagundes de Oliveira²⁷, o segundo livro didático analisado é o *História Conexões* (2010), destinado a turmas do Ensino Médio e que tem seu conteúdo referente à Idade Média na *Unidade C*, de nome “A Idade Média: Ocidente e Oriente”, apresentando um conteúdo de 61 páginas e 3 capítulos. São eles: “A formação da Europa feudal” (p.146-165); “A civilização árabe e os reinos africanos” (p.166-184); e, por fim, “O outono da Idade Média (p. 185-205).

O primeiro capítulo referente ao conteúdo de Idade Média presente no livro, intitulado “A formação da Europa feudal”, inicia-se com o subtítulo “O nascimento de uma sociedade cristã”, cuja intenção é mostrar as “origens da cultura europeia” em um recorte cronológico no qual, nas palavras dos autores, “a Igreja reinou soberana e controlou praticamente toda vida social. Era responsável pela instituição de normas de conduta e de modos de pensamento, impedindo qualquer manifestação que contrariasse sua doutrina.” (Alves; Oliveira, 2010, p.146). Assim, o objetivo do capítulo é “entenderemos o processo de formação e consolidação da civilização medieval, uma das grandes raízes do que se convencionou hoje chamar de cultura europeia”, visto que a importância de se estudar Idade Média, segundo os autores, consta na ideia de que “Ainda hoje, entretanto, a cultura europeia exerce certo fascínio no Brasil. Os sistemas de governo e o ensino universitário europeu, por exemplo, são tidos como modelos a serem imitados.” (Alves; Oliveira, 2010, p.146).

Neste capítulo, portanto, são abordados a crise do Império Romano e o processo de ruralização da Europa. Nele, uma Igreja fortíssima é retratada, sobretudo a partir do tópico “A Igreja e a evangelização dos povos bárbaros”, que abordará temas clássicos da Idade Média Escolar como a conversão dos reinos germânicos para o cristianismo e a formação das dinastias Carolíngia e Merovíngia que, através da guerra,

²⁶É doutor em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e pesquisador-colaborador do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas.

²⁷É mestre em História Social pela faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e Professora de História no Ensino Superior.

tinham como objetivo “converter os povos pagãos e ampliar as fronteiras da cristandade” (Alves, Oliveira, 2010, p.152-153). Ou seja, trata-se de uma narrativa teleológica de uma Igreja forte e incontestável, caindo no estereótipo de cristocentrismo da Idade Média Escolar.

Posteriormente, no tópico “Sociedade e Economia na ordem feudal”, o restante destes estereótipos aparece: divisão do feudo, os estamentos da sociedade medieval (clero, nobreza e servos), as relações de suserania e vassalagem e as Cruzadas. O capítulo termina com todos os temas clássicos referentes à Baixa Idade Média, ou seja, revitalização do comércio, urbanização, melhorias das técnicas agrícolas, expansão das cidades, surgimento das universidades.

Ao contrário do livro anterior, este se propõe a falar de mulheres, no subtópico “A família, o casamento e a mulher” que explica que, entre os povos germânicos, “o modelo de família predominante era o patriarcal. [...] O papel das mulheres era casar-se e gerar filhos” (Alves; Oliveira, 2010, p.148). Posteriormente, na página 156, em um *box*, outra vez mulheres são citadas em um contexto matrimonial, dessa vez, nas relações de suserania e vassalagem. É importante ressaltar que, em contextos de livros didáticos, a presença da mulher na Idade Média é basicamente inexistente. Quando não, é tratada como um tema de curiosidade ou, caso deste livro, em contexto familiar e de casamento, cuja função social era unicamente gerar herdeiros, o que mais uma vez esbarra no caráter performativo do gênero, visto que, segundo Butler, a noção sobre o corpo é politicamente construída. Este adquire um significado sexuado que passa a ser entendido como biologicamente “natural”, mas que apresenta antecedentes cristãos e cartesianos. O corpo feminino, nesse material, reforça essa construção ao ser entendido como espaço da reprodução e da manutenção da linhagem, apenas.

No segundo capítulo, de nome “A civilização árabe e os reinos africanos”, os autores propõem-se a abordar a parte “oriental” da *Unidade C*, intitulada “Idade Média: Ocidente e Oriente”, dedicando um total de 9 páginas para a civilização árabe e 6 páginas para os reinos africanos. Dessa forma, a divisão de capítulo cria um cenário de separação que culmina na ideia de dois mundos completamente distintos, onde é necessário, para falar de africanos e árabes, parar de falar de europeus, obrigatoriamente. Entretanto, o livro, ainda assim, retrata as contribuições árabes para a literatura, ciências e filosofia, o que é um ponto positivo, apesar de perder parte do impacto devido à separação dos conteúdos.

Em relação aos reinos africanos, é bastante positivo que o livro afirma que, nas palavras dos autores,

É preciso sublinhar, porém, que tanto os fluxos mercantis sistemáticos como a existência de sociedades complexas e urbanizadas precederam a chegada do islã e de seus emissários, conhecidos como marabutos. [...] a expansão do islã na região originou-se do interesse das sociedades sahelianas em conhecer o mundo exterior e de se apropriar de uma nova linguagem para expressar, de outra maneira, o que diziam na sua própria língua (Alves; Oliveira, 2010, p. 176)

Além de reconhecer a complexidade comercial, social e urbana dos reinos africanos, o livro trata também da grandiosidade e riquezas de alguns impérios, como o de Gana e o de Mali, tão grandiosos que acabam sendo até mesmo incompatíveis com o seu “tempo de tela”. Portanto, as questões que ficam são: por que separar tão abruptamente este capítulo dos outros dois, referentes à história da Europa? Por que não tratar da importância da África na formação do cristianismo de uma forma mais integrada? Por que tão poucas páginas a tudo que não é Europeu? A reflexão a partir de uma metodologia de história conectada poderia trazer uma melhor compreensão dessas interações.

Por fim, no terceiro capítulo, chamado de “O outono da Idade Média”, são abordados todos os estereótipos de crise no período da Baixa Idade Média presentes na ideia de Idade Média Escolar, ou seja, peste, guerra, fome, morte e a passagem para um “Mundo Moderno”, com a ascensão da burguesia, as grandes navegações e expansão econômica. Para os autores,

A crise generalizada levou ao rompimento do tênue equilíbrio que sustentava a Europa feudal. As revoltas no campo e nas cidades contestavam os privilégios tradicionais da aristocracia rural. [...] A crise que marcou esse período, no entanto, permitiu uma renovação da sociedade. Ela abriu caminho para a expansão comercial e o desenvolvimento das cidades, impulsionando um processo que já havia sido iniciado no século XII. (Alves; Oliveira, 2010, p. 185)

Dessa forma, fica claro o uso de uma narrativa teleológica, como se a Idade Média fosse discutida desde o começo como uma introdução à modernidade, momento em que a Europa se torna uma grande potência colonizadora. É importante ressaltar que a própria historiografia aborda essas crises, mas hoje temos outras maneiras de entender o período sem ser dentro de uma lógica de crise e decadência que favorece uma narrativa de uma ascensão da Idade Moderna. Afinal, com essa narrativa, perde-se a oportunidade de abordar um mundo anterior ao processo de colonização a partir da Idade Média, justamente porque, até mesmo nela, a Europa é a grande protagonista. Isso

fica evidente também na forma como o capítulo se encerra, visto que o livro considera a queda de Constantinopla como o final definitivo da Idade Média, justamente porque se trata, desde o começo, de uma narrativa focalizada no Império Romano, o grande berço do Ocidente, e que se mantém a partir de uma narrativa cristocêntrica. A partir do momento em que ela não faz mais sentido, parte-se para a Modernidade, o que se confirma na seguinte passagem:

A queda de Constantinopla significou a perda por parte da cristandade de um local estratégico, que fazia a ligação entre o Oriente e o Ocidente e assegurava o acesso dos comerciantes europeus aos cobiçados mercados da Índia e da China. A partir da dominação turca, as rotas comerciais entre o Mar Mediterrâneo e o Mar Negro foram dificultadas ou mesmo bloqueadas. Para os mercadores europeus, tornou-se necessário buscar rotas alternativas para alcançar o Oriente. Navegaram pelo Oceano Atlântico, impulsionaram novas descobertas, desenvolvimentos tecnológicos e econômicos, que marcariam o nascimento da Idade Moderna. (Alves; Oliveira, 2010, p.198).

Apesar de confirmar uma narrativa teleológica e que, desde o princípio, foca na ascensão europeia rumo à Modernidade, esta passagem também reconhece a Idade Média enquanto uma temporalidade conectada. Otomanos tomaram pontos estratégicos para cercar Constantinopla, que por sua vez era um ponto estratégico para o Ocidente realizar comércio com a Ásia. A abordagem poderia ser esta.

Produzido em 2010 por Ronaldo Vainfas²⁸, Sheila de Castro Faria²⁹, Jorge Ferreira³⁰ e Georgina dos Santos³¹, o terceiro livro didático é intitulado *História* (2010), da editoria *Saraiva*. Destinado a turmas do Ensino Médio, o livro tem sua Idade Média apresentada na *Unidade 3*, cujo nome é “A cristandade medieval em conflito com o Islã”, que é dividida em cinco capítulos, são eles: “A formação do mundo medieval” (Vainfas *et al*, 2010, p.80-97); “Nascimento e expansão do Islã” (Vainfas *et al*, 2010, p. 98-107); “O apogeu do feudalismo” (Vainfas *et al*, 2010, p. 108-119); “A espiritualidade Medieval” (Vainfas *et al*, 2010, p.120-127); “Outono medieval” (Vainfas *et al*, 2010, p.128-141). Importante ressaltar que cada uma desses capítulos apresenta uma linha cronológica no topo de suas páginas iniciais.

²⁸Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

²⁹Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense e Professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

³⁰Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

³¹Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e Professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense

Neste exemplar em questão, nota-se que, tão logo na titulação, há o reforço de uma ideia de conflito, partindo de um choque de civilizações representada pelas suas respectivas religiões, apresentando o conteúdo partindo de uma narrativa de “Nós versus Eles”, ou “Ocidente versus Oriente”. Entretanto, em um medievo bastante volátil, nem tudo se resumia a conflitos, afinal, “Os papas da Igreja de Roma começaram a se preocupar com os destinos políticos-religiosos do Mediterrâneo muito antes do início das cruzadas e nem sempre as perspectivas de guerra santa foram prioritárias nesse processo” (Miatello, 2019, p.197), mesmo porque

a oposição religiosa foi muito menos grave para a mudança política no Mediterrâneo do que as próprias alterações no contexto de poder e de sua territorialização. Na maior parte dos casos, os motivos religiosos foram evocados como **artifício retórico** para demarcar espaços políticos cujos chefes se ressentiam da perda de autoridade e da influência. (Miatello, 2019, p.221, grifo nosso)

Ou seja, essa narrativa que entende as relações sociais do medievo como “um grande conflito religioso”, capaz de causar um significativo choque civilizacional, não considera que boa parte desses conflitos surgia, na verdade, de questões políticas e individuais em um medievo cujas relações interpessoais eram muito frequentes.

Levando isso em consideração, o primeiro capítulo do livro referente à Idade Média, de nome “A formação do mundo medieval”, apresenta uma cronologia³² típica de um capítulo introdutório, relatando a queda do Império Romano a partir das invasões dos povos germânicos, a ascensão de Bizâncio, o Império Romano do Oriente, e a formação dos reinos germânicos na Europa Ocidental, com ênfase aos francos. Entretanto, nota-se uma narrativa focalizada na história da Europa para além de sua linha do tempo. O termo “bárbaro”, por exemplo, é explicado enquanto um termo generalizador da época, utilizado pelos romanos para se referenciar a todos os povos além de suas fronteiras. Na versão do professor, há destacado que era um termo pejorativo e problemático, mas em seguida, o próprio livro utiliza-o sem qualquer tipo

³²451 - Átila, rei dos hunos desde 447, comanda ataques no Império Romano do Ocidente; 454 - morte de Átila, rei dos hunos; 476 - Ataque de Odoacro e queda do Império Romano do Ocidente; 481 - Clóvis é proclamado rei dos francos; 493 - Teodorico, rei dos ostrogodos, conquista a Itália com apoio de Bizâncio; 496 - Clóvis se converte ao cristianismo; 527 - Justiniano assume o trono do Império Bizantino; 528 - Código de Justiniano em Bizâncio; 534 - Os bizantinos conquistam a África do Norte; 568 - Os lombardos iniciam a invasão do norte da península Itálica; 751 - Pepino, o Breve, funda a dinastia Carolíngia no reino franco; 754-756 - Pepino, o Breve, rei dos francos, ataca os lombardos a pedido de Roma; 771 - Carlos Magno é coroado rei dos francos; 774 - Carlos Magno derrota os lombardos; 800 - Carlos Magno é coroado imperador romano do Ocidente; 814 - Morte de Carlos Magno; 843 - Tratado de Verdun: divisão do Império Carolíngio

de problematização, como no subcapítulo “migração consentida dos bárbaros” e em um *box* chamado “conversa de historiador”, cujo objetivo é evidenciar “os bárbaros na historiografia” (Vainfas *et al.*, 2010, p.82-83).

Outra evidência deste enfoque na Europa é quando os autores relatam que, em relação às invasões bizantinas ao norte da África, à península Itálica e à península Ibérica, os bizantinos tinham uma “ambição em resgatar a glória do Antigo Império Romano” (Vainfas, *et al.*, 2010, p.87). Em contrapartida, em relação às invasões de Átila, os relatos são de “o último suspiro de Roma” (Vainfas *et al.*, 2010, p.84), ou seja, o capítulo introdutório a respeito da Idade Média deixa bastante evidente em quem está o holofote, afinal, tudo que acontece é causa ou consequência da queda do Império Romano do Ocidente. Por fim, o capítulo termina com os estereótipos de formação do feudalismo, sobretudo na questão da sociedade estamentária e as relações de suserania e vassalagem.

Já o segundo capítulo, de nome “Nascimento e expansão do Islã”, inicia com a seguinte passagem:

No século VII, enquanto povos de diversos reinos disputavam territórios na Europa ocidental, nascia no Oriente um movimento ao mesmo tempo religioso e político que logo mostraria uma força avassaladora: o islamismo. Os protagonistas dessa história são os árabes. (Vainfas *et al.*, 2010, p.99)

Por mais que a intenção seja dar espaço para abordar um assunto não muito habitual, assim como no livro anterior, quando os autores se propõem a falar de outras regiões e etnias não européias, dá-se a impressão de que a Idade Média possui dois mundos completamente diferentes e à parte uns dos outros, consequência de uma separação tão abrupta de conteúdo ao criar um capítulo exclusivo para falar de uma lógica que não é cristã e feudal. Esse problema agrava-se quando, das 57 páginas de conteúdo referentes à Idade Média que o livro apresenta, apenas 8 pertencem ao capítulo em questão.

Além disso, apesar de os autores reconhecerem que “A localização geográfica da península - entre África e Ásia, entre o Índico e o Mediterrâneo - foi fator decisivo para fazer desabrochar a vocação comercial dos árabes” e que “No sul, os árabes se dividiam em monarquias hereditárias e eram politeístas, enquanto os do norte se organizavam em confederações e eram muito influenciados pelas culturas gregas e judaica” (Vainfas *et al.*, 2010, p.99), nenhuma menção a esse dinamismo e conexão em um mundo medieval é feita, assim como a influência grega e judaica não são

aprofundadas. Inclusive, sequer há espaço textual para abordar impérios africanos e asiáticos e nem mesmo os europeus são citados neste capítulo. Assim, a própria forma como os capítulos são divididos, colocando um deles como “exclusivo” para abordar os árabes e o islamismo, impede potencialmente uma narrativa que parta de uma metodologia de História Conectada.

Já o terceiro capítulo, intitulado “O apogeu do feudalismo”, “vai contar a história desse renascimento urbano e comercial estimulado pelas cruzadas e por uma Igreja cada vez mais poderosa” (Vainfas et al., 2010, p. 107), como se pode notar também pela “cronologia do capítulo”³³. Para além da temática principal, que recai sobre os estereótipos de cristocentrismo, este capítulo dedica suas páginas iniciais a abordar o feudalismo e sua sociedade estamental, e suas páginas finais a evidenciar um renascimento urbano e comercial que tem início no século XI e cujo grande responsável foram as Cruzadas, assunto que será tratado doravante. Ou seja, é mais um capítulo que reforça a ideia de que a história da Idade Média é a história da Europa Ocidental, sendo ela o centro civilizacional.

Os dois últimos capítulos também focam quase que totalmente em uma narrativa européia, de nome “A espiritualidade medieval” e “Outono medieval”. O primeiro aborda os temas dos monges copiadorees (entendidos como a “vanguarda da cristandade”), das heresias, da arquitetura gótica e do surgimento das universidades, ou seja, o livro entende que o conceito de “espiritualidade” somente é inteligível na Idade Média quando se fala de Europa Ocidental. O segundo capítulo trata dos estereótipos de peste, guerra, fome e crise feudal, apresentando uma cronologia³⁴ típica do final da

³³ 1075 - Início da Querela das Investiduras entre o papa Gregório VII e o imperador Henrique IV; 1095 - O papa Urbano II convoca a primeira cruzada contra o Islã para reconquistar Jerusalém; 1099 - Jerusalém é reconquistada pelos cruzados, cria-se o Reino Latino de Jerusalém; 1118 - Fundação da Ordem dos Templários em Jerusalém; 1122 - Concordata de Worms define as funções espiritual e temporal dos bispos. Fim do conflito com o Sacro Império; 1147 - Início da segunda Cruzada, que resultaria em derrota dos cristãos; 1187 - Saladino, Sultão do Egito, conquista Jerusalém; 1189 - Início da terceira Cruzada, com destaque para o rei da Inglaterra, Ricardo Coração de Leão; 1190 - Fundação da Ordem dos Cavaleiros Teutônicos, em São João D'acre, na Palestina; 1234 - Publicação do *Liber Decretalium*, pelo papa Gregório IX, primeiro código canônico da Igreja cristã; 1270 - Luís IX lidera cruzada e conquista Túnis, mas morre de tifo. Canonizado como São Luís da França

³⁴ 1348 - A Peste Negra começa a se alastrar pela Europa. Ingleses conquistam a Normandia; 1358 - Explode a Jacquerie, revolta de camponeses na França; 1360 - Tratado de Calais; 1371 - O imperador bizantino João V torna-se vassalo do sultão otomano; 1380 - O duque de Borgonha rejeita o novo rei francês Carlos VI e apoia os ingleses; 1391 - Manoel II assume o trono bizantino e recusa novas exigências turcas; 1415 - Henrique V vence os franceses na Batalha de Azincourt, portugueses conquistam Celta; 1420 - Tratado de Troyes reconhece Henrique V como herdeiro da Coroa francesa; 1422 - Morte de Henrique V, Carlos VII assume o trono da França; 1425 - João VIII assume o trono bizantino e busca apoio do Ocidente contra os turcos; 1429 - Os franceses retomam Orléans sob o comando de Joana d'Arc; 1431 - A Inquisição condena Joana d'Arc à fogueira como bruxa. Início do Concílio de Ferrara; 1445 - Fim do Concílio de Ferrara: aprovada a união entre as Igrejas de Roma e

Baixa Idade Média europeia. O capítulo ainda tem uma passagem sobre os turcos, mas o motivo é que os mesmos foram responsáveis pela tomada de Constantinopla, que o livro reconhece, sem nenhum tipo de reflexão ou questionamento, como o fim da Idade Média.

A respeito das mulheres, na página 86, os autores abordam Teodora e suas influências sobre Justiniano, aplicando medidas que promoveram as condições femininas na sociedade bizantina: casamento entre homens nobres e mulheres de extratos sociais mais baixos; a anulação do direito masculino de matar a mulher surpreendida em adultério; a garantia às mulheres de herdarem bens e propriedades no caso de divórcio; a condenação de estupradores a pena de morte. Além disso, na página 131 e 132, Joana D'arc é mencionada como uma “figura legendária”, heroína francesa da Guerra dos Cem Anos (Vainfas *et al.*, 2010, p.131). Segue-se, portanto, lógica semelhante ao do primeiro livro, *História Geral – Ensino Médio* (2006), de Cláudio Vicentino, de destacar grandes personagens com caráter de excepcionalidade, mais ainda por serem as mesma duas.

O quarto livro é intitulado *A Escrita da História* e foi produzido no ano de 2009 por Flavio Campos³⁵ e Regina Claro³⁶, sendo distribuído pela editora Escala Educacional. O livro apresenta um volume único destinado a turmas de Ensino Médio, no qual a Idade Média é apresentada na Unidade 2, de nome “Idade Média, Idade dos Homens” – título que por si só que já contribui com a ideia de que a Idade Média é dominada pelo masculino, como fica claro no livro homônimo de Georges Duby, que afirma que a “Idade Média é resolutamente masculina” (Duby, 1989, p.7) – que é dividida em dois grandes capítulos, são eles: “A Alta Idade Média” (Campos; Claro, 2009, p.128-152) e “Entre o céu e a terra” (Campos; Claro, 2009, p.154-184).

O primeiro capítulo do livro referente à Idade Média, de nome “A Alta Idade Média”, é dividido em três tópicos: “A formação da cristandade ocidental” (Campos; Claro, 2009, p.130-135); “O Islã” (Campos; Claro, 2009, p.136-145) e “Os impérios cristãos” (Campos; Claro, 2009, p.146-152). Partindo disto, os autores iniciam a discussão tratando do tema “formação da cristandade ocidental”, onde acreditam que

Constantinopla, mas nunca concretizada; 1453 - Franceses vencem a Guerra dos Cem Anos. Queda de Constantinopla; 1461 - Morte de Carlos VII

³⁵ Professor do departamento de História da Universidade de São Paulo

³⁶ Mestre em História pela Universidade de São Paulo e autora de livros didáticos e paradidáticos com temática africana.

[...] entre os séculos IV e X, o que oferece unidade à Europa ocidental é a formação da **crístandade**, ou seja, um conjunto de reinos e territórios que têm em comum uma mesma religião oficial (o cristianismo) e uma vinculação estreita com a igreja cristã [...] É em torno da Igreja e dos elementos da religião cristã que uma nova sociedade pôde ser constituída e que as características culturais germânicas puderam ser incorporadas. Para alguns estudiosos, é a origem da Europa como entidade cultural. (Campos; Claro, 2009, p.130)

Dessa forma, o capítulo introdutório apresenta uma narrativa focalizada na Europa ocidental e a formação da cristandade como o ponto mais significativo naquilo que se configura a Idade Média, visto que, ainda neste tópico, os autores também tratarão dos povos germânicos, suas leis e sua conversão ao cristianismo, dando enfoque justamente para a Igreja ao afirmarem que

De todas as instituições romanas, a única que se manteve articulada e centralizada foi a Igreja. Dotada de um grupo de funcionários (bispos e padres), disciplinados pelos valores cristãos e letrados (latim), a Igreja tornou-se fundamental para os reis germânicos estabelecerem seus domínios (Campos; Claro, 2009, p.132)

Portanto, inicialmente, os autores do livro se baseiam em dois pontos: o primeiro é que os diferentes povos germânicos são, agora, os herdeiros do legado ocidental deixado por Roma, cuja queda é responsável pelo surgimento da Europa³⁷ (Campos; Claro, 2009, p.132). E a segunda é que a Igreja Católica Apostólica Romana foi a grande instituição responsável por unir todos esses diferentes povos germânicos. Assim, temos um discurso introdutório sobre Idade Média que se baseia novamente em uma narrativa eurocêntrica e cristocêntrica.

No tópico em sequência, ao escreverem sobre o Islã, os autores mantêm o padrão dos demais livros de abrir um tópico exclusivo para esta temática, corroborando, de forma indireta, com a narrativa de que a "formação do mundo Ocidental" e o "Islã" são assuntos divergentes. Apesar disso, logo no começo do capítulo, os autores reconhecem que

A movimentação constante dos povos árabes e os conflitos e rivalidades entre as tribos favoreceram a transformação de Meca numa cidade santuário. [...] As guerras entre o Império Persa Sassânida (formado no século III) e o Império Romano do Oriente criavam dificuldades para o rico comércio entre Oriente e Ocidente. Uma alternativa para o transporte de mercadoria era exatamente a península Arábica. (Campos; Claro, 2009, p.137).

³⁷Isto fica claro quando os autores citam a frase "A Europa surge quando o Império desmorona" (Campos; Claro, 2009, p.137), de Lucien Febvre.

Nessa passagem, pode-se perceber a existência de uma Idade Média multiétnica e "movimentada" do ponto de vista cultural e comercial, indo contra o estereótipo de estagnação deste recorte cronológico. Entretanto, essa narrativa não se sustenta, já que no subtópico "Maomé e o surgimento do Islã", nas palavras dos autores, "Faltava uma unidade política que permitisse o desenvolvimento econômico da região. Tal unidade política seria constituída por Maomé" (Campos; Claro, 2009, p.138). Ou seja, quando uma porta para uma Idade Média de múltiplas interações (sejam elas comerciais, culturais, religiosas, pessoais) se abre, ela imediatamente se fecha, porque a narrativa do livro caminha sempre para explicar a formação do mundo da forma que conhecemos hoje: primeiramente no caso dos reinos germânicos, onde desde o início é reconhecido que a queda do Império Romano é o início da formação da Europa e, posteriormente, no caso da península arábica, onde dá a entender que após Maomé e o surgimento do Islã, cria-se uma "unidade política" intransponível.

Em relação ao último tópico do capítulo 5, "Os impérios cristãos", são abordados os impérios Bizantino e Carolíngio, apresentando um texto bastante descritivo, apesar de, no caso do Império Bizantino, demarcar a importância da posição geográfica de Bizâncio como um dos principais fatores de prosperidade da região. Portanto, esse primeiro capítulo, apesar de reconhecer, ao longo de diversas passagens do tópico "Islã", a Idade Média como um recorte cronológico de muitas trocas culturais, a narrativa-mestre ainda está focada na formação da Europa Ocidental e da construção da Igreja como a grande instituição desse período. É importante também ressaltar que, na primeira metade da Unidade 2, nenhuma referência a mulheres é feita – como o próprio título da unidade já nos levava a imaginar.

O capítulo 6 do livro, intitulado "Entre o céu e a terra", também é dividido em três tópicos: "O feudalismo" (Campos; Claro, 2009, p.156-161); "Visões do paraíso" (Campos; Claro, 2009, p.162-171) e "Entre o mundo medieval e o início da Idade Moderna" (Campos; Claro, 2009, p.172-184). Em relação ao primeiro tópico do capítulo, toda descrição comum ao sistema feudal é relatada: sociedade estamentária (clero, nobreza e trabalhadores), relações de suserania e vassalagem, poder centrado nas mãos da Igreja, impostos e, finalmente, o surgimento das cidades e da burguesia como prelúdio para o fim da Idade Média. Entretanto, chama a atenção quando os autores afirmam que

Apesar da tendência à autossuficiência dos senhorios, as atividades mercantis nunca cessaram completamente. As trocas efetuavam-se em feiras, estabelecidas em geral nas proximidades de castelos, também chamados de

burgos. [...] A paz vivida na Europa a partir do século XI, com o fim das invasões dos vikings, muçulmanos e magiares favoreceu as atividades comerciais. As rotas marítimas se tornaram menos perigosas. A diminuição da mortandade forneceu um maior número de braços para os trabalhos agrícolas, o que, num primeiro momento, representou um crescimento geral da população. Novas técnicas permitiram melhor aproveitamento das terras existentes [...] a Europa experimentava uma **expansão do sistema feudal**. (Campos; Claro, 2009, p.160).

Mais uma vez, a Idade Média é reconhecida como um recorte cronológico de múltiplas interações ao redor do globo, mas essa não é a "narrativa-mestra" do conteúdo do livro. Essas passagens referentes às diferentes interações entre diferentes povos, portanto, servem apenas para explicar um contexto maior: o de "expansão do sistema feudal".

O tópico seguinte, "Visões do Paraíso", aborda, de forma descritiva, diversas imposições e posicionamentos políticos da Igreja Católica ao longo do período (Reforma Gregoriana, Concordata de Worms e a questão da investidura). Posteriormente, no subtópico "Jerusalém e os mistérios do Oriente", os autores escrevem a respeito das Cruzadas e as contribuições dos escritos de Marco Polo que "trouxeram alterações no imaginário medieval" (Campos; Clara, 2009, p.167-169). Já no subtópico "África: As sociedades urbanas" (Campos; Clara, 2009, p.169-172), o livro tem como ponto positivo adotar a narrativa de que a África era um importante centro no mundo medieval ao afirmarem que

Enquanto a Europa assistia a um gradual renascimento econômico e cultural de suas cidades, diversos núcleos urbanos na África já haviam se constituído como grandes centros comerciais e culturais. A expansão islâmica havia acelerado, principalmente, o processo de urbanização. O florescimento da atividade cultural que acompanhou a consolidação econômica e política teve as cidades como cenário. [...] O continente africano, após um longo período de deslocamentos, migrações, contatos e trocas, atingiu, entre os séculos XII e XV, uma fase de desenvolvimento e expansão do ponto de vista econômico, político, social e cultural em todas as regiões, do Níger à costa do oceano Índico. (Campos; Clara, 2009, p.169-171).

Apesar disso, o livro dedica apenas três páginas para destacar todas as sociedades africanas.

Por fim, no tópico "Entre o mundo medieval e o início da Idade Moderna", todos os estereótipos de derrocada do mundo medieval são citados: renascimento (focando na questão da valorização da razão e do homem), criação das universidades, formação da burguesia e das cidades, crise do século XIV (fome, peste, guerra e morte). Também é importante ressaltar que, ao longo de todo o conteúdo, nenhuma menção é

feita às mulheres, nem mesmo durante o breve trecho sobre a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), onde normalmente Joana D'arc é citada.

O quinto livro analisado é intitulado *História: das cavernas ao terceiro milênio*, sendo produzido no ano de 2010 por Patrícia Ramos Braick³⁸ e Myriam Becho Mota³⁹ e distribuído pela editora Moderna. Este é o primeiro volume do livro, destinado a turmas de primeiro ano do Ensino Médio e intitulado *Das origens da humanidade à Reforma Religiosa na Europa*. O conteúdo referente à Idade Média apresenta-se nos quatro primeiros capítulos da Unidade 2, de nome “A construção dos sentidos”, e são eles: “Alta Idade Média” (Braick; Mota, 2010, p.136-152); “Nascimento e expansão do Islã” (Braick; Mota, 2010, p.153-166); “A civilização bizantina” (Braick; Mota, 2010, p.168-178) e “Baixa Idade Média” (Braick; Mota, 2010, p.181-192).

Na introdução de seu primeiro capítulo, “A Alta Idade Média”, as autoras afirmam que

Nos séculos IV e V, grupos de diferentes origens ultrapassaram de forma pacífica ou violenta as fronteiras do enfraquecido Império Romano. Apesar do medo e da desconfiança que esses povos inspiraram, as tradições e os costumes bárbaros contribuíram imensamente para a formação da Europa contemporânea. É este período de gênese que estudaremos a seguir. (Braick; Mota, 2010, p.136).

O fato de que o capítulo introduz a Idade Média como um “período de gênese”, de “formação da Europa”, deixa claro que será tratada uma narrativa teleológica, na qual a Idade Média será a grande responsável por explicar como se formou a atual Europa Ocidental. Ainda no início do capítulo, é descrito como eram os povos “bárbaros”⁴⁰ e quais eram as suas principais diferenciações em relações aos romanos, mostrando que, com o tempo, as invasões “bárbaras” tornaram-se frequentes, sendo a principal responsável pela “ruralização e fragmentação do poder político” que “forneceram os elementos para formação dos reinos bárbaros nos territórios antes submetidos a Roma” (p. 137-139). Dessa forma, a concepção da Idade Média é formada, segundo as autoras:

No longo do processo, do século VI ao século VIII, em que a Europa ocidental lutou para superar a fragmentação do império e a deterioração da civilização greco-romana, surgiu um novo modelo de organização sociopolítica que só floresceria séculos mais tarde. Nela prevaleceram os elementos remanescentes greco-romanos, as tradições dos povos migrantes e

³⁸Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e professora do Ensino Médio em Belo Horizonte, MG.

³⁹Licenciada em História pela Faculdade de Ciências Humanas de Itabira, MG, mestre em Relações Internacionais pela The Ohio University, EUA e Professora do Ensino Médio e Superior em Itabira, MG.

⁴⁰O termo é utilizado de forma indiscriminada, sem qualquer tipo de contexto ou questionamento.

a cultura cristã, em seu conjunto uma configuração bem diferente da Antiguidade clássica. (Braick; Mota, 2010, p.139).

Posteriormente, as autoras tratarão dos Impérios Merovíngio e Carolíngio e como a Igreja se tornou uma instituição poderosa e centralizadora. Também é neste capítulo que tratarão sobre o processo de feudalização da Europa, abordando os estereótipos de uma Idade Média feudal, ou seja, sociedade estamentária (clero, nobreza e servos), as relações de suserania e vassalagem, as divisões de um feudo (manso senhorial, manso serviu e manso comum) e tributações.

A respeito das mulheres, ao final do capítulo, no subtópico "mulheres e crianças" as autoras dedicam algumas linhas para afirmar que “Até o século XI, as mulheres ocupavam uma posição inferior na sociedade medieval. Em um mundo extremamente religioso, viril e militar, as mulheres eram desprezadas pela fragilidade” (Braick; Mota, 2010, p.146). Portanto, apesar de nesta obra existir um pequeno trecho que se refere ao papel das mulheres na lógica medieval, as autoras acabam caindo no estereótipo de uma Idade Média masculina, na qual as mulheres eram desprezadas por não apresentavam uma "função social" clara, ao contrário dos homens, os supostos "grandes responsáveis" pelas "principais características" do que até aqui as autoras apresentaram como "Idade Média".

O capítulo seguinte, “Nascimento e expansão do Islã”, segue o padrão dos exemplares anteriores de apresentar um capítulo à parte para abordar o Islã e sua expansão. Nesta obra, as autoras explicam quem foi Maomé e como ele "unificou as tribos árabes numa força poderosa dedicada a Alá e a difusão da fé islâmica" (Braick; Mota, 2010, p.155), além de detalhar importantes questões da doutrina, da cultura e de diferentes grupos muçulmanos, destacando que

A princípio, os muçulmanos foram tolerantes com os povos dominados, o que favoreceu a consolidação da hegemonia do Islã. Os vencidos puderam manter seus costumes, propriedades e práticas religiosas, sendo obrigados, porém, a pagar impostos aos dominadores. (Braick; Mota, 2010, p.157).

Além disso, a obra apresenta o subtópico "A presença árabe na Península Ibérica" (Braick; Mota, 2010, p.159-161), o que é um ponto positivo, visto que os demais exemplares costumam ignorar completamente esta temática, partindo diretamente para a “Reconquista”, geralmente em um subtópico sobre cruzadas. Nas palavras das autoras

Abdul Rahman [...] fundou uma dinastia própria em 756 e estabeleceu na península o Emirado de Córdoba. Nessa cidade e, a partir do século XIII, em Granada, os islâmicos construíram uma brilhante civilização, construída de um polo urbano movimentado, no qual circulavam sábios e comerciantes, das mais variadas origens, bem diferente do que predominava no restante da Europa Ocidental. Foi uma experiência exemplar da história da humanidade (Braick; Mota, 2009, p.159).

Neste subtópico, também é chamada atenção para as contribuições dos árabes na arquitetura, língua e alimentação, além das autoras destacam que

O respeito às características culturais, religiosas e étnicas das tradições monoteístas de muçulmanos, judeus e cristãos permitiu que esses grupos convivessem em relativa paz. Essa lição de tolerância [...] foi a mais significativa contribuição da presença muçulmana em terras ibéricas (Braick; Mota, 2009, p.160).

Dessa forma, fica claro como é possível uma narrativa a respeito da Idade Média basear-se em um medievo conectado, no qual as relações entre diferentes pessoas, etnias, religiões, culturas e cosmovisões aconteciam quase que em todo momento. O fato de existir a necessidade de um capítulo inteiro dedicado ao feudalismo, e que o capítulo relacionado ao Islã seja separado (padrão visto em todos os exemplares analisados), acaba dificultando a existência de mais subtópicos como este.

O terceiro capítulo relacionado à Idade Média é inteiramente dedicado ao Império Bizantino, reconhecendo-o como "um mosaico de culturas" por herdar as culturas do Império Romano, da Grécia, do Egito e de outras regiões da cultura helenística, tendo também uma privilegiada posição geográfica, constantemente em contato tanto com o Ocidente quanto com o Oriente. Entretanto, por mais que tudo isso seja reconhecido, as autoras afirmam que

Embora a história bizantina tenha abrangido um período equivalente ao da Idade Média, o padrão cultural era bem diferente daquele que predominava no Ocidente. A variedade de povos e culturas reunidos no império dificulta uma caracterização geral da cultura dos bizantinos. (Braick; Mota, 2009, p.169)

Em outras palavras, ao dizerem que a história do Império Bizantino é temporalmente equivalente à da Idade Média, as autoras dão a entender que aquela não está inclusa nesta, corroborando que falar de Idade Média é, necessariamente, falar de Europa ocidental, catolicismo, feudalismo, e outros estereótipos. Todavia, esse posicionamento é confuso porque, já no subtópico seguinte, de nome "Constantinopla: centro comercial da Idade Média", as autoras reconhecem Bizâncio enquanto

pertencente ao recorte cronológico específico da Idade Média, e posteriormente irão abordar também as características de sua sociedade, a Igreja Ortodoxa, o Cisma do Oriente e a derrocada do império. Neste tópico também é feita uma passagem relacionada às mulheres medievais de Constantinopla, tratando especificamente de casamentos que, segundo as autoras, “constituía um ato diplomático. Damas da sociedade eram enviadas a reinos estrangeiros distantes para desposar e ‘civilizar’ nobres ricos e poderosos, ou seja, levar até eles a cultura helenística” e, no caso específico do imperador, “o processo era diferente. Era tradição que um grupo de funcionários reais saísse à procura de uma noiva por todo território do império. As candidatas deveriam ser muito bonitas, discretas e possuir as medidas do busto, da cintura e dos pés de acordo com o gosto do rei” (Braick; Mota, 2009, p.172). Portanto, mais uma vez é retratado é um lugar de gênero específico, dessa vez, o de esposa.

O último capítulo da obra é intitulado "Baixa Idade Média" e trata de todos os estereótipos de crise do feudalismo e ascensão das cidades e da burguesia, narrativas típicas de um capítulo final sobre o conteúdo de Idade Média presente em todos os materiais didáticos. Desta forma, as autoras escrevem a respeito do crescimento econômico presente na Europa Ocidental já em meados do século XIII, quando “Todas essas mudanças provocadas pelo incremento comercial, manufatureiro e urbano ocasionaram o confronto entre as visões de mundo dos senhores feudais. por um lado, e dos comerciantes e artesões, do outro.” (Braick; Mota, 2009, p.181-182). O grande problema é que essa narrativa dá a entender que a atividade comercial e a Idade Média são assuntos completamente incompatíveis, como se o surgimento de um gerou o fim do outro, o que é uma falácia que pode ser percebida, inclusive, quando analisamos os capítulos anteriores desta obra.

Por fim, outros motivos para o "fim da Idade Média", além da ascensão comercial, apontados pelas autoras, são as guerras, a fome, peste e as rebeliões camponesas. Ao final do capítulo, as autoras afirmam que

Todos os sonhos pareciam possíveis, na mesma medida em que a natureza e a sociedade já não pareciam tão sem surpresa, tão definidas e imutáveis. Os novos autores, movidos pela curiosidade e pela conjuntura, fervilhando de descobertas e possibilidades, não conseguiram - nem tentaram - evitar os choques com a velha ordem nobiliárquica e eclesiástica. Os presságios de uma nova ordem estavam a caminho. Em breve a 'Europa do latim' deixaria de existir. (Braick; Mota, 2009, p.188).

Essa passagem final é o desfecho de um capítulo teleológico, no qual desde o começo já era anunciado seu fim: a transição para o mundo moderno.

O último livro analisado é intitulado *Tempo & Espaço: História*, produzido no ano de 2004 por Flávio Berutti⁴¹ e distribuído pela editora Saraiva. O exemplar é um volume único dedicado às turmas do Ensino Médio, cujo conteúdo referente à Idade Média apresenta-se nos dois capítulos da Unidade 2, de nome “A Idade Média”, são eles: “A formação do mundo feudal” (Berutti, 2004, p.69-92) e “O mundo feudal” (Berutti, 2004, p.93-157).

O primeiro capítulo, intitulado "A formação do mundo feudal", apresenta uma "Introdução" na qual o autor, inicialmente, delimita temporalmente a Idade Média, com ela começando no ano de "476, ano da 'queda' do Império Romano do Ocidente" e terminando em "1453, data da 'tomada' de Constantinopla [...] pelos turcos otomanos" (Berutti, 2004, p.69). Além disso, o autor afirma que

[...] o período medieval é comumente dividido em duas fases: a Alta Idade Média (do século V ao século X) e a Baixa Idade Média (do século X ao século XV). A primeira fase foi marcada essencialmente pela formação do mundo feudal [...] época da crise do Império Romano. Já na segunda fase, observamos a consolidação do sistema feudal e a sua desagregação nos séculos XIV e XV." (Berutti, 2004, p.69).

Deste modo, somando esse texto introdutório com o nome da Unidade e de seus respectivos capítulos, espera-se uma narrativa que entende "Idade Média" e "Feudalismo" como dois lados da mesma moeda, conceitos indissociáveis, incapazes de existir um, sem o outro.

Assim, as primeiras páginas deste capítulo explicam como as invasões bárbaras e a crise econômica do Império Romano do Ocidente deram origem a um processo de "ruralização da produção e a modificação nas relações de produção", onde a Igreja, "a mais poderosa instituição da época medieval [...] preservou sua unidade e consolidou sua presença no mundo Ocidental", combatendo heresias, montando uma estrutura hierarquizada e centralizadora e conservando a cultura clássica. (Berutti, 2004, 70-77). Em seguida, o autor descreve o processo das invasões "bárbaras" e dá enfoque ao reino dos francos, descrevendo as dinastias Merovíngia e Carolíngia e a importância da Igreja para o sucesso desse reino. Neste cenário, Flávio Berutti chega à conclusão de que "A

⁴¹Licenciado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em História das Sociedades Ibéricas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor adjunto do Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes do Centro Universitário de Belo Horizonte.

organização política do Império Franco, à época de Carlos Magno, contribuiu decisivamente para o processo de consolidação do sistema feudal da Europa Ocidental" (Berutti, 2004, p.82).

No subtópico seguinte, intitulado "O islamismo", o autor, ao longo de três páginas, descreve como Maomé "unificou" a Península Arábica política e religiosamente. Entretanto, a conclusão que o subtópico chega é a de que, nas palavras do autor,

A expansão árabe teve um grande impacto na formação do mundo feudal. Ao lado das incursões vikings e húngaras (magiares), as invasões árabes aumentaram o clima de insegurança da população da Europa Ocidental, contribuindo para uma maior interiorização da economia europeia e o avanço da ruralização da sociedade (Berutti, 2004, p.84).

Através desta passagem, nota-se que o grande protagonista do livro é, em todo momento, a Europa Ocidental, até mesmo no subtópico dedicado ao Islã.

Por fim, o primeiro capítulo se encerra com o subtópico "O Império Bizantino", no qual, rapidamente, o autor escreve sobre Justiniano, o Cisma do Oriente e a queda do império em 1453, que "Segundo a historiografia tradicional, esse fato assinala o 'fim' da Idade Média." (Berutti, 2004, p.86).

Já o segundo e último capítulo, intitulado "O mundo feudal", tratará dos mais comuns estereótipos da Idade Média Escolar, no qual no subtópico introdutório, de nome "o feudalismo na Europa Ocidental", o autor afirma que

O comércio mediterrâneo, embora não tenha desaparecido durante esse período, declinou sensivelmente, e provocou uma maior ruralização do mundo medieval. A fragilidade político-militar dos vários reinos germânico-cristãos, que se formaram após a desintegração do Estado romano, fez com que populações ameaçadas buscassem proteção junto ao senhor. Foi nesse contexto histórico que a sociedade feudal, definida por uma série de obrigações servis que recaíam sobre os camponeses (o mundo rural representava mais de 90% da população), se desenvolveu. Em linhas gerais, apresentaremos a seguir as características do sistema feudal ou modo de produção feudal. (Berutti, 2004, p.93).

Para além da nomeação dos capítulos ("A formação do mundo feudal" e "O mundo feudal"), é justamente através desta passagem que percebemos que todo esse livro foi escrito para abordar apenas um assunto: o feudalismo. Dessa forma, todo conteúdo apresentado até então teve como objetivo explicar como a sociedade chegou ao referido sistema, ignorando completamente outras temáticas e possibilidades narrativas. Para este exemplar, desde o começo, "Idade Média" e "feudalismo" são sinônimos, até

mesmo antes do feudalismo se desenvolver, de fato, enquanto um sistema de produção de parte da atual França, Alemanha e Inglaterra. Portanto, a próxima dezena de páginas tratarão da sociedade estamentária (senhores feudais - nobreza e clero; e dependentes - servos e vilões), relação de suserania e vassalagem e obrigações servis – sempre a partir de uma dinâmica de gênero que pressupõe a exclusividade da participação masculina e generalização de cada grupo a partir da exclusão dos gêneros.

Posteriormente, no subtópico "o desenvolvimento do comércio", o autor segue com os estereótipos de Idade Média Escolar, descrevendo que "A partir do século XI, prefigura-se a chamada Baixa Idade Média (século XI ao século XV), período marcado pela 'ressureição das cidades' e pelo 'renascimento comercial'" (Berutti, 2004, p.103). O que chama atenção é que, nas palavras do autor

[...] expressões como 'fechamento do mediterrâneo', 'a Europa fechou sobre si mesma', entre outras, muitas vezes utilizadas para designar o colapso do comércio a partir da expansão muçulmana, parecem não corresponder ao que teria ocorrido, pesquisas mais recentes indicam que a presença árabe na bacia mediterrânea teria incrementado o comércio na região e que o intercâmbio Ocidente-Oriente foi sempre uma constante. Também as cidades [...] nunca desapareceram por completo. [...]

De qualquer forma, embora historicamente incorreta, a expressão 'renascimento comercial e urbano' está consagrada pelo uso e, com as devidas restrições, pode ser aplicadas às transformações econômicas e sociais ocorridas em especial na Europa Ocidental, a partir do século XI. (Berutti, 2004, p.104).

Nessa passagem, o autor reconhece que é uma falácia a ideia de que as cidades e o comércio na Europa Ocidental, em algum momento, tenham deixado de existir, além de reconhecer também o importante contato entre o Ocidente e o Oriente neste período. Mesmo assim, a narrativa da obra, até então, baseia-se justamente em uma visão historiográfica que acredita que a Idade Média é um recorte cronológico que nasce com a crise das cidades e do comércio na Europa Ocidental e que a mesma teve como solução para seus problemas se ruralizar, o que poderia ser entendido pelo fato de ser uma obra publicada no ano de 2004. Entretanto, na passagem acima o autor reconhece que nas "pesquisas mais recentes" essa ideia é falaciosa e, ainda assim, assume que "embora historicamente incorreta, a expressão 'renascimento comercial e urbano' está consagrada pelo uso". Dessa forma, fica claro que essa abordagem eurocêntrica e cristocêntrica presente na obra, que assume que Idade Média e feudalismo são sinônimos, foi, também, uma escolha do autor.

No subtópico "A vida cultural", o autor critica a ideia de atrelar a Idade Média a uma "Idade das Trevas" ou uma "noite de mil anos", descrevendo os costumes, a arquitetura, o ensino, a literatura e a filosofia da Europa Ocidental tanto na "Baixa Idade Média" quanto na "Alta Idade Média" quando, resumidamente, a Igreja aos poucos perde o monopólio da cultura na medida em que ocorre o aumento demográfico e o nascimento das cidades e do comércio. (Berutti, 2004, p.117-129).

Finalmente, nos subtópicos "As monarquias feudais e os poderes locais (senhorios e cidades) e universais (império e papado)" e "A crise do século XIV e da civilização medieval", o autor evidencia o que, na sua visão, são os últimos dias da civilização feudal, visto que estes subtópicos dão conta de, primeiramente, mostrar como se deu o processo de ascensão das monarquias europeias e o fim da fragmentação de poder típica do feudalismo e, depois, descreve todos os estereótipos de Idade Média Escolar: fome, guerra, peste, morte e rebeliões camponesas, as grandes responsáveis pelo fortalecimento de um poder centralizador onde, nas palavras do autor "Nessa perspectiva, com o tempo, constituem-se os chamados Estados Absolutistas." (Berutti, 2004, p.145).

A respeito das mulheres, o livro dedica um conteúdo de sete páginas, separadas do texto principal, em um *box* chamado "para você saber mais" (Berutti, 2004, 145-151). Nele, está presente a seguinte passagem:

Os medievalistas, em especial aqueles vinculados pela História das Mentalidades, têm sido responsáveis pela divisão de conceitos e pela abordagem de temas inexplorados pela historiografia tradicional [...]

Dentre os vários temas que vêm sendo privilegiados pelos medievalistas, destacaremos, nessa parte de nossos estudos, a questão da condição feminina, o papel da mulher na sociedade medieval [...]

No entanto, antes de prosseguirmos torna-se necessária uma advertência: diferente do século XX, marcado pela liberação da mulher e por expressivos avanços na condição feminina, a Idade Média foi, essencialmente, um período histórico no qual os homens exerceram uma hegemonia indiscutível em praticamente todos os setores. (Berutti, 2004, p.145-146).

Dessa forma, o exemplar considera “mulheres” enquanto uma categoria definida e imutável, partindo de um discurso baseado na visão masculina sobre as mulheres. Sem deixar quase qualquer possibilidade de ação ou subversão de modelos explicativos e pressupondo que a misoginia é exclusivamente medieval, ou seja, não somente o autor coloca todas as mulheres medievais em uma posição de submissão e conformação absoluta, como também discursa como se, nos dias de hoje, a misoginia não existisse e

os homens não tentassem também exercer “uma hegemonia indiscutível em todos os setores”.

3.2 “AS CRUZADAS” E OS LIVROS DIDÁTICOS: UMA HISTÓRIA EUROPEIA

Como já mencionado, o subtópico das Cruzadas, comum em todos os livros didáticos, será agora debatido separadamente. Para isso, será utilizado como base o artigo de Bruno Salles intitulado *The Military Orders, the Muslim World, and the Dilemmas of Conviviality: Connected Histories as a Critical Approach to the History of Crusades*⁴², cujo objetivo é “explorar as potencialidades do método das Histórias Conectadas para os estudos das Cruzadas” (Salles, 2022, p.18). Ao longo do artigo, Salles busca evidenciar que o trânsito dos Mamalik, a experiência dos Turcópulos, o deslocamento das Comunidades Muçulmanas e os movimentos diplomáticos das Ordens Militares estavam, todos juntos, afetando a Síria dos séculos XII e XIII de uma forma que justifica a utilização da metodologia da História Conectada. Este tipo de integração, segundo o autor, torna possível situar a Síria e o Egito como dois dos mais importantes centros da Idade Média, marcados pelos seus fluxos de pessoas que demonstram um grande dinamismo. Assim, torna-se possível entender as Cruzadas para além da narrativa de que ela foi formada a partir Ocidente, justamente porque o uso desta metodologia é capaz de mostrar que não é possível “reduzir as conexões entre Latinos e Muçulmanos a uma espécie de reflexo”⁴³ (Salles, 2022, p.19-22, tradução nossa).

Portanto, a ideia central de Salles é analisar os movimentos forçados e consensuais dentro de um jogo de escalas que reúne diferentes grupos (cativos, beduínos, mongóis e as Ordens Militares), deixando claro que estas integrações estão em confluência com os poderes locais e suas relações, e que a mobilização dessas comunidades itinerantes, por exemplo, é responsável pela disposição de fortalezas e torres (Salles, 2022), ou seja, um impacto geográfico considerável. Além disso, nas palavras de Salles, “Não é possível falar em conexões sem pensar, de forma justa, em

⁴²“As Ordens Militares, o Mundo Muçulmano e os Dilemas do Convívio: Histórias Conectadas como uma Abordagem Crítica à História das Cruzadas”, tradução nossa.

⁴³“Reduce the connections between Latins and Muslims to a kind of reflex”.

todas as partes envolvidas. Também não deveríamos reduzir a sua análise à componente estritamente conflituosa”⁴⁴. (Salles, 2022, p.43, tradução nossa).

Entretanto, o que se vê nos livros didáticos é justamente uma análise que se baseia em uma lógica de conflito. Nos exemplares analisados, a narrativa das cruzadas parte da ideia de que ela foi o “primeiro movimento de expansão militar do Ocidente cristão” e que “tinha como objetivo conquistar Jerusalém, a chamada **Terra Santa**, considerada o berço do cristianismo” (Vainfas et al., 2010, p.110). Segundo os autores, “O termo ‘cruzada’ é uma referência aos trajes usados pelo combatentes, que traziam na vestimenta uma cruz bordada na altura do peito, simbolizando o contrato estabelecido entre o homem e Deus” e “Os conflitos entre cristãos e muçulmanos se estenderam por mais de trezentos anos, do século XI ao XIII, trazendo morte e destruição.” (Alves; Oliveira, 2010, p.158).

Além de focar no conflito, esses exemplos também partem de uma narrativa eurocêntrica, acreditando que “O movimento cruzadista é, geralmente, definido como uma série de expedições armadas realizadas pelos cristãos contra os muçulmanos, com o propósito de romper o cerco que vinham submetendo a Europa desde o século VIII” (Vicentino, 2006, p.137) e que “Para além dos domínios cristãos existia uma diversidade de povos pagãos e os ‘infiéis muçulmanos’” (Campos; Clara, 2009, p.166). A narrativa eurocêntrica também pode ser percebida nos trechos que se referem à própria Terra Santa, como em

As cruzadas consistiam em expedições guerreiras estimuladas pelo papado com o objetivo de reconquistar a Terra Santa, isto é, os locais na Palestina nos quais Jesus viveu e que havia séculos estavam sob domínio dos muçulmanos. (Braick; Mota, 2010, p. 184).

E também no trecho

Surgiu, como prenuncio de novos tempos, o movimento das Cruzadas, organizado e estimulado inicialmente pela Igreja. As razões apresentadas para tal empreendimento foram várias, dentre as quais se destacam: a) A necessidade de reabrir as rotas de peregrinação à Terra Santa (assim chamada por se tratar da região onde Cristo fizera suas peregrinações e fora crucificado), fechadas aos cristãos europeus a partir do momento em que os turcos seldjúcidas (mulçumanos) dominaram a região. (Berutti, 2004, p.113).

Dessa forma, o artigo de Salles é importante para desmitificar essa narrativa eurocêntrica e cristocêntrica das cruzadas, visto que, em suas análises, é possível

⁴⁴ “*It is not possible to talk about connections without thinking, in a fair way, about all the parties involved. Neither should we reduce their analysis to the strictly conflictual componente*”.

perceber diversos fenômenos interculturais⁴⁵ nos lugares onde as Cruzadas aconteceram, o que permitia contatos de pessoas de origens e cotidianos completamente distintos (Salles, 2022). Portanto, por mais que não fosse sua intenção inicial, quando Salles questiona

Há uma diferença importante entre as seguintes questões: O que foram as Cruzadas? Como foi o contato entre as dinastias latinas, fatímidas, seljúcidas, zengidas, aiúbidas e mamelucas no Mediterrâneo Oriental entre os séculos XII e XIII? Se a primeira questão centra-se na ideia de que as Cruzadas se formaram no Ocidente e se desenvolveram no Levante, a segunda, pela sua abrangência, tende a apresentar uma certa complexidade. A sua ressonância afeta não só a escolha dos temas, mas também a das abordagens. Portanto, podemos acrescentar uma terceira questão: até que ponto as pesquisas atuais, especialmente no Brasil, fazem com que a primeira questão relegue a segunda a um lugar de quase esquecimento? (Salles, 2022, p.43, tradução nossa)⁴⁶

O autor acaba acertando em cheio, também, nas narrativas presentes nos livros didáticos brasileiros. Portanto, o que está sendo defendido tanto nesta dissertação quanto no artigo de Salles é que uma solução possível para superar o problema dessas narrativas focalizadas em uma “geografia do medo”⁴⁷ são justamente as contribuições da perspectiva da História Conectada, que devem ser trabalhadas na tentativa de superar narrativas eurocêntricas, cristocêntricas e colonizadoras do ponto de vista epistemológico que se baseiam em limites, expectativas e categorias anacrônicas.

3.3 A PRESENÇA-AUSÊNCIA DAS MULHERES NOS LIVROS DIDÁTICOS:

Como evidenciado anteriormente, com exceção do exemplar *Tempo & Espaço: História*, de Flávio Berutti, todos os outros livros didáticos falam a respeito do tema “mulheres na Idade Média” em pouquíssimas páginas (muitas vezes apenas em *boxes* de curiosidade, fora do texto principal) ou mesmo sequer tocam no assunto. Entretanto, a perspectiva dos Estudos de Gênero pode ser bastante útil para que uma narrativa mais

⁴⁵No caso em específico do artigo, os Turcópulos e seus contatos com a Síria e o Egito.

⁴⁶“There is an important difference between the following questions: What were the Crusades? How was the contact among Latin, Fatimid, Seljuk, Zengid, Ayyubid and Mamluk dynasties in the Eastern Mediterranean between the 12th and 13th centuries? If the first question focuses on the idea that the Crusades formed in the West and developed in the Levant, the second one, because of its comprehensiveness, tends to present a certain complexity. Their resonance affects not only the choice of topics, but also that of approaches. Therefore, we can add a third question: how much do current research practices, especially in Brazil, cause the first question to relegate the second one to a place of near oblivion?”

⁴⁷Expressão traduzida de “*Geography of Fear*”, utilizado no artigo de Salles.

inclusiva e menos colonizada seja possível, sempre tendo em vista que os gêneros e suas funções não são naturais. Ressalta-se que o gênero como construto também é um termo colonizado epistemologicamente pelo moderno civilizatório europeu, que nos leva a uma percepção de submissão e passividade da mulher, tão presente nas narrativas dos livros didáticos analisados anteriormente.

Dessa forma, o gênero pode ser entendido como “saberes, ou seja, complexas compreensões, que são estabelecidas historicamente, nas sociedades, em meio às relações de poder, sobre a diferença sexual.” (Silva, 2019, p.13), portanto, não é determinado pela anatomia corporal, mas sim pelo sentido atribuído pela sociedade, em sua época, às diferenças entre esses corpos. Não sendo o gênero uma categoria fixa e universal, é possível entender que existem diversas interpretações ao longo do tempo e espaço, estando ele presente em diversos âmbitos sociais, atravessando suas relações, identidades e cotidianos, não necessariamente de uma forma determinante, mas muitas vezes sendo utilizado como estratégia para oprimir, dominar, reprimir, censurar e diferenciar. É válido ressaltar que, apesar desses saberes serem constituídos, na maioria das vezes, a partir de perspectivas que atribuem o gênero a um esquema binário, isso não é uma regra propriamente dita.

Portanto, ignorar completamente o assunto ou reduzir as mulheres medievais às responsáveis por cuidar dos filhos e gerar herdeiros – caso dos livros didáticos analisados – nos impede de realizar que a Idade Média pode e deve ser entendida a partir de outras perspectivas, sendo o gênero uma categoria bastante útil para entendê-la (Scott, 1986). Dessa forma, é possível ensinar a evitar analogias descontextualizadas, deixar de enxergar as mulheres sempre do ponto de vista dos homens e parar de agir como se atualmente as mulheres tivessem total autonomia em oposição a um passado no qual elas seriam totalmente oprimidas. Assim, é preciso repensar as agências femininas na Idade Média, complexificar as dicotomias público/privado e homem/mulher, entender as diferentes formas de influência feminina, questionar as narrativas-mestras e, principalmente, pensar a mulher medieval fora do ponto de vista Europeu pós-humanista, que fez questão de subjugar a Idade Média a uma “Idade das Trevas”.

Por fim, trazendo à tona o único livro que dedicou uma quantidade razoável de páginas (sete) para falar sobre o assunto “mulheres na Idade Média”, o exemplar de Flávio Berutti o faz partindo justamente da perspectiva dos historiadores vinculados à História dos Annales, com forte ligação com a História das Mentalidades, como fica claro na seguinte passagem de George Duby

Essa Idade Média é resolutamente masculina. Pois todos os relatos que chegaram até mim e me informaram vêm dos homens, convencidos da superioridade do seu sexo. Só as vozes deles chegam até mim. No entanto, eu os ouço falar antes de tudo de seu desejo e, conseqüentemente, das mulheres. Eles têm medo delas e, para os tranquilizarem, eles as desprezam. (Duby, 1989, p.7, apud Berutti, 2004, p.146).

Posteriormente, Berutti aborda, majoritariamente, os estereótipos comuns às mulheres na Idade Média de “Eva Pecadora” e “Virgem Maria”⁴⁸. Dessa forma, o autor, partindo de um discurso típico da historiografia dos medievalistas dos anos 1990, considera mulheres enquanto uma categoria única e definida, onde o que se apresenta é, na verdade, uma visão masculina sobre as mulheres.

Assim, fica claro que a solução para esses materiais didáticos, portanto, não passa por criar um subtópico obrigatório cujo conteúdo seja “mulheres no medievo”, mas sim entender que o conteúdo desses exemplares apresenta uma visão especificamente masculina da Idade Média e a própria necessidade de alguns autores abrirem tópicos específicos para falar sobre mulheres torna isso claro. Além disso, essa visão “especificamente masculina”, indubitavelmente, contribui significativamente para a opressão de gênero e para uma narrativa epistemologicamente colonizadora e, para que isso possa ser evitado, é preciso levar em consideração que não existe um modelo superior ou inferior para as relações de gênero e que nenhuma sociedade, separadas geograficamente ou temporalmente, deveria impor as suas relações de gênero em relação à outra.

3.4 A IDADE MÉDIA ESCOLAR ENQUANTO UMA METODOLOGIA CONFORTÁVEL:

Ao tornar evidente que os usos da Idade Média no nosso cotidiano constroem esse período histórico de forma eurocêntrica, branca, masculina, heteronormativa e lúdica, com os estudantes, muitas vezes, levando esses estereótipos para dentro de sala de aula, surge uma nova questão. Na escola, esses mesmos estudantes se deparam, em seus livros didáticos, com uma Idade Média não só eurocêntrica, branca,

⁴⁸Para saber mais, ler Felisberto, Esteffane; Oliveira, Marcos. Representações de Eva e Maria na Idade Média: **a condição feminina no pensamento religioso e imagens medievais**. In: BUENO, André; BIRRO, Renan; BOY, Renato (orgs.). Ensino de história medieval e história pública. 1º ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UERJ, 2020. p.65-74.

heteronormativa e masculina, como também cristocêntrica, feudal, repleta de fome, guerra e peste, abusos de poder, dentre outras descrições.

Dessa forma, entendendo o estereótipo da “Idade Média escolar” como um uso do passado, pode-se perceber que, por décadas, os livros didáticos de História brasileiros, independentemente do segmento escolar, utilizam-se desse uso do passado para tratar desse recorte temporal. Portanto, tornou-se uma espécie de “metodologia confortável”, através da qual, há décadas, a Idade Média é enxergada como uma “Idade dos Homens”, em seu sentido generificado e excludente, estagnada, uma particularidade histórica casualmente alocada entre a “beleza clássica” da Idade Antiga e o humanismo revolucionário da Idade Moderna.

Portanto, falta ser discutido o que se pode mudar nesses livros didáticos. Uma bibliografia mais atualizada? É possível um diálogo com perspectivas mais atuais e menos excludentes, como o Decolonialismo, os Estudos de Gênero e a Idade Média conectada⁴⁹? Para responder essas reflexões, uma maior aproximação entre Ensino Superior e Ensino Básico é necessária, com mais teses que visem contribuir para melhorar o ensino de História assim como para melhorar os materiais didáticos utilizados. Para isso, é necessário compreender que ir “para uma outra Idade Média”⁵⁰ é, além de propor uma narrativa alternativa, reconhecer a existência de uma “narrativa-mestra” sobre a Idade Média que a torna em um conceito colonizado e colonizador do ponto de vista epistemológico. Portanto, um posicionamento é necessário, não “para”, mas “por” uma outra Idade Média.

Dessa forma, se chegamos à conclusão de como a Idade Média é, ou seja, colonizada, torna-se possível discutir o que ela poderia ser, e este será o objetivo do próximo capítulo. A partir da obra *A Cidade das Damas* (1405), de Christine de Pizan, será discutido como a Idade Média pode ser utilizada como ferramenta pedagógica para a introdução de conceitos como a igualdade de gênero, além de propiciar questionamentos a respeito do que é um mundo “globalizado”, de fato.

⁴⁹ Importante ressaltar, essas teorias já estavam em voga no momento em que esses livros didáticos foram lançados.

⁵⁰ E aqui faz uma referência ao livro “Para uma Outra Idade Média: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente”, escrito por Jacques Le Goff.

4 A IDADE MÉDIA COMO ELA PODERIA SER: O ENSINO DECOLONIAL DA IDADE MÉDIA A PARTIR DO ESTUDO DE CASO DE CHRISITINE DE PIZAN

A teoria decolonial tornou mais fácil para os estudiosos trabalharem de forma diferente no campo dos estudos medievais e analisar como a ideia de "Idade Média Cristã Europeia" está completamente ligada às influências políticas e ao poder colonial. Esta pesquisa, até o momento, buscou investigar um neomedievalismo específico presente em uma região colonizada, a dos livros didáticos brasileiros, o que contribui tanto para os estudos medievais como para a teoria decolonial justamente porque o "medieval" interfere politicamente na sociedade atual. Dessa forma, ao questionar teleologias e pressupostos básicos, surge a oportunidade de novos posicionamentos, afinal, se a Idade Média não mais significa uma delimitação geográfica e temporal específica, então os estudos medievais se tornam também uma forma de construção da "Idade Média" (Davis; Altschul, 2009, p.5-7), este é o objetivo deste capítulo.

Através dos conteúdos de Idade Média presente nos livros didáticos, é possível notar que este é um conceito espaço-temporal que trabalha incansavelmente para a colonização europeia, ou seja, a "Idade Média", assim como a "Europa", são ideias que mutualmente se constituíram ao longo dos últimos séculos, e não uma entidade internamente unificada e consolidada. Assim, surge o conceito "medieval", que passa a ser entendido como parte de uma grade posicionada e minuciosamente selecionada geralmente entre o século V e o século XV, condizendo, territorialmente, com uma suposta "Europa cristã". Essa linearidade temporal que postula a disponibilidade de uma Idade Média plena para o pensamento colonial, em geral, decorre do pressuposto comum de que a unidade convencional, as principais características e as fronteiras temporais deste período foram geradas pela mudança de mentalidade que é atribuída ao Humanismo renascentista. Todavia, essa simplicidade é enganosa e mapeia retrospectivamente ideias gradualmente formadas e contestadas que foram solidificadas principalmente nos séculos XVIII e XIX, ignorando histórias interligadas e separando "o medieval" do colonialismo a partir do qual surgiu, impossibilitando o reconhecimento da estreita relação entre as epistemologias do colonialismo e da Idade Média enquanto pertencentes a uma mesma categoria: a História europeia. Portanto, a Idade Média, assim como muitas outras periodizações, adquiriu as suas características definidoras e aparente solidez ao longo de vários séculos, cujas principais motivações

partem de esforços políticos, econômicos, nacionalistas, territoriais e, sobretudo, colonialistas. Dessa forma, o “medieval” passou a servir de base para uma série de narrativas dominantes baseadas na ideia de pertencimento a um Ocidente com identidades raciais, nacionais e religiosas específicas (Davis; Altschul, 2009, p.1-2), com a questão do gênero tendo um importante papel em todo esse processo que interfere diretamente na vida das pessoas, afinal, “essa historiografia abre possibilidades para identidades políticas violentas⁵¹”. (Davis; Altschul, 2009, p.14).

A importância da questão do gênero em todo esse cenário é muito bem explicada no capítulo “Time Behind the Veil: the media, the Middle Ages, and Orientalism now”, de Kathleen Davies, presente no livro *The Post Colonial Middle Ages*. O capítulo aborda justamente a questão de gênero presente em um discurso globalizante e contemporâneo a respeito do Orientalismo, acreditando que os medievalistas têm uma posição privilegiada para quebrar esse tipo específico de paradigma de oposições temporais. No capítulo, Davies traz à tona a reportagem *Behind the Veil—A Report on the Woman of Afghanistan*, de 1996, da jornalista Diane Sawyer e sua ida ao Afeganistão para denunciar o tratamento recebido pelas mulheres sob o domínio do Talibã, retratado como um retrocesso temporal, como evidencia Davies utilizando uma fala de Sawyer

‘Saímos de Nova Iorque, dirigindo-nos primeiro para Londres, depois para o Paquistão, pensando em tudo o que ouvimos sobre as mulheres afegãs, o seu amor pelo riso, as suas casas meticulosas, por mais pobres que fossem, e a sua resiliência durante 18 anos de guerra’. Essa viagem da metrópole ocidental ao espaço doméstico feminino afegão também é figurada como uma viagem no tempo (de volta ao passado), bem como uma dramática missão de resgate de mulheres forçadas a regressar, como indica o título do programa, ‘behind the veil’ [por trás do véu]. O Talibã, explica a narração de Sawyer, varreu o país e entrou na capital com um ‘punho de ferro fundamentalista, devolvendo mulheres à idade média, enquanto as mulheres do Afeganistão clamam para outras mulheres virem ajudar’⁵² (Davies, 2000, p.105-106, tradução nossa).

O entendimento da Idade Média enquanto uma temporalidade marcada pela desumanidade é constantemente evocado quando se está diante de um discurso opositor

⁵¹ “On all sides this historiography opens the possibility of violent identity politics.”

⁵² ‘We left New York, heading first to London, then Pakistan, thinking of all we’d heard about the Afghan women, their love of laughter, their fastidious homes, however poor, and their resilience during 18 years of war’. This journey from Western metropole to Afghan female domestic space is also figured as time travel (back into the past) as well as dramatic rescue mission of women forced to a return, as the program’s title indicates, ‘behind the veil’ The Taliban, Sawyer’s voice-over explains, has swept across the country and into the capital with a ‘fundamentalist iron fist’, in effect returning women to the middle ages, while the women of Afghanistan cry out for other women to come help.”

entre o Oriente e o Ocidente, que divide suas diferentes sociedades em termos de medieval/moderno, depravado/justo e estagnado/progressivo. O que Davies quer destacar, portanto, é que desde o final do século XX, a exploração crítica dos significados entrelaçados de tempo, gênero e sexualidade em projetos nacionalistas demonstrou que, no discurso do nacionalismo, em que a heterossexualidade compulsória é imposta, acaba decaindo sobre as mulheres o fardo da representação da identidade da coletividade, sendo nelas personificado todo um passado nacional. Davies também deixa evidente que, nas lutas de um mundo pós-colonial, mas globalizado, é deveras perceptível a cada vez mais violenta imposição de significado às mulheres em confrontos culturais e supranacionais, devido, pelo menos em parte, às pressões da ocidentalização e às consequências da colonização (Davies, 2000, p.106), ou seja, o uso da Idade Média enquanto uma temporalidade masculino-totalizante contribui epistemologicamente para esta problemática, como evidencia Davies

Mas qual é o papel da Idade Média nesta prática significativa de alto risco? Espero demonstrar que o discurso do “retorno à Idade Média” feito pela tropa do *Behind the veil* não é simplesmente um insulto genérico redutível a uma fé residual no mito do progresso, mas antes indica que o Orientalismo está em ação. Aponta para uma dupla confiança da retórica ocidentalizante/globalizante no conceito de Idade Média, que fornece tanto a imagem do passado comum necessária para um sentido de coesão entre as nações modernas no presente, como também um modo de vida posterior e estático contra a qual as reivindicações da modernidade podem se definir. Tal como o discurso da nação moderna, produções como *Behind the veil* baseiam-se numa temporalidade dividida, reivindicando paradoxalmente a Idade Média como o estágio imaturo a partir do qual a modernidade se desenvolveu e como um espaço temporal inerte e incapaz de mudança⁵³ (Davies, 2000, p.107, tradução nossa).

Dessa forma, é evidente que há um esvaziamento da Idade Média enquanto uma categoria com história própria, participando de uma estratégia com uma longa genealogia moderna e epistemologicamente colonizadora que, paradoxalmente, “reivindica a Idade Média tanto como origem de uma história progressista como um

⁵³ “But what is the role of the Middle Ages in this high-stakes signifying practice? I hope to demonstrate that *Behind the Veil*’s trope of “returning to the Middle Ages” is not simply a generic insult reducible to a residual faith in the myth of progress, but rather that it indicates Orientalism at work. It points to a double reliance by Westernizing/globalizing rhetoric upon the concept of the Middle Ages, which supplies both the image of the common past necessary for a sense of cohesion among modern nations in the present, as well as an alterior, static mode of existence against which claims of modernity can define themselves. Much like the discourse of the modern nation, productions such as *Behind the Veil* ground themselves on a split temporality, paradoxically claiming the Middle Ages as the immature stage from which modernity developed, and as an inert, temporal space incapable of change.”

espaço inerte e fechado perante o movimento da história”⁵⁴. Ou seja, a Idade Média também pode servir como um quadro em branco para que a modernidade use toda sua criatividade para desenhar um futuro perfeito a seu bel prazer (Davies, 2000, p.112). Esse mesmo fenômeno foi indicado no capítulo anterior para o caso dos livros didáticos.

Portanto, a importância do gênero na discussão a respeito da problemática de uma Idade Média colonizada está presente, mais uma vez, nas palavras de Davies,

Os significados tão violentamente impostos às mulheres nas lutas políticas e culturais contemporâneas não podem ser adequadamente teorizados sem atenção específica à dependência das identidades nacionais e supranacionais na “Idade Média”. Por sua vez, enquanto a crítica pós-colonial reproduzir os termos através dos quais a lógica imperial se fundamentou na Idade Média, esta teorização não poderá sequer começar.⁵⁵ (Davies, 2000, p.117, tradução nossa).

Assim, é necessário que nós, medievalistas, estejamos prontos para libertar as temporalidades históricas e, consequentemente, os gêneros.

Dito isso, para que sejamos capazes de realizar um debate profícuo a respeito de gênero no recorte temporal da Idade Média na Educação Básica, urge a necessidade de incluir neste debate obras medievais escrita por mulheres tanto na academia quanto nos livros didáticos utilizados pelas instituições de ensino, visto que essas obras muitas vezes carregam um conteúdo transgressor capaz de romper diversos paradigmas construídos pelas narrativas modernas/colonizadoras e reforçados pelos estereótipos da Idade Média escolar presentes nesses manuais escolares que produzem, via de regra, narrativas acríticas e conteudistas. Portanto, para discutir essas questões, Luciana Deplagne destaca a importância do conceito “colonialidade do poder” que, por sua vez, traz consigo outras categorias como a colonialidade do ser, do saber, da natureza e do gênero, sendo necessário questionar esse processo epistemologicamente colonizador, sempre desarticulando ações coloniais na leitura feita sobre a própria realidade (Deplagne, 2019, p.24-25), nas palavras da autora,

Ao adotar [...] o projeto decolonial como pressuposto sustentador da minha análise sobre as relações de gênero no período medieval, busco questionar a base da historiografia nas várias áreas do conhecimento, que por trás de um discurso da Razão, e da universalidade, impôs uma narrativa única sobre as

⁵⁴ “[...] it paradoxically claims the Middle Ages as both the origin of a progressive history and as an inert, sealed off space before the movement of history.”

⁵⁵ “The significations so violently imposed upon women in contemporary political and cultural struggles cannot be adequately theorized without specific attention to the reliance of national and supranational identities upon “the Middle Ages”. In turn, as long as postcolonial critique reproduces the terms through which imperial logic grounded itself upon the Middle Ages, this theorization cannot even begin.”

relações entre homens e mulheres na Idade Média. [...] Nessa perspectiva, interessa saber quem produziu o conhecimento que sabemos sobre o período medieval? Quais foram as fontes? Por que determinadas fontes foram silenciadas? E por fim: A historiografia medieval tem gênero? (Deplagne, 2019, p.26).

Assim, concordamos com Deplagne que, para que haja uma efetiva revisão decolonizadora da Idade Média, é obrigatório considerar obras de autoria feminina neste processo, incluindo-as nos livros didáticos, sobretudo quando consideramos que “O uso exclusivo do manual escolar como recurso didático em sala de aula influi diretamente na vida dos alunos, significando, muitas vezes, a única referência histórica a que eles terão acesso”, sendo estes manuais muitas vezes responsáveis por construir visões de mundo específicas e por difundir valores e ideologias que atingem diretamente as formações identitárias dos estudantes (Silva, 2011, p.9-10).

Neste modelo, o gênero será utilizado como uma categoria útil de análise histórica, como preza Joan Scott, visto que, através do uso de fontes autorais de mulheres medievais, novas e complexas relações e interações humanas em pleno medievo serão expostas aos estudantes, o que irá contribuir também para o próprio entendimento dos mesmos em relação ao recorte temporal da Idade Média, afinal, a ideia de um mundo medieval masculino-totalizante é limitadora e, conseqüentemente, difícil de ser compreendida de forma aprofundada.

Além disso, o esforço de Butler de ir além das funções “fundacionais” de um sujeito é fundamental porque, através da problematização de uma “identidade comum” (nesse caso, as mulheres), torna-se possível separar as noções de “gênero” das interseções políticas, sociais e temporais, o que é importante, sobretudo quando se constata que as relações de gênero da Idade Média são diferentes em relação às da modernidade.

Dessa forma, o que se pretende com este capítulo é evidenciar, a partir da obra *A Cidade das Damas* (1405) que, ao longo da Idade Média, nem sempre a mulher ocupou as cadeiras do ostracismo e da submissão, visto que

[...] na Idade Média, em particular na Alta Idade Média, as mulheres tiveram um lugar de relevância no seio da sociedade, alcançando o reconhecimento pelos pares, mesmo dentro daquela sociedade marcadamente patriarcal [...] Porém, mesmo dentro de uma ótica dos estudos de gênero, o discurso tradicional, que explora a ideia da submissão e apagamento das mulheres no medievo, é muitas vezes reproduzido. (Deplagne, 2019, p.29).

É necessário, ao mesmo tempo, refletir sobre essas obras e suas respectivas ausências na historiografia a respeito da Idade Média, até porque a inclusão desses escritos realizados por mulheres contribui ativamente para a realização de novas narrativas históricas que colocam em cheque todos esses estereótipos negativos a respeito das mulheres no medievo para que assim possamos enxergar

[...] a ideia de que é possível identificarem determinados períodos da História relações entre homens e mulheres baseadas em cooperação e respeito, contrariamente às que foram narradas pela historiografia tradicional. [...] De um lado, tornar mais visíveis os abundantes exemplos de mulheres protagonistas, e não apenas os de vítimas injustiçadas, por outro lado, refletir sobre posicionamentos positivos de homens em relação às mulheres, proporcionando-lhes identificações outras, além da masculinidade tóxica que as narrativas tradicionais nos ensinaram e que a nossa vivência atual nos confirma. (Deplagne, 2019, p.55-56).

O potencial pedagógico que existe sobre a Idade Média é evidente seja pelo seu viés de identidade ou mesmo pela alteridade, sendo a obra *A Cidade das Damas* (1405), de Christine de Pizan, capaz de instigar diversos questionamentos tanto no âmbito de gênero, por ser um livro que exalta as mulheres de sua época e da antiguidade, construindo excelentes debates a respeito dos papéis de gênero e da defesa das mulheres, quanto da História Conectada, por Christine de Pizan não se limitar, em nenhum momento, a falar estritamente de mulheres europeias. Ou seja, *A Cidade das Damas* (1405) é um documento histórico extremamente relevante para os debates atuais a respeito da Idade Média.

Finalmente, a questão que orienta este capítulo é: quando a mulher aparece na História enquanto sujeito ativo? A História ainda pode ser fonte de libertação dependendo do caminho a ser seguido. Neste capítulo, tentarei deixar evidente como a Idade Média, a partir de Christine de Pizan, pode ser utilizada como ferramenta pedagógica para a introdução de conceitos como igualdade de gênero e alteridade, conceitos esses que, destacados de forma profícua nas fases iniciais do aprendizado, acrescentam positivamente no lidar com as ciências humanas e com as relações interpessoais dos (das) estudantes. Desta forma, sob a companhia de Christiane de Pizan e sua obra *A Cidade das Damas* (1405), buscaremos mostrar a possibilidade de um caminho capaz de, a partir da Idade Média, destacar o papel da mulher enquanto sujeito ativo da sociedade.

4.1 QUEM FOI CHRISTINE DE PIZAN? UMA APRESENTAÇÃO A PARTIR DA OBRA *LIVRE DE FAITES D'ARMES ET DE CHEVALERIE*⁵⁶

Em 1410, enquanto a França estava em meio a uma guerra civil e estrangeira, Christine de Pizan, uma “bruxa simples”, escreveu um tratado militar para instruir os príncipes de seu tempo. Com o Livro dos fatos das armas e da cavalaria, a poetisa investe um campo propriamente masculino para lembrar a todos os direitos e deveres de um bom senhor em tempo de guerra. (Mercuzot, 2017, p. 585).

Christine de Pizan foi uma poetisa e filósofa nascida no território que hoje entendemos como Itália e que viveu, desde criança, na França, lugar no qual seu pai, Tommaso de Pizzano, foi convidado pelo rei Carlos V para ser seu astrônomo. “Acerca da educação de Pizan, esta não podia frequentar a universidade por ser uma mulher, logo, teve no pai e no rei exemplos de figuras masculinas de autoridade e ensino”, fomentando sua educação através da biblioteca real e do seu acesso à corte. Também casou-se muito jovem com Etienne de Castel, secretário real, com quem teve, provavelmente, três filhos. Após a morte de Carlos, V, Tommaso de Pizzano e Etienne de Castel, Christine de Pizan, desamparada de um suporte masculino, torna-se chefe de sua família, subvertendo “o papel feminino esperado na sociedade do baixo medievo uma vez que ela não se casa novamente”.(Ferreira; Silva, 2022, p.27-29).

Após iniciar sua carreira literária no ano de 1399, Christine de Pizan caracterizou-se como uma personagem histórica de grande relevância no meio intelectual francês do final do século XIV e início do século XV. Alcançou, inclusive, o cargo de conselheira oficial do *delfim*⁵⁷ em um período bastante conturbado da história do país, o da Guerra dos Cem Anos. Dentre as suas incontáveis obras, destacam-se *le livre des trois vertus à l'enseignement des dames*⁵⁸ e *le livre de la Cité de Dames*⁵⁹, sendo que esta última dará a tônica desse terceiro capítulo. Além disso, também importante ter em mente que diversas “outras obras da escritora contribuíram para o debate acerca dos papéis de gênero e para a defesa das mulheres” e que

Mesmo insistindo em temas polêmicos para o seu contexto, o prestígio da escritora foi tal que recebeu convite do duque de Borgonha, Philippe Le Hardi, para redigir a biografia do rei Carlos V, sendo escolhida entre os cronistas da sua época. O *Livre des faits et bonnes moeurs du Sage Roi*

⁵⁶ Livro dos feitos das armas e da cavalaria

⁵⁷ Filho do rei francês

⁵⁸ O livro das três virtudes para o ensino de damas

⁵⁹ O livro da cidade das damas

Charles V (1404) tornou-se um relevante documento histórico sobre o rei e o contexto do século XIV (Deplagne, 2019, p. 54-55).

Entretanto, é importante destacar rapidamente a obra de Christine de Pizan que talvez seja a mais ousada e incomum de todas elas, o *Livro dos feitos das armas e da cavalaria* (1410), que foi escrito durante a Guerra dos Cem anos e oferece um ângulo diferente desse acontecimento, visto que a autora se opunha fortemente às guerras que a França travava, demonstrando grande preocupação com a situação política do reino francês e condenando todos os males da guerra, sendo pioneira na retórica pacifista utilizada por escritores modernos, como Erasmo de Roterdã. Mais importante ainda, ao escrever, Christine de Pizan concedeu voz às suas próprias ideias, não se atendo apenas ao que foi solicitado a ela como conselheira do *delfim*, mas também pensando em combatentes no geral, muitos deles analfabetos que somente tinham acesso ao livro quando lidos em voz alta. Ou seja, a autora acabou também sendo fundamental para a popularização das noções básicas de estratégia militar, treinamentos e, sobretudo, a questão da guerra ser justa ou não, tendo como principal objetivo ser didática para que a guerra pudesse ser evitada (Sanders, 2020, p. 129-132).

Assim, a partir desta obra, Christine de Pizan atravessa uma dupla barreira social: primeiramente por ser uma mulher escritora renomada, chegando ao auge de sua profissão ao dar conselhos para o filho do rei da França e, em segundo lugar, por também fazer isso abordando um assunto supostamente masculino – a guerra – visto que até hoje se trata de um tópico muito atrelado ao universo dos homens (Aleksiévitch, 2016). Essa dupla barreira atravessada por Christine de Pizan é notável, sobretudo porque subverte o ambiente de ensino e é capaz de mostrar para os estudantes que a Idade Média vai muito além de suas representações na mídia, nos filmes, nos jogos, na política e nos livros didáticos no geral.

Com Christine de Pizan apresentada, para fins pedagógicos, a partir do *Livro dos feitos de armas e de cavalaria*, será abordada agora a obra *A Cidade das Damas* (1405), escolhida como horizonte de exemplo didático-pedagógico para um dos possíveis caminhos para a articulação de um ensino decolonial de Idade Média na Educação Básica. Entendendo-a enquanto uma ferramenta pedagógica capaz de produzir debates que desconstroem os estereótipos da Idade Média Escolar, *A Cidade das Damas* será articulada com os campos dos Estudos de Gênero e da Idade Média Conectada previamente discutidos, visando produzir “um espaço de construção coletiva do conhecimento, de análise da realidade, de confronto e troca de experiências”,

buscando valorizar a “atividade, a participação, a socialização da palavra, a vivência de situações concretas através de sociodramas, análise de acontecimentos, a leitura e a discussão de textos, o trabalho com distintas expressões da cultura popular” e também construir “conhecimentos a partir de uma realidade concreta, para serem transferidas a essa realidade a fim de transformá-la.” (Kisnerman, Apud Omiste; López; Ramírez, 2000, p.178).

4.2 A CIDADE DAS DAMAS: CONSIDERAÇÕES, ESTRUTURAS E OBJETIVOS

[...] que dirão os nobres e cavaleiros, já que muitos, dentre eles, maldizem categoricamente as mulheres, mesmo sem ter esse direito? Que a partir de agora freiem suas línguas, ao saber quem devem a uma mulher o porte da armadura, a arte do combate e da batalha em fila, enfim, essa profissão das armas de que eles são tão orgulhosos e que tiram tantas glórias. E, em geral, quando se vê que os homens vivem de pão e moram em cidades policiadas, submetidas ao direito civil, quando eles cultivam o campo, pode-se permitir, ao olhar de tantos benefícios, condenar e desprezar as mulheres a esse ponto, pois eles são numerosos a fazê-lo? Claro que não! Pois, foram as mulheres, quer dizer, Minerva, Ceres e Ísis, que lhes trouxeram essas coisas úteis que eles se beneficiam, permitindo conduzir uma vida honrada, vivendo para sempre com elas. Tudo isso deve ser considerado. Sem dúvida, Dama, parece-me que nem a Doutrina de Aristóteles, que muito foi proveitosa no pensamento humano, e de que se faz tanto caso – a justo título, aliás – não mais do que todos os outros filósofos que existiram, não fizeram mais pela humanidade do que as obras realizadas com a sabedoria dessas damas. (Pizan, 2012, p.146).

Produzida pouco mais um século antes da obra *A Utopia* (1516), de Thomas More, a obra *A Cidade das Damas* (1405), de Christine de Pizan, é única por ser tratar de uma alegoria utópico-feminina que tem como principal objetivo visibilizar notáveis mulheres da História da humanidade, destacando, sobretudo, sua nobreza e conferindo-lhes “um espaço diferenciado e mais visível na cultura” (Cavalcanti, 2012, p. 13). Importante ressaltar que essa nobreza destacada por Christine de Pizan pouco tem a ver com *status* de riqueza, mas sim com uma questão de virtude, muitas vezes atrelada à concepção cristã de santidade. A partir disso, a autora narra a história de diversas mulheres virtuosas de diferentes camadas sociais e de diferentes lugares mundo

Com sua obra, Christine de Pizan, no início século XV, evoca “a imbricada relação entre a escritura (na referência metalinguística ao ‘Campo das Letras’), as questões de gênero (uma vez que a cidade é proposta, construída e habitada por ‘Damas’) e a utopia”, se opondo fortemente ao discurso hegemônico (e misógino) da época, protagonizado por autores masculinos que costumavam desprezar a figura

feminina sob os mais variados aspectos sociais (Calvacanti, 2012, p. 13-14). Portanto, ao longo do livro, Christine de Pizan, de forma muito engenhosa, coloca-se na posição de aprendiz para as três ilustres damas, filhas de Deus - são elas: Razão, Retidão e Justiça - e, com isso, inicia uma série de colocações e perguntas a essas autoridades, que funcionam de forma alegórica e que passam a argumentar a respeito da importância social da mulher na sociedade e a carência de sentido que há nessas enraizadas críticas feitas a elas no universo literário masculino. Assim, a escrita de Christine de Pizan funciona de uma forma pedagógica e abrangente, com muitas exemplificações.

Para Luciane Deplagne (2012), o gênero da utopia é aquele que apresenta “maior conformidade com a obra *Le cité de Dames* de Christine de Pizan” e “A linguagem alegórica, que tem um caráter fundamentalmente didático, busca, ao mesmo tempo, dar uma certa ilusão do real, através da valorização simbólica dos elementos alegóricos”, ou seja, é a partir das benesses dessa construção utópica, exaltando tudo que há de bom e de diferente nesse “novo real”, que fazem surgir uma série de questionamentos e críticas à maneira como a sociedade funciona, de fato (Deplagne, 2012, p.19). Portanto, a estratégia narrativa de Christine de Pizan tem dois objetivos principais: o primeiro é exaltar e conceder visibilidade às ilustres mulheres que passaram pela Terra e o segundo é, a partir da criação de uma utopia, mostrar todo o seu desprezo em relação ao seu contraponto - a vida real. Foi evidenciando o seu “descontentamento com uma realidade injusta e desigual entre os sexos” que Christine de Pizan criou, a partir de alegorias, um lugar no qual as mulheres “possam ser reconhecidas como seres humanos e em igualdade com os homens, nas várias instâncias da vida cotidiana. Tal sonho é representado por Christine de Pizan na sua cidade metafórica.” (Deplagne, 2012, p. 23).

Além disso, levando em consideração que Christine de Pizan chegou ao cargo de conselheira do *delfin*, ao colocar sua obra em consonância com o tipo de literatura de Espelhos de Príncipe⁶⁰, muito comum à época na Europa Ocidental, uma peculiaridade pode ser notada: a necessidade do afastamento dessas grandes figuras femininas em relação aos vícios e, conseqüentemente, a aproximação em relação às virtudes. Desde a Idade Média, na leitura cujo público-alvo eram os governantes, nos “Espelhos dos príncipes”, ou seja, em todos os escritos pertencentes ao gênero da parenética régia,

⁶⁰ Na Idade Média, nesses escritos do gênero da parenética régia, o rei servia de espelho, ou seja, exemplo para aqueles que estavam sob sua tutela. Através do espelho, um rei deveria notar suas virtudes e seus vícios, aprendendo a demonstrar as primeiras e esconder os segundos (Senellart, 2006).

existiam diversas definições de governo e formas de se governar. Porém, segundo Michel Senellart, isso não impede de agrupar em um único gênero todos os textos que tinham como objetivo principal instruir o príncipe para que o mesmo se tornasse um bom líder. Portanto, nesses escritos do gênero da parenética régia, o rei servia de espelho, ou seja, exemplo para aqueles que estavam sob sua tutela (Senellart, 2006, p. 47-63) Em Alcuíno, por exemplo, através do espelho, um rei deveria notar suas virtudes e seus vícios, aprendendo a demonstrar as primeiras e esconder os segundos (Senellart, 2006, p. 53).

Entretanto, quando analisamos o livro da então futura conselheira do filho do rei francês⁶¹ (Sanders, 2020), percebemos a construção de uma cidade a partir de uma monarquia cuja rainha é Virgem Maria, a figura feminina mais virtuosa de todas (Pizan, 2012, p. 294-295). Ao prezar por uma sociedade de mulheres conhecidamente virtuosas e ao destacar a virtude de todas essas mulheres, um dos objetivos de *A Cidade das Damas* é construir uma sociedade sem vícios, e nenhuma figura faria mais sentido para governar tal utopia do que Maria - a “Rainha Celeste, Templo de Deus, morada e clausura do Espírito Santo, Habitáculo da Trindade, [...] ‘O! Dama, Quem ousaria, no olhar do teu esplendor, pensar ou deixar escapar da boca tal afronte, que o sexo feminino é vil!’” (Pizan, 2012, p. 295) – e, com isso, percebemos que existe uma relação completamente diferente referente ao conceito de vício, enxergado pela literatura dos Espelhos de Príncipe – uma literatura predominantemente masculina - como naturais dos seres humanos, que deveriam ser escondidos. Essa necessidade de não vincular essas grandes figuras femininas a nenhum vício concede consistência ao argumento de Christine de Pizan em dizer que pouco faz sentido essa “cultura literária” da época de associar as mulheres aos piores tipos de comportamentos (Pizan, 2012, sobretudo p. 57-61).

4.3 CHRISTINE DE PIZAN COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA DE RESISTÊNCIA EM PROL DA IGUALDADE DE GÊNERO

Ao longo da obra *A Cidade das Damas* (1405), diversas passagens apresentam um discurso que preza pela igualdade de gênero e criticam duramente o discurso

⁶¹ A obra *Cité de Dames* é de 1405, mas é somente em 1407 que Christine de Pizan escreve a obra *livre du corps de police* (livro do corpo de polícia), um tratado geral sobre educação das crianças nobres dedicados ao rei Charles VI e seus filhos.

misógino de sua época. Dessa forma, Christine de Pizan estava preocupada em abrir o debate a respeito de muitos “traumas” sociais sofridos pelo sexo feminino naquela sociedade, visando sempre desconstruir esses estereótipos que foram ideológica e politicamente construídos por séculos de dominação masculina em todos os âmbitos (social, religioso, econômico, cultural, literário, político, jurídico, etc.). Ao evidenciá-los, a autora faz questão, a partir da autoridade alegórica das damas Razão, Retidão e Justiça - nomes estrategicamente escolhidos -, de desconstruí-los de forma argumentativa e didática, na sua utopia, metaforicamente, a partir de exemplificações, como na seguinte passagem:

'Dama, certamente Deus concedeu uma força maravilhosa às mulheres que mencionaste. Mas, ensina-me, ainda, por favor, se Deus, que lhes concedeu tantas graças que honram o sexo feminino, não quis honrá-lo, privilegiando algumas delas com virtudes, grande inteligência e saber. Desejo muito saber se seriam possíveis tais habilidades, pois os homens afirmam que as mulheres são dotadas de fraca capacidade intelectual'.

Resposta: 'Filha, por tudo que te disse anteriormente, podes saber que é completamente o contrário de tal opinião, e para te provar, com maior clareza, citar-te-ei alguns exemplos. Vou repetir e não duvides do contrário, pois, se fosse um hábito mandar as meninas à escola e ensinar-lhes as ciências, como fazem com os meninos, elas aprenderiam e compreenderiam as sutilezas de todas as artes e todas as ciências tão perfeitamente quanto eles'. (Pizan, 2012, p. 126).

Nessa passagem, Christine de Pizan critica os papéis de gênero dentro da sociedade partindo de um questionamento à Dama Razão, perguntando-lhe “se Deus já deu a honra à inteligência feminina de alcançar as altas ciências”. Enquanto uma voz de autoridade no discurso, a Razão responde que a protuberância dos homens nas ciências se explica pelo fato de que não é “um hábito mandar as meninas na escola e ensinar-lhes as ciências, como fazem com os meninos”. Dessa forma, em pleno início de século XV, Christine de Pizan evidencia de forma prática o caráter performativo do gênero, afinal, essa predisposição às ciências que os homens defendiam ter, encaixa-se no discurso de Judith Butler que afirma que essas atuações são performativas, justamente porque a essência, ou identidade, que esses homens pretendiam expressar, eram frutos de fabricações sustentadas, sobretudo, através do discurso e das ações corporais.

Ainda nesse caráter do discurso enquanto grande fabricante das performances de gênero, temos a seguinte passagem:

Então minha dama, [...] digais ainda, por favor, e querei-me afirmar já que é algo que me deixa muito perplexa -, se deve-se acreditar no que dizem os homens em tantas obras que falam do casamento; que, por causa de suas

esposas, os maridos enfrentam tempestades provocadas pela cólera e amargura das mulheres? São numerosos os livros que pregam isso e as pessoas que comentam. [...] Então, digo, cara Dama, que se tudo isso é verdadeiro, os defeitos das mulheres são tão graves que escondem e eliminam todas as outras graças e virtudes.

Resposta: 'Certo, amiga, como disseste em outra oportunidade sobre esse assunto: quem acusa um ausente, tem a causa ganha. Posso assegurar-te, por outro lado, que não foram as mulheres que escreveram tais livros! Asseguro-te, por outro lado, que tais desacordos não dizem respeito a todos os casamentos; há casais vivendo em plena harmonia, provando mutuamente amor e felicidade, quando os dois são bons, doces e racionais'. (Pizan, 2012, p. 186-187).

Ao questionar a Retidão se é verdade o que os homens e os livros dizem a respeito da dureza que é a vida de casado porque, para os homens, as mulheres e seus erros são insuportáveis, Retidão parte em defesa das mulheres ao dizer que “não foram as mulheres que escreveram tais livros!”, ou seja, “a cólera e a amargura das mulheres” é um discurso masculino que atribui uma performance ao gênero feminino que não é natural, mas sim construída política e discursivamente. Portanto, nesta passagem, fundamenta-se a importância de incorporar, nos livros didáticos da Educação Básica, obras de autoria feminina para que sejam possibilitadas reflexões e contrapontos, tornando possível analisar, com mais clareza, as relações de gêneros em diferentes sociedades e tempos históricos.

Por fim, a seguinte passagem evidencia o que talvez seja o objetivo da obra de Christine de Pizan:

'Dama, destes-me muitos exemplos de firmeza, de coragem e de outras virtudes femininas, tanto que não poderíamos mais dizer de alguns homens. Fico surpresa, no entanto, que tantas mulheres excelentes, sábias e cultas, capazes de escrever composições poéticas com muito estilo e fazer belos livros, tenham tolerado tanto tempo, sem confrontar tantos horrores caluniados contra elas por diversos homens, mesmo sabendo que eram grandes mentiras'.

Resposta: [...] quanto a todo esse tempo passado, sem que os acusadores e caluniadores fossem confrontados, digo-te que cada coisa tem seu tempo e hora para acontecer na eternidade. Como Deus pôde tolerar, tanto tempo, as heresias contra as leis santas que foram extirpadas com tanta dificuldade e que ainda estariam aí, se não se tivesse levantado contra elas para combatê-las e vencê-las? E, assim, acontece com bem mais outras coisas que, por muito tempo, são toleradas e, um dia, são discutidas e corrigidas'. (Pizan, 2012, p. 261).

Através de uma metalinguagem que utiliza a virtude da Retidão personificada enquanto uma figura de autoridade, Christine de Pizan afirma que, com o passar do tempo, esse discurso que difama as mulheres será um dia finalmente confrontado, sendo sua própria

obra um documento histórico riquíssimo para a análise de um discurso medieval sobre igualdade de gênero.

Dessa forma, é evidente que o potencial pedagógico desta obra e suas passagens, que tocam justamente nesses problemas específicos, está em questionar essa dominação masculina, que não é própria da Idade Média, mas sim um problema que perdura até os dias de hoje nas mais diferentes sociedades.

Dentro dos objetivos da análise dessas passagens estão: enxergar a mulher enquanto sujeito histórico ativo de uma época supostamente dominada por homens e costumes masculinos (como o próprio conceito de guerra, historicamente sempre atrelado à figura masculina e que pode também ser desconstruído a partir do já supracitado livro dos fatos das armas e da cavalaria); identificar essas passagens como um apelo à igualdade de gênero, ainda que dentro do que é possível em um contexto medieval; e reconhecer que muitos dos problemas relatados por Christine de Pizan também são problemas de mulheres contemporâneas.

Importante ressaltar que esses objetivos estão contemplados na BNCC⁶² (Base Nacional Comum Curricular) a partir da unidade temática “*trabalho e formas de organização social e cultural*”, no objetivo de conhecimento “*o papel da mulher na Grécia e em Roma, e no período medieval*”, na habilidade específica “*(EF06H118) Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo e nas sociedades medievais*”.

Dessa forma, é evidente que a obra *A Cidade das Damas* tem grande potencial para produzir atividades pedagógicas que permitam que os estudantes tracem paralelos entre as denúncias feitas por Christine de Pizan em sua obra do início do século XV e as denúncias feitas por diferentes mulheres brasileiras e de todo o mundo aos problemas vividos nos dias de hoje, associando, também, às denúncias e pautas feministas em prol de um mundo mais igualitário, tendo em mente que a prática da misoginia não é algo intrinsecamente medieval e que é um problema latente também na atualidade.

Assim, a utilização desta obra de Christine de Pizan é capaz de produzir uma narrativa histórica que se contrapõe inteiramente aos livros didáticos analisados no capítulo anterior, que descreviam uma Idade Média branca, europeia, heteronormativa e masculina sob uma perspectiva repleta de memorizações, enquanto que, em

⁶²Apesar de os livros didáticos analisados contemplarem um momento anterior ao advento da BNCC, é importante o contraponto em questão estar a par da mesma por ser um trabalho que dialoga com a sala de aula nos dias de hoje.

contrapartida, a utilização de *A Cidade das Damas* como uma ferramenta pedagógica tem como objetivo fundamental evidenciar a mulher enquanto um sujeito ativo na história da Idade Média. Portanto, o trabalho de Christine de Pizan pode ser interpretado por um viés de resistência entendido como “resistência construtiva”, entendendo que não necessariamente a autora foi considerada resistente no seu tempo, mas que, definitivamente, em sua obra há uma intencionalidade de se contrapor ao *status quo* de sua sociedade (Yamashita, 2013). Assim, pode-se dizer que Christine de Pizan produziu um discurso universalista de resistência articulado em prol de uma igualdade de gênero já no ano de 1405, com o claro objetivo de questionar a realidade vivida por todas as mulheres da Idade Média, não importando a sua classe social ou local de nascença.

4.4 CHRISTINE DE PIZAN COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA A INTRODUÇÃO DE CONCEITOS A RESPEITO DE UMA IDADE MÉDIA CONECTADA

Ao observarmos diferentes passagens da obra de Christine de Pizan, uma intelectual pouco mencionada nos dias de hoje, mas tão relevante quanto qualquer outro grande intelectual na Idade Média, é possível perceber que os europeus, pelo menos os letrados, tinham conhecimento de outras regiões do mundo, com Christine de Pizan reconhecendo, inclusive, a existência de mulheres muito virtuosas nesses diferentes lugares. Tornar isso evidente é importante para que seja possível perceber a Idade Média como um recorte cronológico repleto de grandes centros, abrindo uma discussão capaz de desprovincializar a Europa, como na seguinte passagem:

'Eu te peço, diga-me se já existiu algum rei de saber maior, em matéria de ordem pública, de governo, de justiça, e mesmo em matéria de viver suntuosamente, do que a nobre imperatriz Nicole? Nesses numerosos países vastos e extensos, onde ela reinava, existiu, antes dela, muitos reis de grande renome, chamados faraós, dos quais ela descendia. Essa dama foi quem instaurou, em seu reino, a lei e a ordem públicas, [...] foi herdeira daqueles faraós, quer dizer, não mais de um pequeno país, mas dos reinos da Arábia, da Etiópia, do Egito e da Ilha Meroé - ilha bem comprida e larga, onde todos bens abundam, situada no meio do Nilo -, ali ela governava com prudência exemplar. Que mais dizer sobre essa dama? Ela foi tão sábia e seu império tão grande, que mesmo a Santa Escritura fala de sua grande virtude. [...] ela superou quase todos os homens que já existiram. Ela era dotada e especialista nas Letras e nas Ciências, e de tão grande coragem que desprezou o casamento, e nunca quis homem ao seu lado.' (Pizan, 2012, p. 92-93).

Importante ressaltar que essa passagem nos permite analisar a visão de Christine de Pizan, uma intelectual cristã europeia, sobre uma grandiosa mulher

herdeira de reinos da África e do Oriente Médio. Por mais que a autora fundamente toda sua obra a partir de conceitos e autoridades cristãs personificadas, nesse trecho, e em alguns outros, ela releva esse posicionamento, reconhecendo como virtuosas mulheres que, em sua concepção, eram pagãs, caso da Imperatriz Nicole, que “mesmo a Santa Escritura fala de sua grande virtude”. Portanto, *A Cidade das Damas* também nos permite analisar a narrativa que conecta, através da admiração, essas grandes mulheres de culturas e religiões diferentes.

Esse mesmo posicionamento também pode ser notado na seguinte passagem:

'Semíramis foi uma dama de muita virtude, força e coragem exemplar no exercício e prática das armas. [...] Essa dama foi a esposa do rei Nino, que deu nome à cidade de Nínive. E tornou-se um grande conquistador graças à ajuda de Semíramis que cavalgava ao seu lado, em todos os campos de batalha. Ela conquistou a grande Babilônia e um vasto território dos Assírios e muitos outros países. Essa dama era ainda jovem, quando Nino foi morto por uma flecha, durante um ataque a uma cidade. Depois de celebrar, solenemente, as pompas fúnebres, como se convinha, a dama não demorou a voltar aos exercícios das armas. Assim, redobrada de força e coragem, reinou, com mais firmeza ainda, o seu reino que compreendia suas terra e as do marido, tanto aquelas fruto de herança, como as que haviam sido conquistadas através da espada. [...] nenhum homem a superou em força e em vigor. [...]'

'É bem verdade que muitos a criticaram - e com todo direito, se ela tivesse vivido sob nossas leis - pelo fato dela ter se casado com um filho que ela havia tido com Nino, seu esposo. [...] Mas, apesar de ser um pecado muito grande, essa dama não tem que se desculpar, pois ainda não havia lei escrita na época. As pessoas viviam assim, agindo como melhor lhe parecesse, segundo a lei da Natureza, sem que fosse considerado pecado. [...]' (Pizan, 2012, p. 99-101).

Diferente da passagem anterior, na qual Christine de Pizan exalta a rainha Nicole dizendo que até mesmo as sagradas escrituras a reconheciam como virtuosa, Semíramis, outra rainha pagã, também é admirada por Christine de Pizan por ter sido uma grande líder de um vasto reino. Entretanto, por ser popularmente conhecida como pecadora (“É bem verdade que muitos a criticam – e com todo direito”), a autora atenua a culpa dos pecados cometidos por Semíramis em prol de sua narrativa de defesa das mulheres ao dizer que “apesar de ser um pecado muito grande, essa dama não tem que se desculpar, pois ainda não havia lei escrita na época”. É possível notar, portanto, que apesar de ser uma fervorosa cristã ao longo de toda sua obra, Christine de Pizan é capaz de colocar, em alguns trechos, o cristianismo em segundo plano para defender uma rainha estrangeira capaz de quebrar estereótipos por ser uma excelente combatente.

Por fim, há outra rainha que conquistou a admiração de Christine de Pizan graças às suas excepcionais habilidades de combate:

A valente Zenóbia, rainha de Palmira, não foi menos digna de fama. Era uma dama nobilíssima que descendia dos Ptolomeus, reis do Egito. Sua coragem e proeza de cavalaria foram manifestadas desde a sua infância. [...] Essa virgem desprezava qualquer amor carnal e permaneceu intacta toda sua vida. Seus pais acabaram obrigando-a a casar-se com o rei de Palmira. A nobre Zenóbia era de uma beleza perfeita, tanto de corpo quanto de rosto, mas ela não fazia caso nenhum. Fortuna lhe sorriu ao dar-lhe um esposo conforme sua personalidade e a vida que havia escolhido.

'[...] Então, Zenóbia, que não fazia nenhum esforço para guardar o frescor de sua tez, entregou-se, com seu marido, ao árduo exercício das armas, vestindo armaduras e participando de todos os esforços no exército da cavalaria. [...]

'[...] A nobre Zenóbia, além de superar, na arte e estratégia militares, todos os cavaleiros da época, superava também todas as outras damas em nobreza, retidão nos costumes e honestidade, tendo um estilo de vida extremamente sóbrio. [...] Ela prestava honra às pessoas de acordo com sua probidade, coragem e virtude, nunca pela riqueza ou pelo status, apreciando aqueles que mantinham costumes sóbrios e cavaleiros reconhecidos. [...]

'[...] Cara amiga, diga-me se já viste ou leste sobre algum príncipe ou cavaleiro mais completo em virtudes?' (Pizan, 2012, p. 114-117).

Podemos notar como, nesta passagem, a Rainha Zenóbia é utilizada para atacar pontualmente o estereótipo de que mulheres não são boas combatentes, o que faz muito sentido quando lembramos que Christine de Pizan era uma grande referência intelectual a respeito de guerras e treinamento militar. Portanto, Zenóbia aparece como mais uma rainha pagã virtuosa que fundamenta a argumentação de Christine de Pizan, que tinha como objetivo visibilizar notáveis mulheres da história da humanidade e romper com os estereótipos negativos atribuídos às mulheres em geral.

O que é bastante sintomático dessa e das outras passagens, portanto, é justamente que elas nos permitem perceber que, por mais que o cristianismo fundamente a argumentação de Christine de Pizan do começo ao fim de sua obra, ele não basta para que uma mulher seja virtuosa, sendo ele, inclusive, dispensável. É justamente partindo desse posicionamento da autora, capaz de reconhecer virtude em rainhas estrangeiras e pagãs, que faz a obra *A Cidade das Damas* dialogar, ao mesmo tempo, com as metodologias dos Estudos de Gênero e da Idade Média Conectada.

Dessa forma, essa obra utópico-feminina é capaz de, através do conceito de conexão em escala supracontinental e comparação (Bayard; Bovo, 2020), desprovincializar a Europa, tratando-a com um dos muitos protagonistas da Idade Média. Também permite questionar como foi criada essa narrativa que colocou a Europa como a grande protagonista da História da humanidade, capaz de datar os pontos de inflexão que dão início e fim às cronologias, ou seja, que ritmam a forma de contar essa mesma História, priorizando alguns acontecimentos e ignorando solenemente outros (Subramanyam, 2017). Ao fazer isso, é possível discutir diferentes

visões de mundo, cosmogonias, religiões e concepções filosóficas ainda na Idade Média, exercício capaz de instigar duas relações de alteridade: a primeira, a do (da) estudante com o próprio passado e suas diferentes sociedades; e a segunda, a alteridade presente entre as diferentes regiões nos frequentes contatos e trocas culturais que eram realizados naquele período.

É válido também ressaltar que a utilização de *A Cidade das Damas* enquanto ferramenta pedagógica com este objetivo contempla também a BNCC⁶³ (Base Nacional Comum Curricular), sobretudo na unidade temática “*lógicas de organização e política*” nos objetivos de conhecimento “*a passagem do mundo antigo para o mundo medieval*” e “*a fragmentação do poder político na Idade Média*”, na habilidade específica “(EF06HI14) *identificar e analisar diferentes formas de contato, adaptação ou exclusão entre populações em diferentes tempos e espaços*”.

Mais uma vez podemos perceber o potencial pedagógico da obra de Christine de Pizan, sendo ela capaz de questionar as disposições das temporalidades e o real significado das nomeações históricas. Ao longo de sua escrita, diversas comparações e conexões são feitas entre a Europa e outras regiões do mundo, não só sendo capaz de refutar a concepção de uma Idade Média estática, como também nos permitindo analisar uma mulher europeia e fervorosamente cristã reconhecendo a virtude de mulheres “pagãs” ao redor do mundo, questionando também essa visão cristocentrada da Idade Média.

Portanto, Christine de Pizan e sua obra, *A Cidade das Damas*, contrapõem, mais uma vez, os livros didáticos analisados no capítulo anterior, que narram uma História da Idade Média com a Europa sendo o grande centro do mundo e que coloca em segundo plano todos os outros grandes centros sociais, econômicos, culturais, religiosos e intelectuais do medievo.

4.5 A IDADE MÉDIA NÃO EXISTE(?): CHISTINE DE PIZAN E A SUBVERSÃO DO MEDIEVAL

Este capítulo objetivou refletir, em termos didáticos e pedagógicos, a respeito do livro *A Cidade das Damas*, de Christine de Pizan, como um dos possíveis caminhos para se pensar em um ensino decolonial da Idade Média em um cenário de Educação

⁶³Idem a nota anterior.

Básica. Partindo das metodologias dos Estudos de Gênero e da Idade Média Conectada, diversas passagens do livro nos permitem fazer reflexões a respeito da igualdade de gênero e conexões e comparações da Europa com outros continentes em pleno recorte temporal medieval.

A partir de uma abordagem sobre a Idade Média que parte de Christine de Pizan, uma mulher medieval que era referência literária em plenos séculos XIV e XV, como personagem principal, é possível tocar em assuntos que antes eram ignorados e gerar reflexões que outrora não eram possíveis ao lecionar Idade Média, permitindo que novas perspectivas deem voz a sujeitos silenciados por uma narrativa dominante e epistemologicamente colonizadora. Assim, que todos os estudantes possam se enxergar e se conectar com a História.

Dessa forma, a utilização da obra *A Cidade das Damas* enquanto uma ferramenta pedagógica tem como objetivo, acima de tudo, mostrar uma concepção medieval completamente diferente da tradicional, o que remete à célebre afirmativa “A Idade Média não existe”⁶⁴, do historiador Christian Amalvi, que inaugura muitos dos cursos sobre Idade Média. O que existem são diversas representações desta, seja tanto no âmbito cultural, como no acadêmico. O decolonialismo surge como um horizonte para essas diferentes representações, buscando promover uma nova narrativa, que dê protagonismo a grupos que outrora eram invisibilizados, seja através da comprovação do agenciamento das mulheres na sociedade, da conexão entre a Europa e diversas outras regiões do mundo em uma perspectiva de História Conectada ou qualquer outro exemplo.

⁶⁴ Evidentemente, é preciso ignorar o seu desfecho francófono.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A AÇÃO PEDAGÓGICA E O POSICIONAR-SE POLITICAMENTE

O objetivo desta dissertação foi apresentar uma possível alternativa para lidar com a colonização epistemológica presente nos livros didáticos da Educação Básica brasileira, entendendo-os enquanto um tipo específico de neomedievalismo por apresentarem um discurso próprio a respeito da Idade Média. Assim, o caminho escolhido foi, a partir das discussões decoloniais articuladas com os campos teóricos dos Estudos de Gênero e da Idade Média Conectada, debater a possibilidade de uma outra Idade Média, utilizando como ferramenta pedagógica para essa narrativa a autora medieval Christine de Pizan e sua obra *A Cidade das Damas*.

Dessa forma, concordamos com Walsh, Oliveira e Candau que a pedagogia decolonial é um posicionamento político que “se forja na perspectiva de intervir na reinvenção da sociedade, na politização da ação pedagógica, propondo desaprender o aprendido e desafiar as estruturas epistêmicas da colonialidade” (Walsh; Oliveira; Candau, 2018, p.6).

A colonialidade está inscrita na modernidade, são dois lados da mesma moeda, sendo a primeira apenas o lado obscuro da segunda. Portanto, é necessário produzir um ensino capaz de questionar esse pensamento Moderno/Ocidental e identificá-lo pelo que de fato ele o é: uma estratégia de poder capaz de afirmar, por um lado “suas teorias, seus conhecimentos e seus paradigmas como verdades” e que, por outro lado, invisibiliza e silencia “sujeitos que produzem outros conhecimentos e histórias”. Partindo desta linha de raciocínio, chega-se à conclusão, em confluência com Sanjay Seth (2012), de que a razão é, para além de uma palavra, um conceito inventado pelas classes dominantes e intelectuais europeias e que se universalizou em um processo de negação da razão do outro. Assim, não só a partir da colonialidade construiu-se toda uma área da ciência partindo de um modelo único e universal que privilegia o Ocidente, como também foram desarticuladas outras possíveis maneiras de enxergar e perceber o mundo presentes em outros lugares, inclusive nas próprias periferias desse Ocidente. (Walsh; Oliveira; Candau, 2018, p.3-4).

Portanto, é importante ressaltar que

O campo da educação no Brasil vem, nos últimos anos, sendo chamado a rediscutir uma série de questões temáticas clássicas como currículo, didática, formação docente, cultura escolar etc, em função de novas demandas implicadas com o desafio de superar desigualdades e discriminações raciais,

de gênero, sexualidade, religiosas, entre outras, assim como reconhecer e valorizar as diferenças, assumindo as tensões entre igualdade e diferença, políticas de redistribuição e de reconhecimento. E, neste sentido, o movimento teórico-prático, expresso pelos intelectuais MC e pelos diversos movimentos sociais, se aproximam de uma perspectiva além das formulações teóricas eurocentradas. Há uma crescente aderência por parte de diversos pesquisadores brasileiros no sentido de pensar e formular uma perspectiva de educação outra com e a partir dos sujeitos subalternizados pela colonialidade, como povos indígenas e afrodescendentes, quilombolas, diversidades de sexo-gênero e outros marcadores das diferenças contrapostas às lógicas educativas hegemônicas. (Walsh; Oliveira; Candau, 2018, p.6)⁶⁵

Consonante a isso, o que aqui se defendeu foi a necessidade de sermos pedagogicamente decoloniais, lutando por planos educacionais que sejam capazes de

[...] romper as correntes que ainda estão nas mentes, como dizia o intelectual afrocolombiano Manuel Zapata Olivella; desescravizar as mentes, como dizia Malcolm X; e desaprender o aprendido para voltar a aprender, como argumenta o avô do movimento afroequatoriano Juan García. Um trabalho que procura desafiar e derrubar as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade – estruturas até agora permanentes – que mantêm padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns seres como menos humanos (Walsh, 2009, p. 24)

Assim, é necessário entendermos que, hoje, praticamos uma educação epistemologicamente colonizada – como foi demonstrado no caso específico da Idade Média – e que o uso de Christine de Pizan como uma ferramenta pedagógica para combater esse tentáculo da colonização é apenas uma dentre infinitas outras possibilidades de tentar pensar uma nova narrativa histórica. Afinal, a necessidade de existência de uma narrativa única é interesse apenas para quem hoje detém o poder. Além disso, é necessária a consciência de que a luta por ser, pensar, agir, sentir e fazer de forma distinta ao *status quo* da modernidade é uma luta de mais de meio milênio ao qual toda contribuição prática ou teórica é de suma importância (Walsh; Oliveira; Candau, 2018, p.2).

Decolonizar através do gênero é tão libertador quanto desafiador, é entender que nossas concepções de liberdade e opressão são eurocêtricas e somente condizem com as realidades daqueles considerados verdadeiros “Sujeitos”, os europeus (Spivak, 2010, p. 45-47). Ou seja, existe toda uma artificialidade das oposições entre “liberdade x opressão” dentro dos padrões europeus que precisam ser levados em consideração, o que leva a entender não que as mulheres não sofriam desigualdade de gênero na Idade

⁶⁵ Os intelectuais MC, referidos na citação, correspondem aos intelectuais inseridos na perspectiva teórica Modernidade/Colonialidade.

Média, evidentemente que sofriam, mas de forma diferente. Esse apagamento feminino no medievo diz mais, muito possivelmente, sobre o século XVII ou XVIII do que sobre a própria Idade Média em questão (Deplagne, 2019, p. 28).

A partir de uma abordagem sobre a Idade Média que parte de Christine de Pizan, uma mulher medieval que é referência literária em assuntos como igualdade de gênero, guerra e misoginia e que viveu em plenos séculos XIV e XV, como personagem principal, é possível tocar em assuntos que antes eram ignorados e gerar reflexões que outrora não eram possíveis ao lecionar Idade Média. Por se tratar de um recorte temporal que está na base curricular do início do Ensino Fundamental I (sexto e sétimo ano), é fundamental que ele seja utilizado para a introdução de alguns conceitos para a História e para as humanidades em geral, como igualdade de gênero, eurocentrismo (colonização epistemológica), empatia histórica e alteridade, visto que estudar e se conectar com o passado é um exercício que obriga estudantes a interagirem com um outro, de outra época, com outras culturas e, consequentemente, outras percepções a respeito dos âmbitos sociais, culturais, religioso, político, econômico, etc., ou seja, é um verdadeiro trabalho antropológico, no qual

Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. [...] ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. (Freire, 2004, p.13).

Dessa maneira, para ressaltar a importância desse estudo, faço uso de Paulo Freire (2004) para sustentar a proeminência não só do ensino deste tema, mas o cuidado necessário ao construirmos temas, com os estudantes, que quebrem com o ensino neoliberal que atua incessantemente sobre as instituições de ensino básico hoje no Brasil. “Ensinar exige alegria e esperança. [...] A esperança de que professor e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos à nossa alegria” (Freire, 2004, p.29). Devemos, portanto, concentrar nossos esforços, principalmente, mas não unicamente, na sala de aula, para que possamos ser atores da mudança em conjunto com os discentes, visando a expansão dos nossos conhecimentos a fim de causar uma mudança social significativa.

O esforço deste trabalho se deu para evidenciar não só a possibilidade de uma Idade Média decolonial na Educação Básica, como também demarcar a urgente necessidade de um engajamento maior por parte dos historiadores em escrever e debater

sobre ensino de História. Neste sentido, o que proponho é, após debater algumas das principais obras decoloniais, que algumas discussões que hoje pertencem majoritariamente ao espaço acadêmico – caso dos Estudos de Gênero e da História Global – possam ser feitas em um contexto de Educação Básica através do recorte temporal da Idade Média.

Neste sentido, destaco o desafio dessa tarefa ao mostrar todo o processo de colonização sofrido pela Idade Média nos últimos séculos, sendo utilizada e reconstruída de diversas formas diferentes e nos mais diversos âmbitos da nossa sociedade – e aqui, particularmente, nos livros didáticos. Nesse processo, ganha ênfase a colonização deste tempo cronológico nos próprios livros didáticos, que em nada contribuem para desconstruir os estereótipos construídos pelo cotidiano e, pior, também criam uma outra Idade Média que é branca, masculina, heteronormativa, cristã, feudal, europeia e, acima de tudo, excludente, incapaz de problematizar as questões supracitadas, além de não apresentarem, aparentemente, nenhum objetivo específico.

REFERÊNCIAS

FONTES:

ALVES, Alexandre; Oliveira, Letícia. **Conexões com a História**: volume único. São Paulo. Moderna, 2010.

BERUTTI, Flávio. **Tempo & Espaço**: História: ensino médio. Volume único. 1. ed. São Paulo. Saraiva, 2004.

BRAICK, Patrícia; MOTA, Myriam. **História**: das cavernas ao terceiro milênio. 2. ed. São Paulo. Moderna, 2010.

CAMPOS, Flavio de; CLARO, Regina. **A escrita da história**: volume único: ensino médio. São Paulo. Escala Educacional, 2009.

PIZAN, Christine de. **A Cidade das Damas**. Florianópolis. Editora: Mulheres, 2012, p.11-17.

PIZAN, Christine de. **Book of Deeds of Arms and of Chivalry**. Traduzido por Sumner Willard. Editado por Charity C. Willard. Pensilvânia: Pennsylvania State University Press, 1999.

VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina; FERREIRA, Jorge; FARIA, Sheila. **História**: volume único. São Paulo. Saraiva, 2010.

VICENTINO, Claudio. **História geral**: ensino médio. São Paulo. Scipione, 2006.

BIBLIOGRAFIA:

ALBUQUERQUE, Isabela. Diálogos e Caminhos para a Descolonização do Ensino de História Medieval. In: BUENO, André; BIRRO, Renan; BOY, Renato (orgs.). **Ensino de história medieval e história pública**. 1º ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UERJ, 2020. p. 26-38

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. Tradução Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, pp. 7-43.

ALTSCHUL, Nadia; GRZYBOWSKI, Lukas Gabriel. Em Busca Dos Dragões: A Idade Média No Brasil. **Antíteses**, vol. 13, no. 26, State University of Londrina, Dec. 2020, pp. 24–35, <https://doi.org/10.5433/1984-3356.2020v13n26p24>. Accessed 20 Nov. 2021.

ALTSCHUL, Nadia. **Politics of Temporalization Medievalism and Orientalism in Nineteenth-Century South America**. Philadelphia, United States University Of

Pennsylvania Press, 2020.

AMALVI, Christian. Idade Média. In: **Dicionário Analítico Do Ocidente Medieval**, edited by Jacques Le Goff and Jean-Claude Schmitt, translated by Hilário Franco Júnior, Editora Unesp, 2017, pp. 599–616.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 11, 89-117, 2013.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES. Nelson; GROSGOUEL, Ramón. Introdução. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (orgs.) **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. (Coleção Cultura Negra e Identidades). p. 8-29

BERTARELLI, Maria Eugenia; DE OLIVEIRA AMARAL, Clínio de Oliveira. **Discursos sobre a Divina Comédia ou temporalizações de Dante Alighieri?** A construção do conceito de Idade Média e uma análise decolonial por meio da teoria do medievalismo. **SIGNUM** - Revista da ABREM, p. 37 - 62, dez. 2020

BERTARELLI, Maria Eugenia; DE OLIVEIRA AMARAL, Clínio. **Políticas da temporalização: medievalismo e orientalismo na América do Sul do século XIX**. **Revista de História**, n. 181, p. 1-10, 2022.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BUTLER, JUDITH P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: uma proposta de trabalho. In: CANDAU, Vera Maria; ZENAIDE, M.N.T. Oficinas aprendendo e ensinando direitos humanos. João Pessoa: Programa Nacional de Direitos Humanos; Secretaria da Segurança Pública do estado da Paraíba; **Conselho Estadual da Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão**, 1999.

CAVALCANTI, Ildney. Christine de Pizan via Luciana Deplagne; ou, da Cité des Dames à Cidade das Damas: utópica escritura em necessária ponte. In: Pizan, Christine de. **A Cidade das Damas**. Florianópolis. Editora: Mulheres, 2012.

CHANDA, Nayan. Sem fronteira. **Os comerciantes, missionários, aventureiros e soldados que moldaram a globalização**. São Paulo, Record, 2011.

CHARTIER, Roger. ‘Memória e escrita’ e ‘Paratexto e preliminares’. In: **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Ed. Unesp, 2014. p. 212-257.

COHEN, Meredith; MADELINE, Fanny; IOGNA-PRAT, Dominique. Introduction. In: COHEN, Meredith; MADELINE, Fanny. **Space in the Medieval West: Places, Territories, and Imagined Geographies**. Londres/New York: Routledge, 2016, p. 1-19.

CONNELL, Raewyn. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: Ed. inVersos, 2015.

DAGENAIS, John; GREER, Margaret. Decolonizing the Middle Ages: introduction. **Journal Of Medieval And Early Modern Studies**, [S.L.], v. 30, n. 3, p. 431-448, 1 out. 2000. Duke University Press. <http://dx.doi.org/10.1215/10829636-30-3-431>.

DAVIS, Kathleen; ALTSCHUL, Nadia. The idea of “the Middle Ages” Outside Europe. In: **Medievalisms in the Postcolonial World**. The Johns Hopkins University Press, 2009, p.1-26.

DAVIS, Kathleen; PUETT, Michael. **Periodization and "the Medieval Globe"**: AConversation. In: *The Medieval Globe* 2, 2015, p.1–14

DEPLAGNE, Luciana Calado. **A contribuição dos escritos de mulheres medievais para um pensamento decolonial sobre a Idade Média**. *Signum*. Vol. 20, n. 2, 2019, p. 24-56.

DEPLAGNE, Luciana Calado. O lugar da utopia na *Cite des Dames*. In: PIZAN, Christine de. **A Cidade das Damas**. Florianópolis. Editora: Mulheres, 2012, p.17-45.

ECO, Umberto. **Travels in hyper reality**. New York: Houghton Mifflin Harcourt Publishing Company, 1986, p.57-66.

FELISBERTO, Esteffane; OLIVEIRA, Marcos. Representações de Eva e Maria na Idade Média: a condição feminina no pensamento religioso e imagens medievais. In: BUENO, André; BIRRO, Renan; BOY, Renato (orgs.). **Ensino de história medieval e história pública**. 1º ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UERJ, 2020. p.65-74.

FERREIRA, Joseane; SILVA, Carolina Gual. **Christine de Pizan e a construção da autoridade feminina na *Querelle de la Rose***. *Mythos*. Ano VI, Número IV, Imperatriz - MA, Dezembro, 2022 (ISSN 2527-0621).

FITZPATRICK, KellyAnn. **Neomedievalism, Popular Culture, and the Academy**: From Tolkien to Game of Thrones. Cambridge, D.S. Brewer, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 58º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, Itamar. O livro didático. In: FERRIERA, Marieta; DIAS, Margarida Maria (orgs.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

GAUNT, Simon. "Can the Middle Ages Be Postcolonial?" *Comparative Literature* 61, no. 2 (2009): 160-76. Acessado em 31 de julho de 2022. <http://www.jstor.org/stable/40279447>.

GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HOLMES, Catherine; STANDEN, Naomi. Defining the Global Middle Ages. In: **Medieval Worlds**, vol. 1, 2015, p. 106–117.

Johnson, Cameron. **Fascism, Traditionalism, and the Reconquista in Franco-era**. Educational Materials, 2020.

KALY, A. P. **A presença-ausência dos árabes e de muçulmanos nos processos de modernização Brasileira**: a readequação dos mapas coloniais. Revista Pós Ciências Sociais, 2016. p. 121-152.

LE GOFF, Jacques. **A História deve ser dividida em pedaços?** São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LE GOFF, Jacques. **Mercadores e Banqueiros da Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MIATELLO, André. O barco de São Pedro e as tormentas do mar: respostas papais às transformações religiosas do mediterrâneo (séculos VII-XI). In: **o Mediterrâneo medieval reconsiderado** / organização: Néri de Barros Almeida e Robson Della Torre. - Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2019, p.197-239.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (orgs.) **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. (Coleção Cultura Negra e Identidades) p.30-60.

MATEUS, Natasha. A Idade Média no Livro didático: muito além da “Idade das Trevas”. In: PICCOLO, Monica (org.). **Ensino de história na rede básica do Maranhão: uma análise crítica dos livros didáticos**. São Luís: EDUEMA, 2018, p.149-174.

MERCUZOT, Delphine. **Christine de Pizan et la Guerre: Le livre des faits d’armes et de chevalerie**. Hypotheses. Disponível em: <https://manuscripta.hypotheses.org/249>. Acesso em 23 de jan. de 2024

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais; perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Colección Sur Sur, 2005, p. 33-49.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático e o professor: entre a ortodoxia e a apropriação. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Ariette; MAGALHÃES, Marcelo (orgs.). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PEREIRA, Nilton Mullet. **Ensino de História, Medievalismo e Etnocentrismo**. Rio grande do Sul: UFRGS, 2012.

PORTUGAL, Anna Luiza. **História do Ensino de História da América: O olhar decolonial sobre a presença da América Latina em livros didáticos para o Ensino Médio**. 118 f. **Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2021.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALLES, Bruno. The Military Orders, the Muslim World, and the Dilemmas of Conviviality: Connected Histories as a Critical Approach to the History of the Crusades. **Varia Historia, Belo Horizonte**, vol. 38, n. 76, p. 17-58, jan/abr 2022 <https://dx.doi.org/10.1590/0104-87752022000100002>

SANDER, Stephanie. Livre des faits d'armes et de chevalerie e a Guerra dos Cem Anos. **Em Tempo de Histórias, [S.L.]**, n. 35, p. 123-139, 22 fev. 2020. Biblioteca Central da UNB. <http://dx.doi.org/10.26512/emtempos.vi35.28648>.

SANTOS Júnior, João Júlio; SOCHACZEWSKI, Monique. História Global: um empreendimento intelectual em curso. **Tempo**, vol. 23, n. 3, 482-502, 2017.

SCOTT, Joan. **Gender: A Useful Category of Historical Analysis**. *American Historical Review*, 1986.

SENEILLART, Michel. 'As artes de governar' In: **As artes de governar: do regimen medieval ao conceito de governo**. São Paulo: Editora 34, 2006.

SETH, Sanjay. *Razão ou raciocínio? Clio ou Shiva?* In: **História da Historiografia**, n. 11, abril 2013, pp. 173-189.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão. **Considerações sobre o uso da categoria gênero nos estudos sobre o medievo**. **Signum**. Vol. 20, n. 2, 2019, p. 11-23.

SILVA, Carolina Gual. Relações de Gênero e Telenovelas: Um estudo de caso com abordagem de neomedievalismo. **SIGNUM - Revista da ABREM**, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 183- 203, ago. 2021.

SILVA, Marcelo Cândido da. **Uma história global antes da globalização? Circulação e espaços conectados na Idade Média**. **Revista de História**, 2020, n. 179, p. 1-19.

SILVEIRA, Aline Dias da. **História Global da Idade Média: estudos e propostas epistemológicas**. **Roda da Fortuna**, n. 1, v. 8, p. 210-236, 2019

SOCHACZEWSKI, Monique; SANTOS JÚNIOR, J. J. **História global: um empreendimento intelectual em curso**. **Revista Tempo**. Vol. 23 n. 3. Set./Dez. 2017 483-502

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. On early modern historiography. In: BENTLEY, Jerry; SUBRAHMANYAM, Sanjay; WIESNER-HANKS, Merry (Orgs.). **The Construction of a Global World, 1400-1800 CE. Part 2: Patterns of Change.** The Cambridge World History. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, vol. VI, p. 425-445.

WALSH, C., Oliveira, L. F., & Candau, V. M. (2018). **Colonialidade e pedagogia decolonial:** Para pensar uma educação outra. *Arquivos Analíticos de Políticas educativas*, 26(83).

YAMASHITA, Jougi. O conceito de Resistência entre a memória e a história. In: **XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento história e diálogo social.** Natal-RN, 2013.